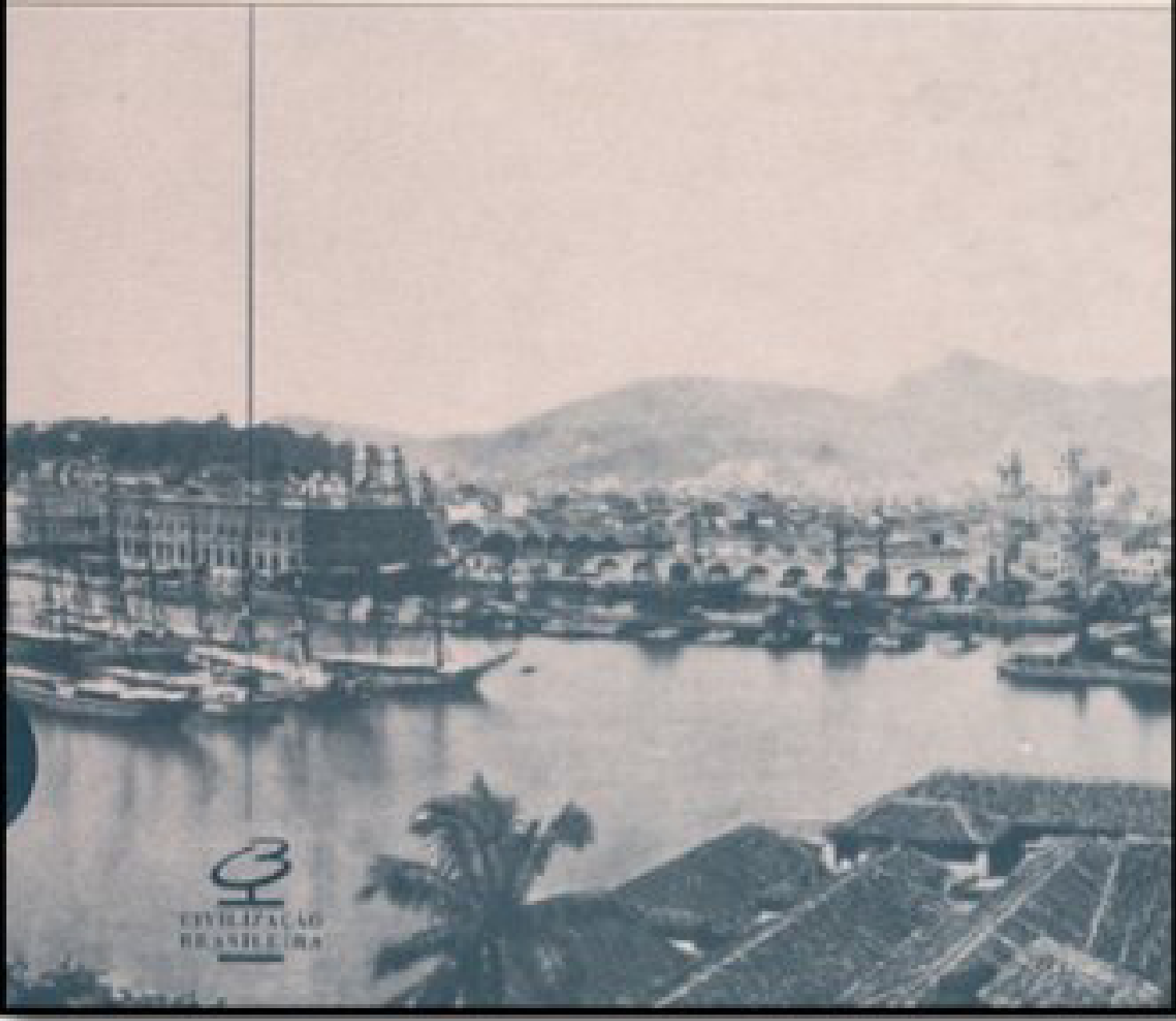


o ARCAÍSMO como projeto

Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia
Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840

JOÃO FRAGOSO e MANOLO FLORENTINO



IPH
CIVILIZAÇÃO
BRASILEIRA

João Fragoso e Manolo Florentino

O arcaísmo como projeto

Mercado atlântico, sociedade agrária
e elite mercantil em uma eco
colonial tardia
Rio de Janeiro, c.1790-c.18

4ª edição revista e ampliada

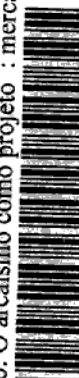

CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
Rio de Janeiro
2001

BELATRIX
981"1500/1822"
F811a

N.Cham. 981"1500/1822" F811a

Autor: Fragoso, João

Título: O arcaísmo como projeto : merca



3868067
Ex.1 UFSC BC BELATRIX

Ex.1 BC

209187

COPYRIGHT © João Fragoso e Manolo Florentino, 2001

ER000453979

CAPA

Evelyn Grumach

AQUISIÇÃO POR DOAÇÃO

DOADO POR JESU/MEC

PROJETO GRÁFICO

Evelyn Grumach e João de Souza Leite

16 JAN. 2005

REGISTRO 0-386.806-7

DATA DO REGISTRO 3-3-005

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Florentino, Manolo, 1958-

F655a

O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840 / Manolo Florentino e João Fragoso. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Apêndices

ISBN 85-200-0534-9

1. Brasil - História - Período colonial, 1500-1822. 2. Renda - Brasil - Distribuição - História. 3. Brasil - Condições econômicas. I. Título.

CDD - 981.03

CDU - 981 "1500/1822"

01-0480

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, armazenamento ou transmissão de partes deste livro, através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.

Direitos desta edição adquiridos pela
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

um selo da

DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA S.A.

Rua Argentina 171, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 20921-380

Telefone (21) 585-2000

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL

Caixa Postal 23.052, Rio de Janeiro, RJ - 20922-970

Impresso no Brasil

2001

para Renato Rocha Pitzer,
in memoriam

BELATRIX
981 "1500/1822"
F811 a

Sumário

PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO	9
PREFÁCIO À PRESENTE EDIÇÃO	11

CAPÍTULO I

Introdução	15
------------	----

CAPÍTULO II

Interpretações	23
SOBRE OS MODELOS EXPLICATIVOS DA ECONOMIA COLONIAL	25
EM BUSCA DE UMA NOVA ABORDAGEM	41

CAPÍTULO III

A integração do Rio de Janeiro ao sistema atlântico português	61
ANUNCIAÇÕES (SÉCULOS XVI-XVIII)	63
A AFIRMAÇÃO DE UMA ESTRUTURA COLONIAL TARDIA (C. 1790-C. 1840)	83
A PRODUÇÃO	86
A CIRCULAÇÃO	96
A PRECONDIÇÃO PARA A AUTONOMIA: OS BAIXOS CUSTOS DOS FATORES DA ECONOMIA COLONIAL	117

A ESTRUTURA DA OFERTA DA MÃO-DE-OBRA 118

A ESTRUTURA DA OFERTA DE ALIMENTOS 148

A ESTERILIZAÇÃO QUE NÃO ESGOTA 159

CAPÍTULO IV

Elite mercantil e lógica de reprodução em uma economia
colonial tardia 167

A PREENHÊNCIA DO CAPITAL MERCANTIL 169

A NATUREZA ESTRUTURAL DO MONOPÓLIO E DA ESPECULAÇÃO 189

A NATUREZA ESTRUTURAL DA CADEIA ADIANTAMENTO/ENDIVIDAMENTO 203

CAPÍTULO V

O arcaísmo como projeto 221

O PRIMUM MOBILE DA ESCRAVIDÃO 223

O IDEAL ARISTOCRÁTICO DA ELITE MERCANTIL E A FORMAÇÃO DA ARISTOCRACIA NOS
TRÓPICOS 227

UMA SOCIEDADE HISTORICAMENTE SOLIDÁRIA COM A EXCLUSÃO 235

APÊNDICES 239

Prefácio à primeira edição

Este livro me parece exemplar em dois sentidos principais.

Trata-se, em primeiro lugar, de uma obra em colaboração que efetua a confluência de duas importantes teses de doutoramento, defendidas na Universidade Federal Fluminense. Além do fato óbvio de que duas cabeças bem sintonizadas pensam melhor do que uma, deve ser ressaltado que aquelas teses resultaram de longos processos de pesquisa coordenados entre si, voltados em parte para as mesmas massas documentais, interrogadas para finalidades diferentes mas complementares. Assim, a troca de idéias entre os autores vem de longe, tendo já rendido outros frutos antes na forma de artigos e comunicações. Ora, o trabalho em equipe é pouco freqüente entre nós, o individualismo predomina nas hostes da academia. Textos como este demonstram que isso é uma pena! Oxalá a leitura de resultados tão interessantes de um esforço conjunto encoraje o desenvolvimento de projetos similares. Tendo, no passado, produzido sete livros em colaboração com o historiador Héctor Pérez Brignoli, não tenho, quanto a mim, qualquer dúvida acerca de quão profícuo e intelectualmente satisfatório pode ser o trabalho em equipe. Quantas vezes a discussão de um ponto crucial, de divergências ou convergências, do caminho a seguir tornou-se tão excitante e envolvente que só ao ver o sol raiar e

a esposa de Héctor, Yolanda, trazer-nos o primeiro café do novo dia percebíamos ter passado a noite em claro, falando, debatendo, planejando!

Este livro parece-me, ainda, exemplar por conseguir uma rara conjugação dialética do todo e das partes, por ser um enfoque do regional que tanto ilumina o quadro de conjunto quanto é por ele iluminado. Este estudo do Rio de Janeiro entre 1790 e 1840 desembocou no esclarecimento dos mecanismos gerais de reprodução da economia e da sociedade da Colônia e das décadas iniciais do Império em sua totalidade; mas, por sua vez, foi formulado no bojo de uma visão bem determinada acerca da estrutura social inteira — suas hierarquias, sua ideologia, seu funcionamento.

Sendo extremamente original e bem baseada empiricamente, a versão que oferecem os autores desse meio século de nossa história deverá despertar debates e controvérsias de grande interesse e utilidade. Sinto-me orgulhoso por ter sido o orientador de uma, e ter participado da banca das duas teses que originaram este texto, estando portanto vinculado às raízes acadêmicas deste esforço de síntese tão oportuno.

Niterói, janeiro de 1993
CIRO FLAMARION CARDOSO

Prefácio à presente edição

Aos poucos, sucedem-se as edições de *O arcaísmo como projeto*, resultado da cúmplice reflexão de João Fragoso e Manolo Florentino. Menos citado do que as publicações individuais de cada um — *Homens de grossa aventura*, de João, e *Em costas negras*, de Manolo —, o *Arcaísmo* traz, no mínimo, dois desafidores abusos teóricos. Primeiro, contrariando a teoria dos ciclos da matriz historiográfica, que associa pelo avesso nossos períodos de maior atividade econômica à fase descendente do ciclo da economia internacional, sustentam Manolo e João, evidências à mão, que o dinamismo da economia interna do país se excitava no mesmo compasso da volúpia acumulativa do febril universo colonial em expansão. Estamos falando do século que vai de meados dos oitocentos a meados do XIX e do sólido enraizamento do sistema escravista de produção da vida material do que se estruturava como sociedade brasileira. O argumento e a documentação pertinente o leitor encontrará ao longo do volume, advertido de que a cerimoniosa contestação que apresentam àquele elegante, complexo e poderoso modelo, essencial e exaustivamente arquitetado por Celso Furtado, representa na verdade completa subversão do ordenamento da história econômico-social brasileira. Todo o acervo de informação já acumulada, do tráfico negreiro ao sistema judiciário,

adquire novo estatuto documental, a serviço, agora, de modelo especular contraditório da historiografia consagrada. Pareço esotérico, mas o ponto central é simples: aquilo que se supõe tenha sido a gênese da sociedade brasileira contemporânea está seriamente equivocado, logo, aquilo que se supõe seja o melhor entendimento da própria sociedade brasileira contemporânea aparece seriamente comprometido. Isto não pode ficar assim, evidentemente, e no devido tempo outras investigações empíricas trarão reforço ou desafio às hipóteses teóricas e robustez das evidências do *Arcaísmo*. E, nesse passo, esclareço que estou procedendo à cirúrgica simplificação do argumento de João e Manolo. Todo ele considerado e digerido e, com certeza, será em breve impossível produzir historiografia sem acertar contas, de um modo ou de outro, com ele.

Ainda mais explosivo é o segundo ponto que quero destacar. A certa altura da história, de acordo com João e Manolo, aqueles a quem se designava homens de grossa aventura — inclassificável estamento econômico e social que detinha a maior e mais significativa parcela de nossa capacidade de poupança, investimento e creditícia — optam por investir na continuidade de um modo de produção (territorial-escravista e aristocratizante) que, ao que parece, seria o único a garantir a reprodução de uma estrutura em que se mumificariam as barreiras sociais. Atenção, não se tratava de assegurar apenas a perenidade da posição relativa que ocupavam, mas da criação de mecanismos tão poderosos como destinar ao exílio econômico e social todos os rebentos posteriores do aglomerado de pobres, escravos e mestiços constitutivos da não-elite brasileira. Quer dizer, no futuro, a abolição do estatuto jurídico da escravidão, a consagração constitucional da igualdade política de todas as etnias, em acréscimo à universalização dos direitos de cida-

nia, além de relativo progresso na escala da renda, seriam insuficientes para romper o hímen da pretendida pureza e intocabilidade do quisto superior da comunidade. A sociedade, eventualmente, viria a enriquecer, sempre, contudo, mediante a reprodução ampliada do mesmo. O projeto antigo, moderno e contemporâneo foi e é o de congelar uma sociedade arcaica, de inabalável estratificação de valores e símbolos de *status*, independentemente de alterações marginais no perfil de distribuição de renda. O arcaísmo da sociedade brasileira não existe por acaso, mas por desígnio.

A tese é radical. Mais do que políticas tendo por objetivo impedir modificações sociais relevantes, estratégia defensiva, a elite brasileira gera, deliberada e continuamente, propostas de curso de ação cujo resultado líquido consiste, em certo sentido, em desistoricizar a sociedade, precisamente na medida em que, como lá dizia o outro, mais as coisas parecem mudar, mais se parecem a si próprias. Eis, portanto, o ponto: tudo que existe, existe por desígnio, em metafórico tempo transistórico.

Controverso — Adam Ferguson seria muito mais enfático no comentário — mas não impossível. Manolo e João transmitem a mensagem de que, suprema entre todas, paira uma fenomenologia da matéria social, chave de identificação das diversas máscaras, a bem dizer disfarces, que iludem a percepção do estado ainda bruto, às vezes brutal, da matéria social originária. Cumpre, evidentemente, desvendar as sucessivas mediações que ao longo do tempo propiciaram a passagem de uma formação à mesma, insinuando outra, diversa. E cumpre, sobretudo, demonstrar que a hipótese dialética da transformação da quantidade em qualidade prescreveu, perempta.

Estimo que não esteja no longínquo horizonte dos possíveis, mas parece-me de todo modo certo que, para prová-lo, será

necessário comer o pudim. No caso, fazer uma história diferente. O *Arcaísmo* é um desses peculiares livros a exigir algo mais do que a fácil retórica relativista para entreter-se com ele. Duvido, ironicamente, se me entendem, duvido que passe em branco.

Para que não restem dúvidas sobre o compromisso deste prefaciador: sou totalmente solidário com a audácia, mérito, possíveis equívocos, pretensão e dúvidas do *Arcaísmo*, saudando-o como o mais visionário projeto de interpretação nacional das últimas décadas.

Rio de Janeiro, outubro de 2000
WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS

CAPÍTULO I Introdução

“Se existe algum aspecto sobre o qual há consenso entre os analistas da economia brasileira, é o de que nela prepondera uma das distribuições de renda mais desiguais do mundo ocidental, senão a mais desigual.”¹ Tal é a constatação que serve de eixo à análise de Maurício Costa Romão numa coletânea sobre a economia brasileira das últimas décadas. Seus dados são contundentes: entre 1960 e 1988, a porcentagem de indivíduos abaixo da linha de pobreza gravitou ao redor de 40% da população. Mais curioso ainda é que os indicadores de distribuição da renda nacional pouco variaram frente aos diversos ciclos de expansão/contração da economia recente. Assim, uma comparação entre uma etapa claramente retracionista, como 1960, e o *boom* do milagre (1970) nos mostra poucas alterações dos altos níveis de incidência da pobreza — se no primeiro ano os indivíduos miseráveis somam 41% da população, dez anos depois situam-se em 39%. A miséria é praticamente invariável, certo, mas o mesmo não ocorre com a renda detida pelos 10% mais ricos, os quais concentravam 35% da riqueza em 1960, aumentando para 42% em 1970.² Outras análises confirmam a ten-

¹ROMÃO, Maurício C. “Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil”, in: CAMARGO, José M. & GIAMBIAGI, Fábio (orgs.). *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p. 103.

²Idem, pp. 103-106.

dência, mas exacerbam o perfil concentracionista: em 1960 o décimo mais rico dos brasileiros deteria 40% da riqueza, cifra que teria subido para 47% em 1970, 48% em 1980 e chegado a 49% em 1990.³

Comentando a permanência da extrema concentração da distribuição de renda entre nós, Antônio Barros de Castro alerta que dar conta da enorme concentração de renda entre nós é algo que exige do economista “assumir o risco de ir além dos limites que circundam o seu terreno profissional (...) mediante a introdução de considerações histórico-contextuais”.⁴

Nosso livro assume os riscos inerentes à tentativa de ultrapassar a persistente redução da reflexão histórica à simples reiteração da “memória”. Seguindo os passos de Marc Bloch, cremos que o historiador pode oferecer importantes subsídios para, através do passado, ajudar a compreender o presente. Daí termos buscado entender a persistente desigualdade brasileira por meio de alguns de seus nexos com nossa história colonial tardia — i.e., com os séculos XVIII e XIX.

Não se engane o leitor, imaginando que este livro possa ser confundido com uma análise “econômica” no sentido restrito do termo. Pois sua idéia central é a de que a natureza arcaica da formação colonial tardia impede que a economia possa ser apreendida por si mesma, i.e., sem levar em conta os aspectos não-econômicos que informavam seu funcionamento.⁵ Daí a hipótese que norteia toda a reflexão: a de que a reprodução do

sistema econômico se imbricava organicamente na contínua reiteração de uma hierarquia social fortemente excludente. Não poderia ser de outro modo. Em se tratando de uma sociedade escravista, a produção não era auto-regulável, pressupondo a constituição pretérita de relações desiguais de poder — afinal, na escravidão, o produtor direto era cativo de outrem. O poder, expresso em uma hierarquia excludente e fundada na ordem privada, era, portanto, a condição *sine qua non* para a concretização do processo produtivo.

O núcleo da formação colonial tardia era constituído por um tipo específico de reprodução, no qual os próprios mecanismos de ascensão social implicavam recriar o padrão excludente. Assumir semelhante ótica impõe um distanciamento profundo em relação aos principais paradigmas da historiografia nacional. O resultado mais palpável deste distanciamento é a redefinição do papel do mercado, que passa a subordinar-se à consecução da diferenciação perversa.

Trilhar tal perspectiva implica, antes que nada, atentar para a natureza singular da metrópole portuguesa. A recente historiografia lusitana vem pondo em dúvida a possibilidade de apreender o projeto ultramarino português a partir dos clássicos quadros do moderno sistema colonial. Tudo indica que a apropriação do excedente produzido no ultramar tinha o claro propósito de perpetuar em Portugal uma economia e sociedade cujos padrões vinculavam-se ao Antigo Regime. Tratava-se, enfim, de reiterar uma estrutura preexistente, com a aristocracia agrária à testa.

Abre-se aqui uma importante picada para compreender o funcionamento da Colônia. A estrutura social portuguesa tramará contra a estabilização e o enraizamento do capital mercantil metropolitano, ao menos no nível alcançado pelos grandes mer-

³BARROS, Ricardo Paes de *et. al.* *Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais*. Rio de Janeiro, IPEA, 1997, p. 40 (texto para Discussão # 454) — cf. Apêndice A.

⁴In: CAMARGO & GIAMBIAGI, *op. cit.*, pp. 11-12.

⁵Inspiramo-nos, portanto, em diversos trabalhos de Karl Polanyi, cujas idéias centrais podem ser aferidas em *A grande transformação* (Rio de Janeiro, Campus, 1980).

cadores de outros centros europeus modernos — que tendiam a controlar a reprodução de suas economias ultramarinas. Se a isto se agrega a natureza mercantil da produção colonial escravista, também marcada por uma frágil divisão social do trabalho e por débil circulação de numerário, estaremos frente às precondições para a preeminência daqueles agentes que, no Brasil, detinham a liquidez do sistema — o capital mercantil residente.

Não nos restringimos, contudo, à simples detecção da hegemonia dos grandes mercadores da época colonial tardia. Fomos além, e buscamos desvendar os mecanismos que afiançavam essa preeminência, opção que nos colocou diante da própria lógica de reiteração temporal da economia e sociedade em questão. De imediato, percebemos que tal reiteração tinha por requisito a contínua incorporação de fatores econômicos cuja oferta combinava uma enorme elasticidade e custos socialmente reduzidos: terras, mão-de-obra e alimentos. Na base desta incorporação estava a existência de uma fronteira aberta, um mosaico de produções não-capitalistas que garantiam o abastecimento interno; além do crescimento do tráfico atlântico de escravos, continuamente alimentado por sua vinculação estrutural à produção da diferenciação social na própria África subsaariana.

De tudo isso resultou uma economia de natureza atlântica, cujos lineamentos não-capitalistas lhe permitia desfrutar certa autonomia frente às pulsações do mercado internacional, além de sedimentar setores de acumulação a ela endógenos. *Pari passu*, rastreamos uma dinâmica na qual o mercado continuamente forjava uma hierarquia excludente de caráter arcaico. De fato, os negociantes de grosso trato da Colônia monopolizavam as atividades mais rentáveis (em especial aquelas ligadas ao comércio atlântico), em um movimento que implicava o dire-

cionamento dos outros agentes econômicos para as atividades menos lucrativas — leia-se, sobretudo, a agricultura.

Este quadro geral sugere um perfil de crescente enriquecimento da elite mercantil, e de contínua pauperização das camadas subalternas livres. Entretanto, o manejo das taxas de pobreza e de riqueza durante a primeira metade do século XIX mostrou certa invariância na parcela detida pelos ricos e pelos pobres. Na verdade, o acesso dos pobres a recursos produtivos em si mesmos baratos — terras, alimentos e mão-de-obra — impediu a *débâcle* social, garantindo a estabilidade do sistema em meio a altos níveis de concentração.

A elite mercantil, por sua vez, viu-se marcada por aquilo que chamamos *ideal aristocrático*, que consistia em transformar a acumulação gerada na circulação de bens em terras, homens e sobrados. Constituíam-se, assim, uma economia colonial tardia, arcaica por estar fundada na contínua reconstrução da hierarquia excludente. Nas condições específicas da colônia, a ausência do movimento ensejado pelo ideal aristocrático inviabilizaria o grande cenário rural que por séculos a fio articulou senhores e cativos.⁶

⁶O estudo que se segue é resultado de duas teses de doutoramento. Isto por si só já dá uma idéia do número de pessoas e instituições vinculadas a seu longo amadurecimento. É impossível, entretanto, deixar de sublinhar a paciência e o carinho com que José Roberto Góes, Ana Paula Goulart Ribeiro e Georgina Silva dos Santos acompanharam as etapas iniciais de sua elaboração. Mais recentemente colaboraram Ana Cláudia Quinta Pereira, Carlos Engemann, Marcelo Ferreira de Assis, Daniele Maia Francisco, Alzira Durão, Vanusa de Oliveira Martins, Ana Lugão e Cuca Machado. Para as informações que aqui careçam de indicação de fonte, cf. FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998; e FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. A presente edição incorpora algumas das críticas que foram feitas às anteriores.

CAPÍTULO II

Interpretações

1012 1107

SOBRE OS MODELOS EXPLICATIVOS DA ECONOMIA COLONIAL

Por sessenta anos, duas grandes vertentes se sucederam como paradigmas para a explicação da natureza profunda da economia colonial. Há, de um lado, a chamada escola do “sentido da colonização”, inaugurada por Caio Prado, e que encontrou continuidade em Celso Furtado e Fernando Novais. Contrapondo-se a ela estão Ciro Cardoso e Jacob Gorender, que, escrevendo nos anos 70, apontaram para a categoria de “modo de produção escravista colonial” como o eixo ao redor do qual deveria girar a apreensão daquela natureza. Não deixa de impressionar a longevidade desses quadros explicativos, tendo em vista a radicalidade das críticas à Teoria da Dependência, a partir dos anos 70, e da rapidez com que o mundo socialista foi varrido do planeta em fins da década de 1980.

A obra de Caio Prado fincou as raízes mais profundas. Rompendo com a Teoria dos Ciclos — para a qual as continuidades econômicas coloniais corresponderiam ao despontar de determinados produtos na pauta de exportações —, tentava-se resgatar os fundamentos estruturais da história brasileira. Estes necessariamente ultrapassariam as meras conjunturas e sucessivas hegemonias de produtos exportáveis. Daí que, no seu *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), em uma parte hoje

clássica e não gratuitamente intitulada "o sentido da colonização", se explique:

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um Sentido (...) uma linha mestra ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa sempre numa determinada orientação.¹

Destes pressupostos somos remetidos à Expansão Marítima e Comercial europeia. Apreender tal sentido implicaria tomar o descobrimento e a posterior estruturação da sociedade e economia coloniais como capítulos da história comercial europeia:

(...) se vamos à essência de nossa formação veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros (...) e em seguida café, para o comércio europeu (...) É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem de interesse daquele comércio, que se organizaram a sociedade e a economia brasileiras.²

Eis aqui o verdadeiro corolário da conquista e colonização da América portuguesa, ensejando um tipo de estrutura assentado na contínua transferência de excedentes para a Metrópole, o que por certo só poderia traduzir-se numa economia exportadora de base agrária. O sistema exportador resultante combinaria três variáveis, traços definidores de todo o período colonial: grande propriedade, monocultivo e trabalho escravo.

¹PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1977, p. 19.

²Idem, pp. 31-32.

A primeira derivação deste modelo: a preponderância do capital mercantil metropolitano sobre a produção colonial, visto ser por meio dele que esta última se realizaria. Residiria aí a própria razão de ser da América portuguesa, com o capital mercantil lusitano erigindo-se em instância apropriadora e transferidora do excedente gerado no Brasil. Em segundo lugar, resultado lógico da maldição agroexportadora, temos as limitações estruturais para a constituição de um mercado interno de peso na Colônia (a tendência autárquica da grande plantação e a reduzida produção mercantil de alimentos). É o próprio Caio Prado quem esclarece:

Passemos ao comércio interior (...) Não temos muitos dados; o interesse que despertava, subsidiário como era, foi pequeno e os contemporâneos nos deixaram poucas informações. Podemos, contudo, notar com absoluta segurança que o seu movimento principal é constituído ou por mercadorias que se destinam em última instância à exportação, ou aquelas que provêm da importação (...) o mais resume-se quase unicamente no comércio de abastecimento dos grandes centros urbanos, pois quanto às populações e estabelecimentos rurais elas são em regra, a este respeito, autônomas.³

A Colônia ver-se-ia polarizada social e politicamente entre os agentes que dariam vida à *plantation* — os senhores e seus escravos. Como figuras secundárias, reunidas ao redor da agroexportação, estariam os inúmeros homens livres pobres. Não estranha que, neste modelo, as elites agrárias reinem absolutas no topo da hierarquia social e econômica, submetidas apenas aos desígnios do Pacto Colonial.⁴

³PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1978, p. 110.

⁴PRADO JR., *Formação...*, op. cit., p. 23.

Por fim, a combinação de todos esses elementos convergiria para a afirmação da incapacidade da Colônia em gerar circuitos internos de acumulação: eis aqui o resultado previsível da situação de dependência. Tal conclusão marcará, implícita ou explicitamente, as interpretações posteriores a Caio Prado, o qual, desse modo, acabou por fornecer a linha mestra analítica a alguns dos mais importantes trabalhos da historiografia econômica nacional.

É o que se nota no caso de Celso Furtado, para quem, em termos gerais, o comércio exterior conformará o eixo de compreensão do funcionamento da economia escravista:

(...) sendo uma plantação de produtos tropicais, a Colônia estava integrada nas economias européias, das quais dependia. Não constituía, portanto, um sistema autônomo, sendo simples prolongamento de outros maiores.⁵

Ao partir desses lineamentos, era inevitável, também a Furtado, insistir na transferência de sobretrabalho para a Metrópole como o fundamento da economia colonial. A tal conclusão se chegou por meio da análise de dados acerca da empresa açucareira. Furtado estimava ser esta suficientemente rentável para autofinanciar a duplicação de sua capacidade produtiva a cada dois anos, o que, contudo, só por vezes ocorreu. Daí a indagação:

(...) mas se a plena capacidade de autofinanciamento da indústria não era utilizada, que destino tomavam os recursos financeiros sobranes?⁶

⁵FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967, p. 95.

⁶Idem, pp. 45-46.

Considerando que os recursos não eram aplicados no açúcar nem em outras regiões, Furtado sugere que

(...) talvez seja que parte substancial dos capitais aplicados na produção açucareira pertencesse aos comerciantes.⁷

Eis aqui claramente explicitada a subordinação da produção ao capital mercantil que, ao se apropriar da maior parte do sobretrabalho, determinaria o ritmo da acumulação.

Cabe interrogar sobre a natureza deste capital mercantil, uma vez que o autor afirma não existir na Colônia uma classe de comerciantes de importância, sendo os grandes empresários agrícolas o único grupo de expressão. Sua resposta é precisa:

(...) uma parte da renda, que antes atribuíamos à classe de proprietários de engenhos e de canaviais, seria o que modernamente se chama renda de não residentes e permanecia fora da Colônia. Explicar-se-ia, assim, a íntima coordenação existente entre as etapas de produção e comercialização.⁸

Mas Celso Furtado não se limita a seguir Caio Prado. Na busca por desvendar as flutuações da economia colonial, ele se debruça sobre o comportamento dos diferentes segmentos que a constituiriam, e acaba por elaborar uma das melhores passagens de sua obra. Apêndice de sistemas maiores, a economia estaria desprovida de ritmos próprios, com suas flutuações determinadas pelas do mercado internacional. A expansão (fase A), neste caso, seria condicionada pela alta dos preços externos,

⁷Idem, p. 46.

⁸Idem, p. 46; cf. tb. p. 94.

e a queda destes levaria à retração (fase B). Ressalte-se, porém, que a fase B não ensejaria qualquer mudança de estrutura, visto que, por então, os escravos dos engenhos se veriam deslocados para atividades de subsistência não diretamente ligadas à exportação.

Furtado conclui que as atividades voltadas para o mercado internacional, altamente especializadas, estariam caracterizadas por grande coeficiente de exportação. Por isso seu crescimento necessariamente implicaria o crescimento de setores coloniais ligados ao abastecimento. Eis aí a brecha através da qual se desenvolveria o mercado interno colonial — ou seja, as produções mercantis para o abastecimento. Por certo, este mercado conheceria limites precisos, impostos pela própria situação colonial — por exemplo, os baixos fretes marítimos, que facilitariam as importações, e a determinação metropolitana de impedir a concorrência de produtos coloniais.⁹

Ligado, pois, à exportação, o abastecimento interno não estaria assentado majoritariamente na escravidão (veja-se o caso da pecuária), e grande parte da produção deste setor se destinaria à auto-subsistência. Daí sua relativa autonomia em face das flutuações do mercado externo, a qual, porém, deve ser bem entendida: apenas em épocas de alta dos preços externos tais segmentos aumentariam seus índices de mercantilização. Durante as conjunturas desfavoráveis, pelo contrário, eles se reduziriam, pois a própria agroexportação recuaria a níveis de autoconsumo. Assim, o grau de mercantilização da produção de alimentos — e, portanto, a própria extensão do mercado interno — dependeria dos preços internacionais. Nos momentos de crise, a produção colonial poderia até aumentar, mas o

⁹Idem, pp. 51-56.

faria de forma não mercantilizada, isto é, enquanto pura produção de subsistência.¹⁰

Três décadas depois de Caio Prado haver erigido o comércio exterior à condição de eixo maior da história colonial, Fernando Novais reforçava semelhante idéia. E o fazia integrando de maneira mais sistemática o Antigo Sistema Colonial Mercantilista à acumulação primitiva de capitais:

(...) o que nos parece peculiar, historicamente específico, das formações coloniais do Antigo Regime, é que sua montagem decorre dos movimentos de acumulação do capital mercantil, na formação do capitalismo.¹¹

Novais retomava Caio Prado lançando mão de noções como “transferência de excedentes” e “relações centro/periferia”, centrais para a constituição de seu quadro explicativo.¹²

Mas o conceito de Antigo Sistema Colonial representa o instrumento analítico maior. Em Caio Prado tal noção aparece fundada naquilo que se convencionou chamar de Pacto Colonial — a exclusividade comercial entre as colônias e suas respectivas metrópoles. O Pacto seria a expressão maior do capitalismo comercial, pois reservaria aos mercadores metropolitanos o privilégio das transações coloniais.¹³ Novais é, a este respeito, enfático:

¹⁰Idem, pp. 59-64.

¹¹In: PINHEIRO, Paulo S. *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 77.

¹²CARDOSO, Ciro F. S. “As concepções acerca do ‘sistema econômico mundial’ e do ‘antigo sistema colonial’; a preocupação obsessiva com a ‘extração de excedente’”, in: LAPA, José R. do A. (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980, p. 127.

¹³PRADO JR., *História...*, pp. 116-117.

O regime do comércio colonial — isto é, o exclusivo metropolitano no comércio colonial — constituiu-se ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, no mecanismo através do qual se processava a apropriação por parte dos mercadores das metrópoles, dos lucros excedentes gerados nas economias coloniais: assim, pois, o sistema colonial em funcionamento configurava uma peça da acumulação primitiva de capitais nos quadros do desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu.¹⁴

Por certo Novais não desconhece o caráter peculiar das metrópoles ibéricas. Nestas não se verificavam os resultados finais de uma acumulação prévia de capitais — isto é, a industrialização capitalista. Embora não se detenha na análise do fenômeno (o que, segundo ele, “extravasaría nosso objetivo”), Novais, como antes o fizera Caio Prado, percebe em Portugal um capitalismo mercantil, porém marcado pela hipertrofia do Estado — um “capitalismo monárquico”. A isto acrescenta a conjuntura internacional que, a partir de meados do século XVII, se tornou desfavorável à Metrópole. Tal fenômeno ensejaria a dependência portuguesa para com a Inglaterra e aquilo que o autor chama de “transferência das vantagens” do exclusivo colonial.¹⁵

Desses pressupostos emergem os traços básicos da economia colonial, começando pela escravidão. Da mesma forma que em Caio Prado e Furtado, para Novais a hegemonia da *plantation* resultaria num mercado interno reduzidíssimo, dado que os escravos produziram grande parte de sua subsistência na própria

¹⁴NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808*. São Paulo, Hucitec, 1983, p. 92.

¹⁵Idem, pp. 65 e 81-91.

unidade exportadora. A economia colonial estaria, pois, dividida em dois setores básicos: a *plantation*, razão de ser da colonização capitalista; e o setor, subordinado e dependente, da subsistência, “para atender o consumo local naquilo que não se importa da metrópole”. Como em Furtado, as flutuações do mercado interno estariam submetidas às variações das conjunturas internacionais, e sua estreiteza redundaria no reforço da situação de dependência frente ao capitalismo comercial europeu.¹⁶ Do ponto de vista social, mesmo perdendo a maior parte do sobretrabalho extraído aos escravos para a burguesia metropolitana, a Colônia conseguiria reter algo de sua renda. Esta, naturalmente, permaneceria concentrada nas mãos da classe senhorial escravista, o que, por seu turno, permitiria a continuidade da exploração colonial.

A primeira crítica sistemática à vertente fundada por Caio Prado surgiu nos anos 70, com os trabalhos de Ciro Cardoso. Para ele, as sociedades coloniais somente revelariam seu pleno sentido quando tomadas como elementos integrantes (e até mesmo complementares e dependentes) da economia européia. Contudo,

(...) também é verdade que as atividades de conquista e colonização tiveram como resultado o aparecimento de sociedades cujas estruturas internas possuem uma lógica que não se reduz exclusivamente ao impacto da sua ligação com o mercado mundial em formação e com as metrópoles européias.¹⁷

A escravidão mercantil deveria ser apreendida como a base de uma verdadeira sociedade, determinada não somente pelo

¹⁶Idem, pp. 96 e 106-109.

¹⁷CARDOSO, op. cit., p. 127.

fato colonial, mas também por vicissitudes que lhe seriam próprias. Buscava-se romper com a tradição do “sentido da colonização”, do império do comércio exterior e da acumulação primitiva como superpermanências que a tudo condicionariam e explicariam.

Tendo estes lineamentos por base, Ciro Cardoso procurou avançar no desenvolvimento da hipótese de um modo de produção escravista colonial na América. Sua dinâmica deste seria necessariamente complexa, pois envolveria o dado da dependência — e a expressão “colonial” buscaria dar conta da contínua transferência do sobretrabalho para as metrópoles — e estruturas com contradições peculiares. De forma resumida, seriam os seguintes os traços definidores do modelo proposto:

- a) a existência de dois setores agrícolas (o sistema escravista dominante, produtor de bens exportáveis, e o camponês, exercido pelos escravos);
- b) as forças produtivas de nível relativamente baixo, marcado pelo uso extensivo dos recursos naturais e da mão-de-obra;
- c) do ponto de vista macroeconômico, a lógica do sistema e do capital mercantil seriam inseparáveis;
- d) em termos macroeconômicos, a rentabilidade da empresa escravista dependeria da redução dos custos de produção (mão-de-obra e insumos), buscando-se a auto-suficiência;
- e) os principais mecanismos de reprodução seriam o tráfico de africanos (os Estados Unidos constituindo a exceção) e diversos fatores extra-econômicos.

Em fins desta mesma década de 1970, Ciro Cardoso encontrou seguidor em Jacob Gorender, o qual procurou levar às últimas conseqüências a idéia de um modo de produção escravista colonial, mediante, inclusive, a formulação de suas “leis” de funcionamento. Estas derivariam do processo de produção, em vez da circulação de bens, mudança de perspectiva que acabou por gerar algumas das mais contundentes críticas a Caio Prado e seus seguidores.

Gorender questiona a excessiva ênfase dada à transferência do excedente colonial, corolário dos modelos anteriores. Ainda que sem maiores explicações, ele aventa a possibilidade concreta de acumulações no interior da formação colonial, resultantes da atividade agrícola e/ou comercial.¹⁸ Curiosamente, porém, percebe-se em seu modelo a persistência de elementos herdados dos quadros por ele criticados, o que está bem claro, por exemplo, em sua análise das flutuações coloniais.

Para Gorender, o escravismo não geraria um mercado interno compatível com a realização de uma produção mercantilizada mais ampla. Daí que esta produção, e com ela o próprio sobretrabalho gerado, fossem realizados externamente à Colônia — em outro modo de produção, portanto. A partir desses parâmetros podemos entender como o autor apreende as flutuações da economia colonial. Teríamos a inelasticidade do mercado interno, dada não apenas pela superespecialização da agroexportação, mas também pelo fato de a *plantation* ser bissegmentada — um espaço no qual conviveriam um setor mercantil e outro, assentado na economia natural, de onde se retiraria parte da subsistência da empresa. Esta estruturação faria com que a realização do sobretrabalho e, por conseguinte, a própria

¹⁸GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo, Ática, 1978, p. 544.

reiteração do modo de produção dependessem do mercado mundial.¹⁹ Do mesmo modo que em Furtado, expansão econômica colonial é, aqui, sinônimo de alta de preços no exterior. Tratar-se-ia, em conclusão, de um modo de produção bastante singular, posto que incapaz de gerar movimentos próprios.²⁰

*

Implícita ou explicitamente, todos os autores até aqui visitados compartilham a idéia de que à perenidade da escravidão se tornava imprescindível a existência de um fluxo externo, contínuo e economicamente viável de mão-de-obra para o Brasil. O tráfico atlântico é, pois, um problema central nos clássicos modelos explicativos de nossa história colonial. Tal centralidade pode ser expressa pelo fato de terem aqui desembarcado quase quatro dos cerca de 10 milhões de africanos importados pelas Américas entre os séculos XVI e XIX. Para que se tenha uma idéia do significado de tal cifra, a segunda maior área receptora, o Caribe britânico, recebeu pouco menos da metade desse volume.²¹

A estrutura de funcionamento e o modo de inserção do comércio de africanos na lógica econômica e social da Colônia guardam importantes diferenças em se tratando de um autor ou de outro, e mesmo entre trabalhos que compartilham perspectivas semelhantes. Observa-se, porém, serem também marcantes os pontos de confluência. Desse modo, se a reprodução física dos homens corresponde, no plano econômico, à

¹⁹Idem, pp. 169-170.

²⁰Idem, pp. 250-255.

²¹CURTIN, Philip D. *The Atlantic Slave Trade: A Census*. Madison, Wisconsin University Press, 1969, p. 268.

reprodução da força de trabalho, então o comércio negreiro internacional configura um elemento central para o cálculo econômico escravista, dele dependendo a própria reprodução da empresa colonial. Além disso, por ser extensivo, a expansão desta última necessariamente significará a incorporação de braços. Ora, se para os autores mencionados (Ciro Cardoso em menor grau) tal crescimento depende dos preços dos produtos exportados, então ao incremento das exportações de produtos tropicais corresponde o das importações de mercadorias especiais — os homens escravizados.²²

Se para Caio Prado o comércio de homens reproduz a força de trabalho, e sua perenidade implica crueldade e desprezo para com as condições de vida da escravaria, partindo dos mesmos supostos Celso Furtado é capaz de detectar uma muito consciente “visão de curto prazo” dos empresários que podem contar com um fluxo externo e barato de mão-de-obra.²³ Fernando Novais, por sua vez, embora afirme que a escravidão trave a velocidade da rotação do capital — pois implica o desembolso de recursos para a compra do cativo antes que este comece a produzir —, não se dá conta de que o próprio tráfico pode minorar o problema, como se verá.²⁴ No final da cadeia de explicações, contudo, Jacob Gorender consegue integrar organicamente o maior ou menor desgaste dos escravos à vigência do comércio de africanos. Segundo ele, ao baratear a mão-de-obra, o tráfico permite superexplorar o escravo e imediatamente substituí-lo

²²PRADO JR., *Formação...*, pp. 29-32; FURTADO, op. cit., pp. 53-54 e 125-127; CARDOSO, *Ciro*. “Escravidão e dinâmica populacional nas Américas”, in: *Estudos econômicos*, 1983, 13, 1, pp. 45-46.

²³PRADO JR., *Formação...*, op. cit., pp. 277; FURTADO, op. cit., pp. 53 e 125-127.

²⁴NOVAIS, op. cit., p. 100.

por outro, diminuindo o intervalo entre o desembolso da compra e o posterior reembolso. Em contrapartida, nessa fase de expansão se assiste ao aumento da velocidade da rotação do capital investido na aquisição do cativo. A alta mortalidade escrava resultante tramaria para a constância da incapacidade colonial em suprir internamente de braços as empresas exportadoras. Desse ponto de vista, a perenidade do comércio de almas remete, paradoxalmente, ao próprio tráfico.²⁵

Embora se reconheça que os preços externos de produtos tropicais e o volume de importação de africanos mantenham uma relação diretamente proporcional, o inverso não é considerado. Ou seja, não se pensa que na fase B do mercado internacional se possam incrementar as exportações de produtos tradicionais e, portanto, o próprio desembarque de africanos no Brasil. Descarta-se a análise das potencialidades do mercado atlântico de cativos para o enfrentamento das conjunturas de baixa. Por outro lado, a necessidade do fluxo demográfico externo adquire, em cada autor, motivações distintas de acordo com o momento que se considere. Ao analisar a escravidão já plenamente constituída, o exercício da lógica empresarial por certo implicaria um aparente desperdício de força de trabalho, tornando o tráfico um elemento estrutural. Se vamos, porém, à gênese do tráfico, ainda no século XVI, mas sobretudo ao longo do século XVII, a escassez de braços nativos na escala exigida pela produção é fator determinante, firmemente acentuado por Caio Prado, Celso Furtado e Ciro Cardoso, reticentemente assumido por Jacob Gorender e enfaticamente negado por Fernando Novais. Se para os três primeiros essa escassez — ou, no caso de Gorender, o “nível das forças produtivas” — é que levaria à adoção da escravidão mer-

²⁵GORENDER, op. cit., pp. 195-197 e 321-322.

cantil, é evidente que para todos eles a demanda precede à oferta de braços.²⁶ Com relação a Novais, isto somente seria verdadeiro enquanto se referisse ao comércio de aborígenes. Quando, segundo o raciocínio do historiador paulista, passássemos ao tráfico de africanos, teríamos que a alta lucratividade desta atividade é o que levaria à utilização dos africanos pelas empresas escravistas coloniais, com o comércio atlântico de almas firmando-se como um dos mais rentáveis setores de acumulação para o capital comercial europeu.²⁷

Não deixa de ser curioso notar que, embora pensem o tráfico como um fluxo contínuo e barato, estes autores tomam a África apenas como uma espécie de grande e passivo viveiro humano. Não se questionam as razões de o continente negro poder ter oferecido escravos durante uma longuíssima duração e a custos tão baixos. A exceção é Ciro Cardoso, que se refere à África como *locus* social e economicamente heterogêneo, e à violência e apropriação de trabalho alheio como elementos fundamentais para a continuidade do comércio atlântico. Infelizmente, talvez porque não fosse este o seu objetivo, a análise não vai mais longe.²⁸ Gorender, por sua vez, é o que mais longamente se refere ao continente africano. Suas conclusões tendem a assumir que, vítima passiva da fome de braços da empresa colonial, a África estaria perfeitamente integrada aos desígnios do mercado europeu. É certo que ele reconhece ser a realidade africa-

²⁶PRADO JR., *História...*, p. 36; FURTADO, op. cit., p. 13; CARDOSO, Ciro. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 138 e 194.

²⁷NOVAIS, op. cit., p. 105.

²⁸CARDOSO, Ciro. “Sobre os modos de produção coloniais da América”, in: SANTIAGO, Theo (org.). *América colonial*. Rio de Janeiro, Pallas, 1975, p. 72; e, do mesmo autor, na mesma coletânea, “O modo de produção escravista colonial na América”, p. 90.

na heterogênea. Entretanto, sem um maior aprofundamento, o continente negro aparece como portador de uma oferta elástica e pouco custosa de força de trabalho, cuja realização por intermédio do tráfico permitiria à empresa escravista adotar uma lógica microeconômica bastante rentável e reificadora.²⁹

Outro ponto comum, apenas insinuado por Caio Prado e Furtado, mas firmemente explicitado por Novais e Gorender, refere-se ao caráter metropolitano dos negócios negreiros, que se estruturariam e funcionariam em prol do capital comercial europeu. A reprodução física dos cativos — e, pois, a do próprio sistema escravista brasileiro — seria externa à formação colonial, não apenas porque viria de fora dela o agente produtivo maior (o escravo), mas também e sobretudo porque seriam externos os recursos e as frações econômicas viabilizadoras do comércio de almas.³⁰ Eis aqui uma consequência lógica em modelos que assumem serem os plantadores o pólo hegemônico da sociedade colonial, com a mais completa atrofia dos setores mercantis ali presentes. Mesmo quando se aponta para a possibilidade de parques níveis de acumulações endógenas, exclui-se o setor mercantil colonial. Do ponto de vista teórico, a necessidade estrutural de financiamento exterior, sobretudo no que se refere ao tráfico, impossibilitaria pensar na existência de uma verdadeira sociedade escravista no Brasil. Além disso, Gorender observa que, em termos macroeconômicos, a reprodução externa da escravidão funcionaria como um potente mecanismo de desacumulação, com profundas e negativas consequências para o desenvolvimento do Brasil.³¹ Por tudo isso não chega a surpreender que, aos defensores da especificidade do modo de

produção escravista na América, João Manuel Cardoso de Mello, dando como certo que o tráfico atlântico se tratasse de uma empresa constituída e subordinada ao capital mercantil metropolitano, pergunte:

(...) que modo de produção é este que não se reproduz [internamente]...?³²

EM BUSCA DE UMA NOVA ABORDAGEM

Seguindo os passos de Caio Prado, Novais e Ciro Cardoso, cremos que compreender a instauração da economia colonial passe necessariamente por entender a economia e sociedade lusitanas do Antigo Regime. Afinal, a Colônia resultou da expansão metropolitana, e a estruturação de seu sistema produtivo obedeceu às vicissitudes do projeto português de colonização. Urge, pois, ao menos esboçar os traços gerais da peculiar estrutura portuguesa moderna, no intento de encontrar as raízes da formação colonial brasileira.

Se tomarmos o século XVIII lusitano, observaremos o amplo domínio de estruturas agrárias tradicionais, configurando, em princípio, a típica paisagem do Antigo Regime: a aristocracia controlava, direta ou indiretamente, metade das terras e seus pares eclesiásticos cerca de 30%.³³ A cidade não se desenvolvia, travada pelo predomínio de atividades eminentemente mercantis e administrativas. A indústria era sinônimo de produção

²⁹GORENDER, op. cit., pp. 133-137.

³⁰Idem, pp. 120, 208 e 211; cf. tb. NOVAIS, op. cit., pp. 104-105.

³¹GORENDER, op. cit., p. 544.

³²MELLO, João M. C. de. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 42.

³³GODINHO, Vitorino M. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa, Arcádia, 1975, pp. 85-93.

artesanal assentada em pequenas e médias oficinas, sendo exceção a manufatura mais complexa.³⁴

Para sermos mais exatos, o arcaísmo dessa estrutura era tão radical que chegava a diferir até mesmo dos padrões clássicos que marcavam as sociedades do Antigo Regime. Por exemplo: durante o século XVI, o panorama agrícola era de atrofia tecnológica e demográfica, estimando-se que o campesinato somasse apenas 1/3 da população — dado estranho até mesmo às economias de tipo antigo. Em contrapartida, os segmentos formados pelo clero (no século XVII havia um membro da Igreja para cada grupo de 36 habitantes), fidalgos e mercadores abarcavam outro terço, cabendo a parcela restante a artífices, trabalhadores manuais, marinheiros, pescadores, servidores e ociosos.³⁵

Podem-se questionar estes números, mas o fato é que a agricultura era incapaz de prover os recursos necessários à manutenção da sociedade, tendência que se agravava desde muito. Se até o século XIV a importação de alimentos era episódica, ocorrendo apenas em épocas de escassez, no século XVII importava-se de 15% a 18% dos cereais consumidos.³⁶ Simultaneamente, a agricultura exportadora expandia-se, centrada sobretudo em vinhas e oliveiras — por volta da época da Restauração, os cereais ocupavam 900 mil hectares contra os 600 mil dos cultivos destinados à venda no exterior.³⁷

³⁴FALCON, Francisco J. C. *A época pombalina*. São Paulo, Ática, 1982, p. 463.

³⁵GODINHO, op. cit., p. 104.

³⁶GODINHO, Vitorino M. *Ensaio II*. Lisboa, Sá da Costa, 1978, p. 27.

³⁷HANSON, Carl A. *Economia e sociedade no Portugal barroco*. Lisboa, D Quixote, 1986, p. 222.

A colonização ultramarina transformou-se em precondição para a perpetuação dessa estrutura. Como resposta inicial às dificuldades de uma sociedade aristocrática abalada pela crise do século XIV e à necessidade de afirmação de um jovem Estado nacional, a Expansão Marítima e a ulterior colonização americana modificariam a antiga sociedade e economia lusitanas para preservá-las no tempo. Eis o papel da transferência da renda colonial para a Metrópole: a manutenção de uma estrutura parasitária, consubstanciada em elementos como a hipertrofia do Estado; a hegemonia dos Grandes da aristocracia que, direta ou indiretamente, viviam dos recursos do Ultramar; e o sustento de categorias sociais como o fidalgo-mercador e de sua contrapartida, o mercador-fidalgo.³⁸

Ao longo dos séculos XIV e XV, a sociedade lusa testemunharia uma série de fenômenos que não apenas condicionariam a sua história, mas também a da futura América portuguesa. Durante a baixa Idade Média, a nobreza portuguesa se multiplicaria. Entretanto, o crescimento das cidades (leia-se comércio e mercadores) e o fim da Reconquista cristã no século XIII, conjugados aos efeitos da crise do século XIV (rarefação de mão-de-obra e queda das receitas senhoriais), criariam um novo cenário para a nobreza — caracterizado pela ameaça de diminuição de seus privilégios e de seu predomínio social.

Como tentativa de reverter tal quadro (que, afinal, era também europeu), eclodiram as guerras de 1367-70, 1372-73 e 1381-83 contra Castela³⁹ e, fora da península, reiteraram-se conflitos como a guerra dos Cem Anos e a das Duas Rosas na

³⁸GODINHO, *Estrutura...*, op. cit., p. 116; BOXER, Charles R. *O império colonial português, 1415-1825*. Lisboa, Edições 70, 1981, pp. 303-323.

³⁹Sobre o tema ver MATTOSO, J. *História de Portugal — A monarquia feudal*. Lisboa, Estampa, s.d., pp. 491-493.

Inglaterra quatrocentista.⁴⁰ Outro aspecto desse mesmo cenário eram as contínuas desordens políticas e a tensão social.

Para Portugal, semelhante quadro seria acrescido por mais um ingrediente: a formação do Estado nacional sob a égide da jovem dinastia de Avis (1383-85), sempre prestes a sucumbir a Castela, um vizinho bem mais poderoso. Era este o contexto que permite entender a evolução do expansionismo luso. Em face do perigo representado por uma fidalguia ociosa — o que aumentava as tensões internas e levava a incursões aventureiras no país vizinho, à revelia do rei —, D. João I optou por Ceuta. A expedição de 1415 representava a possibilidade de direcionar para o Marrocos a aristocracia em crise, garantindo assim a estabilidade social interna e postergando os problemas com Castela. Mais do que isto, esta expedição foi levada a cabo em nome da monarquia, o que reforçava a autoridade de *El Rey*.⁴¹ Começava a desenhar-se uma política para a qual a expansão para além-mar surgia como possibilidade de fortalecer o Estado e afirmar a nova dinastia.

O reino percebia-se como uma ilha, cuja condição de sobrevivência, em função de sua debilidade no tabuleiro político e econômico europeu, dependia da neutralidade, virando as costas para a Europa e voltando-se para o oceano — i.e., para o Marrocos e para o Atlântico.⁴² Mas mesmo no norte africano as coisas não foram fáceis. Os contínuos reveses no Marrocos levaram a Coroa a resignar-se ao custeio da expansão comercial, à colonização de espaços vazios e à dominação de redes comerciais. Daí termos, em 1439, o início da formação do senhorio insular — constituído inicialmente pelo arquipélago dos Açores — do infante D. Henrique. Tratava-se de concessão dada pelo seu ir-

mão e regente D. Pedro, com a qual pretendia afastar o *Navegador* do Marrocos. Na mesma época, os dois irmãos enviavam caravelas para as costas africanas com intuítos mercantis.

Em 1448, começava-se a assistir à complementaridade econômica entre as diferentes peças do nascente sistema: os escravos apresados na Berbéria trabalhavam nas plantações de açúcar da Madeira; o trigo produzido nas ilhas do Atlântico era trocado pelo ouro do Sudão; e especiarias como o açúcar eram negociadas na Europa. No mesmo ano proibiu-se o curso ao sul do Bojador, o que significava a vitória do comércio. Por essa época as iniciativas comerciais dos infantes se faziam acompanhar cada vez mais de perto pelos grupos mercantis e pela fidalguia. Já no reinado de D. João II dava-se a instalação do Castelo de São Jorge de Mina, por meio do qual a Coroa controlava sobretudo o comércio de ouro e de escravos africanos. Na segunda metade do século XV tornou-se claro que a neutralidade portuguesa na Europa era elemento indissolúvel da ordenação de seu império ultramarino. Igualmente, o Ultramar surgia como base do Estado nacional constituído à sombra da realeza e que, ao mesmo tempo, se afirmava à custa da aristocracia, embora garantindo-lhe os meios de sustento.⁴³

O Estado português de fins do século XV ocupava um espaço privilegiado na atividade comercial, como armador, mercador, explorando monopólios etc. Não surpreende que, em 1506, 65% de suas receitas se originassem desses tratos, e que doze anos depois a percentagem subisse para 68%. Passados cem anos, o quadro pouco se modificaria, e em 1607 e 1619 os ganhos provenientes do comércio e do Ultramar somavam mais de 70% das receitas da Coroa, quando o comércio interno e as rendas

⁴⁰THOMAZ, Luís. *De Ceuta a Timor*. Lisboa, Difel, 1994, p. 27.

⁴¹Idem, pp. 39, 57 e 97.

⁴²Idem, pp. 59 e 81.

⁴³Idem, pp. 116, 125 e 147.

fundiárias não chegavam a 1/4.⁴⁴ Em suma, se em princípios do século XVI cerca de 2/3 da renda estatal provinham do tráfico marítimo, tal perfil ainda vigia durante a segunda metade do século XVIII.⁴⁵

Se estes números mostram que o Antigo Regime português dependia, direta e indiretamente, do império comercial, ao demonstrarem que o Estado não se nutria da renda fundiária eles também insinuam que esta continuava a transferir-se para a aristocracia e para o clero, reforçando a agricultura tradicional.⁴⁶ Mas a existência do império não significava, para as principais casas senhoriais, apenas a possibilidade de apropriar-se de uma parcela maior da renda agrária. Afinal, Portugal era um país de terras pobres — i.e., onde a renda fundiária era por definição escassa. Logo, por intermédio da Coroa os grandes fidalgos recebiam do Ultramar parte significativa dos seus ganhos. É o que sugere, por exemplo, as rubricas das despesas do reino em 1607. Nesse ano, a Coroa despendia 562:030\$941 réis para sustento da aristocracia, em gastos como tenças (pensões dadas por serviços prestados), moradias (tenças de valor variado usufruídas por nobres), ordenados e juro.⁴⁷ A soma destes gastos representava cerca de 40% de todas as receitas da Coroa, alcançando 52% das provenientes do além-mar.⁴⁸

⁴⁴Cf. Apêndice S.

⁴⁵GODINHO, *Ensaio...*, op. cit., pp. 57-72.

⁴⁶Cf. PEDREIRA Jorge M. V. *Estrutura industrial e mercado colonial — Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa, Difel, 1994, *passim*.

⁴⁷GODINHO, *Ensaio...*, op. cit., p. 71. Para o entendimento das tenças, moradias, ordenados e juro, ver SERRÃO, Joel. *Pequeno dicionário de história de Portugal*. Lisboa, Figueirinhas, 1987.

⁴⁸Para um quadro, no século XV, de dependência econômica da grande nobreza lusa em face das benesses fornecidas pela Coroa, cf. PEREIRA, J. C. "A renda de uma grande casa senhorial de quinhentos", in: *Actas das primeiras jornadas de história moderna*. Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986, vol. II, pp. 789-819.

Por meio do sistema de mercês as rendas ultramarinas reforçavam o caráter corporativo da monarquia portuguesa, "cujos encargos correspondem basicamente à estrutura feudal-corporativa do benefício".⁴⁹ O sistema de mercês, surgido em meio às guerras de Reconquista contra os muçulmanos, previa que o rei concedesse sobretudo à aristocracia terras e privilégios (arrecadação dos direitos régios) em recompensa por serviços prestados.⁵⁰ Por meio deste sistema a Coroa continuamente criava e recriava uma hierarquia social fortemente desigual, baseada em privilégios.⁵¹ Em 1434, a Lei Mental regulou essas doações. Entre outros aspectos, estabeleciam-se mecanismos de transmissão generacional dos bens da Coroa em uma mesma casa aristocrática, podendo as doações serem retiradas pelo rei — o que se observou, por exemplo, em meados do século XVII. Uma das conseqüências dessas práticas foi a formação de uma aristocracia constituída não tanto por grandes proprietários, como na Inglaterra e França, mas principalmente por beneficiários dos favores reais. Entre 1750 e 1792, por exemplo, trinta das 52 casas da alta

⁴⁹HESPAÑA, A. M., "A fazenda", in: HESPAÑA, A. M. (coord.). *História de Portugal — Antigo Regime*, Lisboa, Estampa, 1993, p. 225.

⁵⁰NETO, M. Sobral. "A persistência senhorial", in: MAGALHÃES, J. R. (coord.). *História de Portugal — No alvorecer da modernidade*. Lisboa, Ed. Estampa, 1993, p. 165.

⁵¹É possível que, para o melhor entendimento das mercês distribuídas pelo Rei, seja útil a noção de "economia do Dom", de Marcel Mauss (*Sociologia e antropologia*. São Paulo, EPU, 1974). O movimento de dar pressupõe receber e retribuir e, desse modo, se estabelecem relações sociais cuja marca é o desequilíbrio e a dependência. Portanto, os privilégios concedidos permitiam à Coroa estabelecer vínculos de subordinação com a aristocracia e, conseqüentemente, ensejavam o fortalecimento da autoridade real. Para a aplicação deste conceito na análise do Antigo Regime português, ver XAVIER, A. & HESPAÑA, A. M. "As redes de clientelares", in: HESPAÑA, op. cit., pp. 382-386.

nobreza do país tinham mais de 50% dos seus rendimentos retirados dos bens concedidos pela Coroa.⁵²

No Portugal do Antigo Regime, em especial depois da Restauração de 1640, a aristocracia se identificava com os serviços à monarquia. Tratar-se-ia de uma elite cortesã que monopolizava os principais cargos e ofícios no paço, no exército e nas colônias. Como remuneração, recebia novas concessões régias, que poderiam ser acumuladas ou adquirir a forma de novos serviços, como a administração de mais bens da Coroa ou de postos de maior prestígio.⁵³

Outra forma de remuneração de serviços era a concessão de postos da administração real no âmbito do Império. Foi o que fez D. João III a D. Francisco Rolim, o qual, em dificuldades financeiras na metrópole, recebeu o posto de capitão-mor na Índia.⁵⁴ Aliás, é no Estado da Índia onde mais claramente se nota o alcance ultramarino do medieval sistema de distribuição de benefícios. Ali os portugueses não mudaram as estruturas produtivas preexistentes, contentando-se com o domínio sobre certos circuitos do comércio. Calcado nesses eixos, o sistema econômico da Ásia portuguesa sustentava-se no comércio e na redistribuição. A Coroa concedia postos administrativos e militares que proporcionavam, além dos vencimentos, privilégios mercantis, viagens marítimas em regime de exclusividade ou de isenção de taxas e as “liberdades da Índia” — ou seja, o direito de transportar gratuitamente, nas embarcações reais, mercadorias em regime privado.⁵⁵

⁵²MONTEIRO, N. Gonçalo. “Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia”, in: HESPANHA, op. cit., pp. 333-370.

⁵³MONTEIRO, N. Gonçalo. *O crepúsculo dos grandes (1750-1832)*. Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1998, pp. 227-234 e 503-511.

⁵⁴MAGALHÃES, J. R., “A Sociedade”, in: MAGALHÃES, J. R. (coord.), *História...*, op. cit., p. 492.

⁵⁵THOMAZ, op. cit., pp. 271 e 430.

As mercês eram concedidas de acordo com dois critérios: a posição social do postulante ao benefício e a importância dos serviços prestados. Na Índia combinavam-se as mercês com práticas mercantis e, de acordo a Subrahmanyam, o comércio realizado por funcionários era uma constante na história da presença portuguesa.⁵⁶ Portanto, não se estranha que, no século XVII, os capitães de Málaca chegassem a se utilizar de sua posição para criar monopólios comerciais de curta duração.⁵⁷

Através do sistema de mercês no além-mar e na própria administração do Império somos remetidos à categoria de “fidalgo-mercador”. Desde muito a historiografia portuguesa a emprega para tentar explicar a preservação da estrutura social aristocrática no país.⁵⁸ No início da década de 1990, Thomaz agregaria outros aspectos referentes a ela. Segundo ele, o principal veículo do comércio ultramarino do século XV a meados do século XVII não era a burguesia, mas sim o próprio Estado, sendo os seus agentes majoritariamente os pequenos nobres.⁵⁹ Os segmentos de origem aristocrática que, por falência de suas casas ou transformação em *segundões* — preteridos pelo sistema de herança imposto pela Lei Mental⁶⁰ —, se viam desempregados no reino, percebiam no serviço das Conquistas a possibilidade de recuperar o *status* perdido. Assim, por meio da categoria fidalgo-mercador podem-se apreender movimentos de

⁵⁶SUBRAHMANYAM, S. *O império asiático português, 1500-1700*. Lisboa, Difel, s.d., p. 326; cf. tb. THOMAZ, op. cit., p. 431.

⁵⁷THOMAZ, op. cit., pp. 567-590.

⁵⁸Cf. RAU, Virgínia. *Estudos sobre a história econômica e social do Antigo Regime*. Lisboa, Ed. Presença, 1984; e GODINHO, *Estrutura...*, op. cit., passim.

⁵⁹THOMAZ, op. cit., p. 153.

⁶⁰Por esta lei apenas o filho mais velho herdava os direitos de sua casa aristocrática.

setores da aristocracia que enriqueciam no Ultramar para ampliar e/ou manter terras, rendas e prestígio na metrópole. Por meio de fortunas assim acumuladas, famílias fidalgas instituíam ou ampliaram morgados em Portugal. São exemplos desse movimento os Albuquerque e os Saldanha, titulares, respectivamente, no governo da Índia e de Angola/Rio de Janeiro, além do caso de Duarte Sodré Pereira, antigo governador de Pernambuco.⁶¹

Observe-se que a concessão de postos e privilégios no Ultramar não era um benefício concedido apenas aos diferentes estratos da aristocracia, estendendo-se a antigos soldados ou pessoas de origem plebéia. Da mesma maneira que os fidalgos, estes também vislumbravam em tais funções a possibilidade de enriquecer. Se sobrevivesse às campanhas militares e misérias do Oriente, por exemplo, um soldado podia solicitar ao rei pensões ou recompensas. Uma vez que a Coroa decidisse ser ele digno de recompensa, esta em geral assumia a forma de doações de cargos (capitão de fortaleza, escrivão da fazenda real etc.), de concessões de viagem comercial ou ainda de um posto em alguma obscura feitoria. Na maioria dos casos as doações assumiam a forma de serventia por três anos e, por serem freqüentes, muitas vezes faziam os pretendentes esperarem décadas até ocupar o posto almejado. Em determinadas circunstâncias, tais benefícios reais podiam ser doados e mesmo vendidos a terceiros.⁶²

⁶¹Silva, M. J. O. *Fidalgos-mercadores no século XVIII*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1992; MAGALHÃES, J. R., "A sociedade", in: MAGALHÃES, J. R. (coord.), *História...*, op. cit., pp. 487-507.

⁶²BOXER, op. cit., p. 285.

Em resumo, a Expansão Marítima serviu ao fortalecimento da autoridade estatal. À aristocracia fundiária em crise, permitiu contrabalançar a queda das rendas agrícolas derivada da depressão agrária e, posteriormente, fazer frente à contínua pobreza do Reino.⁶³ Por fim, para os demais grupos sociais o Império aparecia como a possibilidade de enriquecimento e melhoria de *status*.

O século XVIII assistiu à sedimentação desse quadro, quando a atividade agrícola por si só não podia manter a dominação aristocrática. Logo, a participação direta ou indireta dessa fração na exploração do comércio ultramarino já tinha deixado de ser eventual para se transformar em condição *sine qua non* para sua sobrevivência. A redefinição da acumulação mercantil como elemento de sustentação da posição aristocrática traduzia-se, igualmente, numa política contrária à constituição de companhias monopolísticas mercantis que pudessem fortalecer as posições dos grandes comerciantes. Havia ainda uma aliança tácita entre os fidalgos e o pequeno comércio, no sentido de prevenir o crescimento dos grandes mercadores e, pois, contrária à modernização que eles porventura pudessem implementar. Fenômeno desse tipo pode ter estado, por exemplo, na base do

⁶³Um exemplo das seculares dificuldades agrárias de Portugal em meio à Europa Moderna pode ser ilustrado pelo século XVI, que teve como uma característica a contínua alta dos preços de cereais. Considerando o custo dos grãos — entre 1501-1510, igual a 100 —, notar-se-ia até 1600 a seguinte evolução dos preços para diferentes partes da Europa: na Inglaterra ele subiria para 425; na Espanha (Castela Nova e Valência), para 376; e na França, para 651 (KRIEDTE, Peter. *Feudalismo tardio y capital mercantil*. Barcelona, Grijalbo, 1985, p. 67). Em Portugal, tal tendência iria adquirir a forma de catástrofe social, em função da pobreza de suas terras. Tendo por base as vendas do trigo de São Miguel (Açores), em Lisboa, observa-se que até 1594 (1515=100) o seu preço aumentaria para 880 — GODINHO, V. M. *Introdução à história econômica*. Lisboa, Horizonte, s.d., p. 171.

fiasco da Companhia Geral do Comércio do Brasil, em meados do século XVII.⁶⁴

Enfim, prevaleciam valores não-capitalistas, para os quais ascender na hierarquia social necessariamente implicava tornar-se membro da aristocracia. Daí a grande propensão dos meios mercantis à aristocratização, e a canalização e esterilização de vultosos recursos adquiridos na esfera mercantil para atividades de cunho senhorial.⁶⁵ Daí também poder-se assumir que o “atraso” português, em pleno século XVIII, não se constituísse em mero anacronismo, fruto de uma putativa incapacidade de acompanhar o destino manifesto capitalista europeu; ao contrário, o arcaísmo era, isto sim, um verdadeiro projeto social, cuja viabilização dependia, no fundamental, da apropriação das rendas coloniais. As tentativas de modernização assentadas na manufatura, ocorridas no Setecentos e no Oitocentos, somente surgiram em meio a conjunturas nas quais a reprodução desse tipo de projeto se via ameaçada; uma vez passado o perigo, o ideal arcaico retornou com força total.⁶⁶

O capital mercantil português deve ser tomado como um dos exemplos mais radicais do modelo de circulação cuja reprodução se baseia naquilo que Marx chama de “lucro sobre a alienação”: comprar barato para vender caro é a lei e, por isso, o monopólio é o seu veículo.⁶⁷ Com uma diferença fundamental

em relação, por exemplo, à estrutura do capital mercantil inglês, holandês e mesmo francês da Época Moderna: a atividade comercial lusitana tinha por fim último a permanência de uma sociedade arcaica, não chegando a assumir os contornos revolucionários que desempenhava em outros países. Logo, a esterilização dos recursos apropriados na esfera colonial acabava por ser tão volumosa que a capacidade de financiar até mesmo as atividades essenciais à sua reprodução parasitária (navios, armazenamento, seguros etc.) se tornava limitada.

Por certo, a recente historiografia portuguesa destaca que, na segunda metade do século XVIII, tal cenário começaria a mudar.⁶⁸ Teríamos então o fortalecimento de um grupo empresarial burguês e o crescimento da produção manufatureira. Contudo, mesmo esse crescimento se faria tendo como pano de fundo o Império, principalmente o mercado comprador brasileiro e a arrematação de impostos. A “burguesia” criada sob os auspícios de Pombal não chegou a controlar o comércio ultramarino — sua força baseava-se principalmente nos contratos do Estado. Ademais, como essa mesma historiografia demonstra, uma vez passados os efeitos conjunturais das guerras napoleônicas, quando se observou certa euforia pelas mercadorias coloniais comercializadas por Portugal, a década de 1820 caracterizou-se pela perda dos entrepostos de Lisboa e do Porto. Uma das consequências da concorrência estrangeira foi a queda das exportações portuguesas e, com ela, definhou-se o setor chave da primeira “revolução industrial” lusa. Indústria nascente, os têxteis de algodão foram atingidos em cheio, mal sobrevivendo nas décadas seguintes.⁶⁹

⁶⁴Cf. GODINHO, *Estrutura...*, op. cit., pp. 89-93; e ALMEIDA, José R. C. D. “Traços gerais do sistema de comércio português no Atlântico — Esboço de caracterização, 1475-1750”, in: *Primeiras jornadas de história moderna*. Lisboa, s.d., p. 964.

⁶⁵GODINHO, *Estrutura...*, op. cit., p. 103; SMITH, David G. “Old Christian Merchants and the Foundation of the Company, 1649”, in: *Hispanic American Review*, 1974, 54, 2, p. 259; RAU, op. cit., pp. 29-35.

⁶⁶GODINHO, *Estrutura...*, op. cit., capítulo V.

⁶⁷MARX, Karl. *El capital*. México DF, Fondo de Cultura Económica, 1975, vol. 3, pp. 318-319.

⁶⁸Ver, entre outros, ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império*. Lisboa, Afrontamento, 1993; PEDREIRA, op. cit.

⁶⁹Ver, em especial, ALEXANDRE, op. cit., parte VI, em especial p. 792.

As novidades “burguesas” do século XVIII não se assentaram em mudanças estruturais como, por exemplo, a formação de um mercado interno capaz de sustentar uma crescente produção industrial. Não se criaram as condições econômicas necessárias para que as exportações manufatureiras portuguesas pudessem concorrer com a de outros países europeus no mercado brasileiro depois de 1808, e muito menos depois de 1820. Por tudo isso, o capital mercantil metropolitano voltava-se quase que integralmente para a apropriação do *resultado final* da atividade econômica colonial — ou seja, o sobretrabalho dos cativos contido no fluxo comercial entre Brasil e Portugal. Tal situação constitui, em si mesma, a primeira variável que ajudava a modelar a economia colonial. Em face de um projeto colonizador que prescindia de uma burguesia metropolitana forte, era teoricamente fácil à economia colonial adquirir certa autonomia, desde que fosse capaz de reproduzir seus fatores constitutivos.

De acordo com os modelos explicativos vistos, tais fatores redundariam em uma agricultura extensiva, cuja reiteração temporal dependeria, sobretudo, da existência de uma oferta elástica de homens, terras e alimentos. Assim combinados, eles se adequariam *in totum* a um quadro geral caracterizado por baixos níveis de capitalização e técnicas agrícolas rudimentares. Contudo, assumindo que as terras se constituíssem efetivamente em recursos abertos, verifica-se que alimentos e cativos se inseriam no processo de reprodução da agroexportação por meio do mercado. Em outras palavras: a estrutura de produção colonial gerava seus mercados de homens e alimentos, o que, por sua vez, viabilizava a aparição de circuitos internos de acumulação para além das trocas com a Europa.

O estudo do caso do Rio de Janeiro demonstrará que a reprodução da economia colonial tardia se dava em meio a um

mercado colonial e atlântico de natureza não-capitalista. A mão-de-obra cativa era produzida na África, por mecanismos não-econômicos, e tinha por fundamento a montagem e/ou consolidação de hierarquias sociais internas ao continente negro. Por estar calcada na violência, tal produção implicava a apropriação de trabalho social alheio, o que, por seu turno, redundava em baixos preços da mercadoria humana. A isto se agregava a existência, no próprio espaço colonial, de um amplo mosaico de formas de produção não capitalistas — que se utilizavam do trabalho escravo, da peonagem, do camponês etc. —, geradoras de uma oferta de alimentos e de insumos básicos a baixos custos.

Homens e alimentos constituíam duas das principais variáveis do que aqui designamos *mercado atlântico*. Se a elas agregarmos a estratégia pragmática da Metrópole — cingida à apropriação dos resultados finais da exploração colonial —, estaremos diante das precondições fundamentais para a emergência e posterior hegemonia do capital mercantil da Colônia.

O quadro esboçado, ao afirmar-se em meio a uma frágil divisão social do trabalho, implicava uma débil circulação de numerário e bens, o que, por sua vez, redundava na rarefação dos mecanismos de crédito. Estava dado o contexto inicial para a preeminência do capital mercantil residente, que, ao deter a liquidez do sistema, controlava os mecanismos de financiamento e, pois, a própria reprodução da economia. Acrescente-se, por fim, que os baixos custos mediante os quais essa economia se reiterava ensejavam a esterilização de parcelas expressivas do sobretrabalho social — sob diversas formas (entesouramento, gastos conspícuos, etc.). Já se verá não ter sido gratuito que os grandes comerciantes (os *negociantes de grosso trato*) constituíssem a verdadeira elite colonial.

Uma economia assim estruturada, marcada pelo controle interno de fatores baratos de produção, desfrutava uma relativa autonomia em face das flutuações do mercado internacional. Logo que o estudo do caso do Rio de Janeiro permita constatar tal autonomia, poderemos redefinir os pressupostos da própria inserção da formação colonial ao mercado exterior. Em suma, seremos obrigados a indagar acerca dos objetivos mais profundos que regeriam a reprodução dessa estrutura relativamente autônoma.

O ponto de vista assumido por este trabalho é o de que, para além das frações dominantes coloniais, a consecução do projeto colonizador, mais do que criar um sistema *monocultor* e exportador, visava a reproduzir em continuidade (i.e., *no tempo*) uma hierarquia altamente diferenciada. Por se tratar de estratificação assentada no escravismo, sua viabilização tinha por pressuposto a própria reprodução das relações de *poder*: afinal, eram mecanismos extra-econômicos os vetores que impeliam o cativo ao trabalho. A consequência mais palpável desse contexto seria a necessidade da permanente reprodução ampliada da empresa escravista. Por ter como fundamento a contínua recriação da diferenciação social, ela não poderia estar completamente à mercê das flutuações do mercado internacional; caso contrário, a cada fase B corresponderia uma verdadeira revolução nas relações sociais vigentes. Daí a incessante busca da empresa por expandir-se também em meio às conjunturas desfavoráveis — seja incrementando o volume da produção, seja pela adoção de novos produtos. Desse movimento dependia a manutenção do poder das elites coloniais.

*

Buscamos aferir as idéias até aqui expostas sobretudo mediante o manejo de documentação cartorária manuscrita propícia à

quantificação. Na medida em que este tipo de material inexistia, ou que a reflexão não demandasse medição, lançamos mão de manuscritos de natureza qualitativa. Tanto em um caso quanto no outro, procuramos complementar a análise por meio de fontes primárias impressas e de trabalhos de segunda mão.

Por sua estrutura interna — de formato praticamente invariável no tempo —, pela abrangência das informações que se reiteram e que permitem a abordagem econômico-social e, em particular, por abarcarem uma quantidade ímpar de agentes socioeconômicos, privilegiamos o trabalho com quatro grandes *corpus* documentais relativos ao Rio de Janeiro: as listagens de entradas de navios no porto carioca, impressas ou manuscritas; os códices de entradas e saídas de tropeiros na Corte; os inventários *post-mortem* e as escrituras públicas de compra e venda.

Com o primeiro estabelecemos as flutuações do comércio atlântico entre a África e o porto do Rio de Janeiro. Trata-se de procedimento importante, pois a posição de grande centro redistribuidor de mão-de-obra, desfrutada pelo porto carioca, permitiu tomar os movimentos de expansão e retração das importações de negros como sólidos índices das flutuações da economia do Sudeste colonial tardio, sobretudo de seu núcleo dinâmico — o próprio Rio de Janeiro. Temos, ainda, as séries de entradas de navios com gêneros para o abastecimento e a exportação. Todo esse material permitiu aprofundar questões também importantes como os perfis de concentração dos negócios e a montagem da geografia do comércio para o Rio de Janeiro.

Também lançamos mão dos registros de saídas de tropas com escravos do mercado carioca para diversas regiões interioranas. A estrutura dessa documentação ensejou a abordagem dos padrões de redistribuição (seja do ponto de vista das flutuações

do mercado interno de cativos, seja em termos empresariais) e os níveis de concentração do mercado de escravos.

Outro importante corpo documental é formado por cerca de mil inventários *post-mortem*. Trata-se de uma fonte homogênea, maciça e reiterativa no tempo, logo, propícia à quantificação. Ela ensejou a aferição de questões fundamentais, em particular aquelas relativas à hierarquização e à composição das fortunas escravistas, além da montagem do perfil da própria economia da praça do Rio de Janeiro. Os inventários de alguns dos mais importantes negociantes cariocas possibilitaram o estabelecimento do padrão das fortunas dos grandes empresários, o qual pôde ser comparado ao perfil geral das fortunas cariocas, também montado a partir de inventários.

O quarto mais importante corpo documental quantificável é formado por aproximadamente 5 mil escrituras públicas de compra e venda, encontradas no acervo do Arquivo Nacional (RJ). São registros de parte substantiva das operações mercantis ocorridas no Rio de Janeiro entre a última década do século XVIII e as duas primeiras do seguinte, as quais se prestaram a diversas abordagens. Com esse material buscou-se obter o perfil do mercado em movimento, o que foi feito por meio da agregação das diversas transações em grandes setores. Posteriormente analisou-se o peso de cada um desses setores, tanto pela frequência de escrituras quanto do valor manejado. Este procedimento ensejou a detecção daqueles ramos ligados às atividades rentistas e especulativas enquanto os que mais mobilizavam os agentes econômicos e os valores transacionados. Por outro lado, o cruzamento entre este material e as faixas de fortunas estabelecidas a partir dos inventários *post-mortem* possibilitou medir o nível de concentração do mercado.

Todo esse conjunto de fontes quantificáveis foi utilizado junto a documentos primários de natureza qualitativa. Referimo-nos a correspondências oficiais, alvarás, decretos e Ordens Régias em geral, Graças Honoríficas, crônicas manuscritas e impressas, além de memórias e reflexões dos agentes coevos. Merece particular destaque o levantamento e análise de todo o acervo da Junta do Comércio, no Arquivo Nacional, entre 1808 e a década de 1830. Composto pelos mais diversos tipos de processos comerciais, correspondências mercantis, portarias e balanços de pagamentos, esse acervo permitiu-nos abordar tópicos da maior importância, como os móveis da hegemonia do capital comercial do Rio de Janeiro em diversos ramos da circulação e a rentabilidade da empresa negreira.

CAPÍTULO III

A integração do Rio de Janeiro
ao sistema atlântico português

ANUNCIAÇÕES (SÉCULOS XVI-XVIII)

A geopolítica, e não a economia, era o que permitia ao Rio de Janeiro destacar-se no ambiente colonial do século XVI. Em 1585 contavam-se ali apenas três engenhocas, e os vínculos da região com o mercado atlântico restringiam-se à exportação de farinha de mandioca para Angola, Bahia e Pernambuco. A população citadina somava 3.850 habitantes — 750 portugueses, cem africanos e o restante indígenas e mestiços —, com os escravos aborígenes representando a base das atividades urbanas e rurais.¹ Apenas se esboçava a inserção à economia atlântica lusitana por meio da produção de gêneros para o abastecimento e da rala importação de africanos — mas a incipiente hierarquização social já era flagrantemente diferenciada.

Século XVII. A União Ibérica, as invasões do Nordeste pelos holandeses e a crise geral da economia europeia contribuíram para o estabelecimento de algumas tendências: a produção açucareira aumentou, beneficiando-se da desorganização derivada das invasões holandesas; igualmente, a produção para o abastecimento do Nordeste cresceu. Em ambos os casos, a mão-

¹ LOBO, Eulália M. L. *História econômica do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, vol. 1, p. 20.

de-obra africana tornou-se cada vez mais imprescindível, e sua aquisição se dava pelo escambo de farinha de mandioca, aguardente e tabaco baiano com a África.²

A crescente pujança da economia fluminense do Seiscentos pode ser exemplificada pela decisiva participação do Rio de Janeiro na reconquista de Angola aos holandeses. Em junho de 1648, os oficiais do Senado afirmavam terem

servido a Sua Majestade voluntariamente este ano com setenta mil cruzados para o custo da Armada que foi para Angola e para os mantimentos que hão de ir para a Bahia.³

Anos mais tarde, D. Luiz de Almeida, governador da cidade, dizia:

Quem pode negar a esta cidade a glória da restauração de Angola (...) esta cidade que a respeito de todo o Reino he hum ponto invisível, concorreu para a empresa de Angola com oitenta mil cruzados [sic], não emprestados, mas dados em donativo.⁴

²SALVADOR, José G. *Os cristãos novos e o comércio no Atlântico meridional*. São Paulo, Pioneira/MEC, 1978, p. 148; e LOBO, Eulália M. L. "O comércio atlântico e a comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no século XVIII", in: *Separata da Revista de História da USP*, 101, 1975, p. 50.

³PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. *O Rio de Janeiro no século XVII*. Rio de Janeiro, Diretoria Geral do Patrimônio, Estatística e Arquivo, 1935, p. 162.

⁴LISBOA, Baltazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Seignot-Plancher, 1835, tomo 3, p. 218. Cf. tb. BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1614-1686*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional/Edusp, 1973, p. 269. As guerras contra os holandeses no Nordeste também foram custeadas pela economia açucareira local — cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998, *passim*.

Estima-se que, em 1612, na capitania houvesse 14 engenhos, número bem menor do que os existentes em Pernambuco e na Bahia na mesma época.⁵ Menos de vinte anos depois, porém, o Rio contaria com sessenta "fábricas" de açúcar, num crescimento anual de longe mais veloz do que o daquelas duas regiões.⁶ A distância em relação às capitanias nordestinas reduzia-se drasticamente e, em 1680, a Câmara Municipal registrava para a cidade e suas cercanias "130 e tantos engenhos" — o que indicava que metade dos engenhos da capitania foram montados nos trinta primeiros anos do século XVII.

Semelhante movimento pode ser referendado por meio da cronologia da formação da elite senhorial. Das 197 famílias proprietárias ou sócias de engenhos ao longo do século XVII, 120 (61%) já estavam presentes na Guanabara na década de 1610. Logo, as primeiras décadas do Seiscentos representaram a época do que podemos chamar de acumulação primitiva da economia de *plantation* do Rio.

A primeira elite econômica fluminense era constituída por descendentes de conquistadores quinhentistas. No século XVII eles ocupavam os principais cargos políticos e administrativos — o Senado da Câmara, a provedoria da fazenda real, a ouvidoria e os cargos de capitães de infantaria —, postos que lhes facultava acesso privilegiado à regulamentação de uma poderosa economia colonial de *plantation* em formação. Como camaristas, opinavam sobre os preços dos gêneros de abasteci-

⁵O que segue é baseado em FRAGOSO, João. "Hierarquias sociais e formas de acumulação no Rio de Janeiro, século XVII", in: *Colonial Latin American Review*, 6, 2, 1997, pp. 151-164; e, do mesmo autor, *A nobreza da República: Notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro — séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro, LIPIS/UFRJ, 1999 (texto inédito).

⁶Cf. Apêndice H.

mento, do açúcar, dos fretes e ainda decidiam sobre os destinos do açougue público e da balança do açúcar. Enquanto oficiais da administração real, agiam sobre o sistema de arrematação de impostos e sobre o comércio atlântico, entre outras “obrigações”. Como juízes dos órfãos, cargo ligado ao município mas cuja nomeação dependia do rei, controlavam a “arca dos órfãos”, cofre onde era guardado todo o dinheiro, dívidas ativas e rendimentos das fazendas herdadas de pais falecidos — em uma sociedade marcada pelas dificuldades de crédito a arca se apresentava como uma das principais fontes de crédito.

Na condição de conquistadoras, essas famílias recebiam vastas sesmarias e participavam de “guerras justas” e de “resgates” do gentio, o que lhes garantia acesso a uma mão-de-obra marcadamente barata. Por certo, várias famílias estavam ligadas à economia de apresamento de “negros da terra” de São Paulo, mas a presença de um porto aberto às rotas do Atlântico dava à elite fluminense maiores possibilidades do que as oferecidas à sua congênere do planalto paulista.

A formação da primeira elite senhorial fez-se pelo controle de cargos políticos e administrativos e por meio de estreitas alianças (inclusive matrimoniais), do que resultava a apropriação de parte substantiva da riqueza social em detrimento do restante da sociedade. Em suma, tal elite formou-se mediante a atuação em um “mercado imperfeito” — i.e., não regulado pela oferta e a procura, mas sim por privilégios obtidos na esfera da política.

Dois exemplos.

Em 1635, sob a alegação de que para

o bom governo desta cidade (...) e ser de muito grande utilidade aver hu paço e peso publico onde se pezem as caixas de asucar que se embarcam daqui para Portugall,

Salvador Correia de Sá e Benevides — alcaide-mor da cidade, filho e neto de antigos governadores da cidade — recebia da Câmara um terreno para a construção de

casa de pedra coberta de telhas aonde se recolham caixas de açúcar, breu, farinhas, carnes e todas as demais coisas de peso necessárias para o uso desta cidade.

No mesmo contrato sublinhava-se: “não haverá outro paço nem peso desta cidade senão o sobredito”. Em fins do século, os Sá e Benevides ainda eram os únicos a possuir o privilégio de pesar o principal produto de exportação da capitania.⁷

Um segundo caso advém das vereanças de 1643, onde se determinava que Balthazar Leitão poderia “dar a este povo toda a carne de vacua que for necessária para o sustento do dito povo”. A exemplo do contrato anterior,

nenhuma outra pessoa se lhe dara lisensa nê se consentira cortar carne se não os sobreditos sob as penas conteudas nas leis de sua mag. de o que tudo asi ordenarão por bem desta Republica.

Baltazar de Leitão tinha, pois, em suas mãos o abastecimento de carne da cidade. Este privilegiado era casado com Feliciano de Pina, filha de Francisco de Pina, provedor da fazenda real nas primeiras décadas do século XVII. Além da concessão dada pelo Senado, por pelo menos duas vezes Baltazar arremataria os dízimos reais (a primeira em 1637 e a segunda em 1649, esta

⁷PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, op. cit. p. 8; ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Coleção Castro Almeida — Rio de Janeiro, nº 1814-1819

em associação com seu genro Manuel Fernandez Franco). No inventário *post-mortem*, de 1656, Baltazar deixava um engenho de açúcar com 91 escravos de origem africana e sete indígenas.⁸ Trata-se de um dos poucos inventários fluminenses de que se tem notícias para o Seiscentos, e por intermédio percebe-se que a família de Baltazar esteve ligada à administração da Coroa e, portanto, às oportunidades oferecidas por uma economia de Antigo Regime. Provavelmente tais oportunidades explicam o tamanho do plantel de cativos, cuja envergadura transforma Baltazar em um grande senhor em qualquer época da história da escravidão brasileira.

Nessa economia colonial em formação também operavam os primeiros comerciantes, obrigados a atuar em um cenário marcado por privilégios derivados da esfera política. Em que pese o sempre aludido comércio com o Rio da Prata (por exemplo, o Rio reexportava africanos para Buenos Aires em troca da prata do Potosí), ou mesmo o comércio atlântico em geral, a comunidade de mercadores residentes na praça do Rio ainda estava longe de desempenhar o papel hegemônico de dois séculos depois. E isto até mesmo porque as famílias senhoriais e seus aliados não só possuíam plantações de açúcar mas também interferiam decisivamente no comércio.

A arrematação dos dízimos — um dos principais ramos de negócios de uma economia de Antigo Regime e, pois, um setor onde se localizavam os grandes homens de negócios⁹ — permi-

te ter uma noção parcial do Seiscentos mercantil carioca. Desde finais da década de 1630, a arrematação era feita por negociantes da capitania, o que significa que ela possuía condições econômicas para tanto. Se se indaga sobre a quem pertenciam tais fortunas, as fontes até o momento coligidas mostram toda sua fragilidade. Mas o parco material a que tivemos acesso mostrou que alguns mercadores apresentavam significativas ligações (inclusive de parentesco) com setores da elite colonial, fenômeno que facilitaria o acesso dos negociantes aos diferentes impostos em finais do século XVII.

Além de Balthazar Leitão, havia, por exemplo, João Rodrigues Bravo. Sócio daquele na arrematação dos dízimos de 1637, no mesmo ano, por vontade do rei, Bravo tornava-se capitão da Fortaleza de São Bento, o que lhe facultava acesso ao mundo da alta política da cidade. Em 1651, o contratador era Marcos da Costa Manuel, ligado por relações de parentesco aos Gomes Bravo — uma família quinhentista vinculada a antigos alcaides-mores, provedores da fazenda real e governadores da cidade.

Um dos descendentes destes, Rodrigo Coelho Bonsucesso, voltaria a participar dos dízimos em 1686. Nesse mesmo ano, por suas “qualidades”, Rodrigo seria escolhido capitão de ordenanças de Irajá, posto de grande prestígio local. Seus outros sócios eram o capitão Gregório Naziazenzo da Fonseca, Manuel Pacheco Calheiros e José da Silva Gomes. Os dois primeiros descendiam das melhores “famílias da terra”; Manuel, por parte de mãe, era bisneto do sertanista André de Leão.¹⁰ Já José Gomes da Silva tinha uma biografia mais emblemática. Era cris-

⁸PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, op. cit. p. 66; ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Caixas Avulsas — Rio de Janeiro, caixa 1, # 82; ARQUIVO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO, Inventário *post-mortem* de Balthazar Leitão, documento 930.

⁹Ver, sobre o assunto, PEDREIRA Jorge M. V. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822)*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1995 (tese de doutorado).

¹⁰Sobre os dízimos de 1686, ver Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras; sobre a nomeação de Rodrigo Bonsucesso, cf. Arquivo Nacional, códice 77, vol. 1, p. 90, e Livros de Escrituras Públicas, 1686, 1º Ofício de Notas.

tão-novo com ramificações comerciais em praças européias.¹¹ Seu segundo casamento, e o primeiro de um de seus filhos, dar-se-ia com cristãos-novos descendentes de conquistadores quinhentistas. Naturalmente, muitos negociantes estavam desprovidos de ligações parentais e/ou políticas com a “nobreza da terra”, mas, embora famílias como os Ramirez Leão, até onde se sabe, não ocupassem cargos de primeira linha na administração da Coroa nem no Senado da Câmara, isto não os impedia de arrematar.

Em síntese, as mais ricas famílias do Seiscentos fluminense montavam suas fortunas por meio de uma *acumulação excludente* e, como conquistadores, camaristas e funcionários, se apoderaram de parte dos recursos governamentais em detrimento do “público colonial” (senhores sem poder, lavradores, comerciantes, escravos, mamelucos e outros, distribuídos numa hierarquia social de Antigo Regime e ao mesmo tempo escravista). Um último exemplo a ilustrar tal afirmação é o da descendência de Belchior de Pontes e Inês Fernandes. Presente no recôncavo desde finais do século XVI, na segunda metade do século XVII esta família, em seus diversos ramos, acumulava os seguintes cargos:

- a) entre 1662 e 1700 se conhecem 176 oficiais do Senado da Câmara, dos quais mais de oitenta descendiam de conquistadores, 132 eram ou tinham sido senhores de engenhos (11 dos quais eram netos ou bisnetos de Belchior e Inês) e 39 eram aliados da família Pontes;

¹¹FONSECA, Carlos E. C.C. “Cristãos novos” naturais do reino moradores na cidade do Rio de Janeiro (1650-1710). São Paulo, USP, 1999, pp. 85-112 (dissertação de mestrado).

- b) desde a década de 1640 eles detinham a propriedade do ofício de juiz de órfãos e, na década seguinte, o de escrivão da fazenda real e da gente de guerra. Interinamente, na década de 1690, também era seu o cargo de ouvidor geral da Repartição Sul (Rio de Janeiro e capitânias do Sul da América portuguesa). Ainda nas últimas décadas do século, outro integrante da família se transformaria no administrador eclesiástico da cidade. Em 26 de novembro de 1680, Francisco da Silveira Soutomaior, bisneto de Belchior, ocuparia um dos postos mais altos da magistratura da América portuguesa: o de desembargador do Tribunal da Relação da Bahia.¹²
- c) em sua rede de alianças havia casamentos com famílias igualmente alojadas no poder, dentre as quais os Correia de Sá e os Souza Pereira, detentores desde a década de 1640 do cargo de provedor da fazenda real.

Dos 295 donos de engenhos detectados para o século, 17 eram Pontes. A riqueza e o poder dos descendentes de Belchior e Inês pode ser avaliada pelas palavras do governador do Rio de Janeiro, Sebastião de Castro e Caldas, que, em 1696, em carta enviada a Lisboa, acusava o provedor e o escrivão da fazenda real, um Pontes, de haverem favorecido Manuel Correia de Araújo na arrematação do contrato das Baleias. Manuel, além de descendente de Salvador Correia de Sá e Benevides, era enteado do escrivão (Inácio da Silveira Vilasboas) e genro do provedor (Francisco Brito de Meireles) da época. O governador, a principal autoridade da Coroa no Rio, declarava temer represálias

¹²SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Perspectiva, 1979, p. 314.

pois, segundo ele, os denunciados eram poderosos para se ter como inimigos, e

cada hum deles [Francisco e Inácio] tem mais de 100 mil cruzados e são dos principais e mais aparentados nesta terra.¹³

Não surpreende que a elite local — em consonância com alguns setores metropolitanos¹⁴ — pudesse resistir à tentativa metropolitana de monopolizar o comércio de exportação por meio da fundação da Companhia Geral do Brasil (1649). Neste caso, criticavam-se as leis régias e os estatutos da companhia exatamente naqueles aspectos que lhes pareciam mais desfavoráveis: a insuficiência de transporte para a exportação do açúcar e importação dos insumos dos engenhos; as elevadas taxas de fretes; os altos preços dos bens de consumo importados da Metrópole; e a proibição da manufatura da cachaça — decretada para incrementar o consumo de vinho português. Como resultado, o governador do Rio, desobedecendo às determinações metropolitanas, permitiu a partida de naus fora das frotas, além de autorizar a continuidade da produção de aguardente.¹⁵ Observam-se aqui, em pleno século XVII, os limites reais do exercício do pacto colonial.

*

¹³ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Coleção Castro Almeida — Rio de Janeiro, documento nº 2050. Para evitar qualquer dúvida, é sempre importante lembrar que os Pontes, como outras famílias quinhentistas, se desdobraram em diversos ramos no decorrer do século seguinte e, conseqüentemente, seus interesses nem sempre eram convergentes.

¹⁴Sobre a resistência em Portugal à Companhia Geral do Brasil ver, entre outros autores, HANSON, op. cit., 1986, pp. 239-240.

¹⁵LOBO, Eulália M. L. "O comércio...", op. cit., pp. 54-55; LISBOA, Annaes..., op. cit., tomo 4, pp. 179-271.

Rio de Janeiro, 1702. Nesse ano o governador D. Álvaro da Silveira e Albuquerque por diversas vezes escreveu a Lisboa queixando-se da contínua saída de gente e cabedais da capitania em direção a Minas Gerais. Segundo ele, tais movimentos estariam desaparelhando os engenhos e fazendas, e levando à completa ruína da cidade.¹⁶ Poucos anos depois, Rocha Pita, após escrever sobre a fertilidade das quintas e chácaras da região, assim narrava a situação por que passava o Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XVIII:

No seu recôncavo houve cento e vinte engenhos; os que permanecem de presente são cento e um, deixando de moer os outros, por se lhe tirarem os escravos para as minas; e a mesma falta (pela própria causa) experimentam as mais fazendas e lavouras.¹⁷

Governador e historiador concordavam em que a economia de *plantation*, ao contrário do que ocorrera no século anterior, não passava agora pelos seus melhores momentos, e que a causa era a "corrida do ouro" para as Gerais.¹⁸

¹⁶ARQUIVO NACIONAL. Códice 77, volume 12, p. 69; e volume 13, p. 22.

¹⁷PITA, S. Rocha. *História da América portuguesa*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1976. p. 64.

¹⁸Para descrição da economia do Rio na virada do século XVII para o XVIII, ver SAMPAIO, Antônio C. Jucá de. *Na curva do tempo, na encruzilhada do Império: Hierarquização social e estratégias de classe na produção da exclusão, Rio de Janeiro (c.1650 - c.1750)*. Niterói, UFF, 2000 (tese de doutorado inédita). Para um resumo da situação da América portuguesa no século XVIII, ver os capítulos 6, 7 e 8 do vol. 3 de BETHELL, Leslie (org.). *História de América Latina*. Barcelona, Editorial Critica, 1990. Sobre a situação econômica do império no século XVIII, ver o resumo feito em SERRÃO, José V. "O quadro econômico", in: HESPAÑA, op. cit., pp. 71-117.

Assumindo serem pertinentes as estimativas relativas ao número de engenhos de 1629, e os valores correspondentes aos dízimos de 1727 (que refletiam sobretudo a produção de açúcar), o recuo da agromanufatura açucareira fluminense era flagrante. Em cem anos, Pernambuco fora ultrapassado pela Bahia, é certo. Mas, se em 1629 os engenhos fluminenses correspondiam a 1/5 do total das três maiores capitanias açucareiras da Colônia (Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro), e a pouco mais da metade das *fábricas* de Pernambuco, em 1727 o Rio detinha apenas 15% da soma dos dízimos das mesmas capitanias, e sua arrecadação correspondia a somente 1/4 da arrecadação baiana.¹⁹

A situação só começaria a mudar, segundo os dízimos, a partir da década de 1740, quando a arrecadação do Rio definitivamente ultrapassou a pernambucana. Apesar de o Rio possuir dízimos (em valores nominais) menores do que os da Bahia, em termos relativos a relação entre essas capitanias se invertia: de 1727 a 1762, a arrecadação fluminense mais do que dobrou, enquanto na Bahia e em Pernambuco os dízimos tenderam a cair.²⁰

Embora haja dúvidas de que o ótimo desempenho relativo do Rio de Janeiro tenha sido caudatário somente das *plantations* de açúcar,²¹ depois da década de 1740 o açúcar fluminense contribuiria de forma decisiva para a crescente integração da ca-

¹⁹Cf. apêndices H e I. É provável que o auge da primeira expansão do açúcar do Rio de Janeiro tenha sido atingido em princípios do século XVIII, quando, de acordo com Antonil, o meio rural fluminense contribuía com 1/4 do valor das exportações açucareiras totais da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro — cf. ANTONIL, André J. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos/INL, 1976, p. 204 (1ª ed., 1711).

²⁰Cf. apêndices I e J.

²¹Para SAMPAIO, op. cit., no período ocorreria um crescimento da produção de alimentos do Rio.

pitania ao mercado atlântico. Na verdade, a expansão do complexo açucareiro da região pode ser mais bem acompanhada pelo desempenho da zona produtora de Campos dos Goitacazes. Ali, em 1735, 34 engenhos pagavam direitos ao visconde de Asseca, seu donatário, número que passou para cinquenta em 1750, atingindo 55 em 1769. A partir da década de 1770, o crescimento do açúcar campista acelerou-se bruscamente: em 1778, de acordo com o relatório do marquês do Lavradio, Campos detinha pouco mais da metade dos 323 engenhos da capitania, e quase a mesma proporção dos 11.623 escravos de todo o Rio de Janeiro; em 1783, os engenhos campistas e as propriedades a eles ligadas chegavam a 278, alcançando 324 em 1800.²²

Comparemos a Guanabara com as principais capitanias nordestinas do ponto de vista do comércio, sabendo que, dentre os impostos cobrados pelo rei, um dos que melhor retratam o desempenho mercantil ultramarino talvez seja a dízima da alfândega. Ao longo do segundo quartel do século XVIII, as receitas da alfândega do Rio de Janeiro tenderam a superar as dos outros dois portos mais importantes da América portuguesa (Salvador e Recife). A partir de 1729, o porto do Rio passaria a deter mais da metade do valor das três alfândegas consideradas e, de 1724 a 1751, a praça do Rio de Janeiro teve o maior crescimento relativo.²³

A partir do terceiro decênio do século, a praça do Rio de Janeiro começou a transformar-se no principal centro comercial da América portuguesa — ou, o que é o mesmo, no mais importante porto receptor de importações de outras partes do Ultramar e das reexportações de produtos europeus. Isto sem falar no seu

²²CLEVELAND, Donald. *Slavery and Abolition in Campos, Brazil. 1830-1888*. Cornell University, 1973, p. 21 (tese de doutoramento inédita).

²³Cf. apêndices K e L.

crescente peso como porto exportador brasileiro para o Império e a Europa. Logo, se na primeira metade do Setecentos a capitania perdeu importância como área de *plantation*, o mesmo não ocorreu com seu papel mercantil. Além disso, ao contrário do que ocorria no Seiscentos, o Rio do segundo quartel do Setecentos já estava efetivamente aberto ao Atlântico, especialmente por intermédio do comércio negreiro para as Gerais.

Entre meados da década de 1710 e fins da seguinte, o porto carioca absorvia cerca de 1/5 do total de africanos importados pela Colônia — o qual, durante a década de 1720, girava em torno de 15 mil africanos/ano.²⁴ A partir de 1730, o movimento de africanos através do porto do Rio aumentou em quase 40% em relação às duas décadas anteriores, alcançando cerca de 1/3 dos 16.600 africanos que anualmente desembarcavam no Brasil. É possível que até 1740 o porto do Rio ainda não se constituísse no principal provedor de cativos para Minas Gerais, posição desfrutada pela Bahia.²⁵ Contudo, daí por diante, ao crescimento das importações cariocas correspondia o das exportações da zona congo-angolana, que acabou por suplantá-las da Costa da Mina. Sabe-se, por exemplo, que entre 1723 e 1771, do maior porto negreiro africano ao sul do equador (Luanda) foram exportados 203.904 escravos, dos quais metade para o Rio de Janeiro. Diante destes números, não seria de todo absurdo postular que o porto carioca tenha absorvido *no mínimo* a metade do total de exportações de africanos para o Brasil durante o século XVIII, ou seja, mais ou menos 650 mil indivíduos.²⁶

²⁴GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil*. São Paulo, Alfa Omega, 1975, pp. 154-155; CURTIN, op. cit., p. 207.

²⁵Cf. Apêndice M.

²⁶CURTIN, op. cit., p. 207; KLEIN, Hebert S. *The Middle Passage*. Princeton, Princeton University Press, 1978, pp. 32 e 253.

Quando observamos os contratos sobre a circulação de mercadorias que, por diversos caminhos, entravam em Minas, constata-se que desde finais da década de 1730 o Rio detinha em suas mãos o grosso do abastecimento daquela capitania — entre 1754 e 1757, a praça carioca forneceria quase a metade do valor das mercadorias que chegavam a Minas.²⁷ Entre outras implicações, este dado sugere que ao redor da cidade do Rio de Janeiro teríamos, já na primeira metade do século XVIII, circuitos mercantis regionais e locais. Naturalmente, Minas não era abastecida apenas por produtos vindos de fora da capitania — uma vez estruturada a produção agropecuária e circuitos internos de mercantilização, ainda na época da mineração, nas Gerais começaria a crescer um respeitável comércio interno.

Outra maneira de perceber o crescimento da importância mercantil do Rio setecentista: apreendê-lo no âmbito da arrecadação de impostos realizada no interior do Império luso. Manejamos os oito contratos arrematados no Ultramar, em 1753, com valores anuais superiores a 40:000\$000 — o total de impostos ultramarinos arrematados fora de 63.²⁸ Apesar da ausência, na fonte, de áreas como o Estado da Índia, os oito contratos em questão correspondem a mais de 70% da arrecadação ultramarina considerada (e os impostos americanos superiores a 40 contos respondiam por cerca de 69% do total do Império).²⁹ Pois bem. O maior contrato no período analisado foi o das “Entradas para todas as Minas” — cerca de 39% do total —, seguido do da “Dízima da Alfândega do Rio de Janeiro”, com cerca de

²⁷Cf. apêndice N e O.

²⁸Cf. Apêndice P.

²⁹Desde princípios do século XVIII, o Brasil teria superado o Estado da Índia na produção de impostos para a Coroa lusa — BETHENCOURT, Francisco. “O complexo atlântico”, in: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirt (dir.). *História da expansão*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, vol. 2, p. 319.

10%.³⁰ Entre 1727 e 1757, os caminhos fluminenses foram os principais responsáveis pela geração de impostos das “Entradas mineiras”.³¹ Portanto, em meados do século XVIII os negócios cariocas respondiam por parte significativa dos impostos ultramarinos, o que reforçaria o papel da cidade como principal praça mercantil do Ultramar. Por fim, considerando todos os impostos reais cobrados nas *Conquistas*, percebe-se que o Rio de Janeiro aparecia em segundo lugar, ultrapassando Pernambuco e Bahia, e ficando atrás somente de Minas Gerais; deve-se sublinhar, contudo, que o valor das “Entradas” para as Gerais foram consideradas como contratos ligados a esta última capitania.³²

Em resumo, embora em um primeiro momento a descoberta das minas tenha levado à perda de população e de cabedais, logo depois a própria ligação com as Gerais ajudou a transformar o Rio de Janeiro em um dos principais centros comerciais do Império luso. Daí podermos afirmar que o século XVIII assistiu à consolidação da economia e sociedade fluminense nos marcos do mercado atlântico. As modificações ocorridas na passagem do século XVII para o seguinte resultaram, a médio prazo, na mudança das formas de acumulação do recôncavo da Guanabara e, já em finais da primeira metade do Setecentos, predominava o capital mercantil e seus mecanismos de acumulação. É o que sugere o fato de que, em 1734, 60% das receitas tributáveis do Rio serem formadas por negócios da alfândega, seguidos pela venda de escravos novos (i.e., o tráfico atlântico de escravos) e pelos dízimos.³³ Do mesmo modo, a descoberta do ouro em Minas

³⁰Cf. Apêndice P.

³¹Cf. apêndices N e O.

³²Cf. Apêndice Q.

³³Cf. Apêndice R. Nessas contas não entram os caminhos novo e velho, o que aumentaria ainda mais o papel do setor mercantil para a cidade.

Gerais ensejou o aumento das importações de negros, e o comércio carioca de africanos acabou por tornar-se um núcleo de acumulação interna verdadeiramente importante também a partir da fins da primeira metade do Setecentos. Desde então, o contínuo crescimento do volume dos negócios fez do porto do Rio de Janeiro o maior e mais importante centro de importação e reexportação de africanos para o Brasil, suplantando o tráfico realizado por praças tradicionais como Salvador e Recife.

O desempenho da economia mineradora na segunda metade do século XVIII contraria clássicos como Roberto Simonsen e outros. Não obstante a queda de 60% no total das exportações brasileiras entre 1760 e 1776, apontada por Lockhart e Schwartz, pesquisas recentes têm demonstrado que à crise da mineração, definitiva a partir da década de 1760, não se seguiu a decadência generalizada do Sudeste colonial, e menos ainda a da economia de Minas Gerais. Daí que aquilo que Celso Furtado chamou de “falsa euforia” — um intervalo positivo que despontou em fins do Setecentos, em meio à recessão geral — tenha se constituído, para a região, numa tendência que não mudará até bem adiantado do século seguinte.³⁴ Na verdade, com a crise do ouro e dos diamantes, Minas reordenou-se para o suprimento da cidade do Rio de Janeiro, cujo crescimento demográfico foi notável a partir de 1760. Estruturou-se ao sul das Gerais um verdadeiro complexo agropecuário, e sua comarca mais importante (Rio das Mortes) conheceu um aumento populacional estupendo — de 82.781 habitantes em 1776 para 213.617 em 1821, ou seja, de 1/4 para 2/5 da população da capitania como um todo. Entre estes dois

³⁴LOCKHART, James & SCHWARTZ, Stuart B. *Early Latin America*. Nova York, Cambridge University Press, 1985, p. 394; SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil, 1500-1820*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978, p. 294, e FURTADO, op. cit., p. 112.

anos, a população mineira cresceu 61%, enquanto naquela comarca tal índice alcançou 158%. Tais dados indicam tanto o deslocamento demográfico de antigas áreas de mineração para o Sul quanto o incremento das importações de escravos.³⁵

Como não poderia deixar de ser, a política continuaria interferindo na economia, o mercado continuava imperfeito e as alianças entre famílias fluminenses se sucediam. Porém, em 1746, em carta ao rei, os homens de negócios da cidade do Rio de Janeiro voltariam a solicitar a participação nos cargos da *República*, denunciando a pobreza a que teria chegado parte da “nobreza da terra”:

os eleitos para o Senado [cujo pré-requisito era pertencer à fidalguia] além de morarem distante da Cidade (...) são tão pobres, que chegam a vender, para comprar vestido de corte, o único negrinho que lhes serve de plantar o sustento de suas famílias.

Apesar do possível exagero, em 1745 o Senado reconheceria que os negociantes da cidade eram os seus moradores mais “abonados”. Aparentemente, em finais do Setecentos os negociantes ganharam a disputa. Por isso é que, das pessoas consideradas pelo Senado como aptas para nele servir, cerca de 40% eram mercadores.³⁶

³⁵MAXWELL, Keneth. *A devassa da devassa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pp. 300-301.

³⁶Ver BICALHO, Fernanda, “A representação dos colonos”, in: *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro na dinâmica colonial portuguesa, séculos XVII e XVIII*. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História da USP, 1997 (tese de doutorado inédita). As citações foram extraídas deste trabalho, pp. 365 e 367; cf. tb. GOUVÊA, Maria. F. “Redes de poder na América portuguesa. O Caso da Câmara do Rio de Janeiro em fins do século XVIII e início do XIX”, in: *O município no mundo português*. Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998, p. 553.

Desse modo, ao lado de uma *nobreza da terra*, descendente dos conquistadores quinhentistas, consolidava-se um novo grupo: os comerciantes de grosso trato. Caberia perguntar quem seriam estes novos personagens. Para começar, seu poder econômico foi paradoxalmente afirmado pelo relatório do marquês do Lavradio (1778), o qual, ao analisar a estrutura comercial do Rio de Janeiro, afirmava que os agentes mercantis cariocas não poderiam merecer a designação de comerciantes, posto serem meros representantes de casas comerciais metropolitanas. Nas páginas seguintes, entretanto, o próprio vice-rei constatava que a Coroa devia a esses comerciantes a quantia de 5 milhões de cruzados — cifra astronômica, dado representar cerca de 1/5 do valor de todas as exportações coloniais no ano de 1796, e aproximadamente metade das da Bahia na mesma época!

Outras pistas indicam que, ao longo da segunda metade do XVIII, esses comerciantes constituíam a elite fluminense. Caso nos fixemos nos principais contratadores do período, perceberemos entre eles a presença de José Bezerra Seixas, negociante do Rio que arrematou cinco diferentes contratos entre 1751 e 1759: dízima da alfândega do Rio de Janeiro (1751-53); direitos dos escravos que saíam da Bahia, Rio de Janeiro e demais portos do Sul (1755-59); direitos de 3\$500 por escravo na entrada da alfândega da Bahia (1751-53); direitos de 1\$000 por escravo da fortaleza de Ajudá (Costa da Mina) que entrava na alfândega da Bahia (1757-59); e subsídio da aguardente que se gastava no Rio de Janeiro (1751-53). Em razão da simultaneidade de tais impostos e dos valores neles mobilizados, tratava-se de um comerciante de grosso trato.

Contudo, tratava-se do único arrematante fluminense com esse perfil.³⁷ Dos contratantes presentes nos “Mapas Chronológicos dos Contratos”, eram mais freqüentes os portugueses listados como membros da elite mercantil lisboeta da época pombalina.³⁸ Entre estes destacavam-se nomes como João Fernandes de Oliveira que, entre 1751 e 1759, arrematava ao menos quatro impostos, alguns com a envergadura dos “diamantes de Serro Frio, por captação de seiscentos negros”; ou ainda Estevão Martins Torres, negociante de quatro impostos que envolviam o tráfico de escravos com a Costa da Mina e os dízimos do Rio de Janeiro, entre outros empreendimentos. Poucos, porém, tinham a envergadura de José Ferreira da Veiga. Salvo engano, em mais de trinta anos de atividades, Veiga arrematava, em diferentes pontos dos dois lados do Atlântico Sul, cerca de 13 contratos, envolvendo-se em atividades que iam das “passagens do rio Paraíba” aos “direitos de escravos e marfim de Angola”. Tomando por base o valor total de impostos ultramarinos do ano de 1753,³⁹ ele e seus sócios teriam sido responsáveis por 883:705\$000, ou seja, 45% daquele total.

Assim como Veiga, nessa época existiam outros mercadores reinóis transatlânticos. Tratava-se, contudo, de mera aparência, pois, à exceção dos contratos, esses negociantes não conseguiram controlar o comércio ultramarino do Brasil e da Índia. Da mesma forma, eles não dominavam a circulação de produtos ultramarinos entre Portugal e a Europa, que permanecia em mão

³⁷Sampaio apresenta, em seu trabalho, três arrematantes “cariocas” para o período considerado (além dos dois citados anteriormente, temos o caso de Gaspar de Caldas Barbosa) — cf. op. cit., *passim*.

³⁸PEDREIRA, *Os homens...*, op. cit., pp. 164-167.

³⁹Ver Apêndice Q.

de negociantes de outras partes do Velho Continente.⁴⁰ Eis aqui uma das importantes diferenças entre a comunidade mercantil lisboeta e a do Rio de Janeiro: apesar de não arrematarem tantos contratos reais como os lisboetas, os comerciantes do Rio de Janeiro controlavam a base de parte substantiva dos negócios que eram tributados pelos contratos ultramarinos.

A AFIRMAÇÃO DE UMA ESTRUTURA COLONIAL TARDIA (C.1790-C.1840)

O uso do termo *tardio* é de longa tradição historiográfica. Com ele busca-se caracterizar a etapa final de determinado período e, simultaneamente, o início de um novo. À falta de melhor definição, por “tardio” ou “tardia” compreende-se um período de *transição* ou, mais raramente, de mudanças aceleradas. Para o Brasil, as coisas não são muito diferentes, embora com nuances.

Em um texto hoje clássico, Dauril Alden utiliza a noção “colonial tardio” para dar conta das últimas décadas da economia e sociedade coloniais sob o efetivo domínio português — o período 1750-1808.⁴¹ A etapa tardia se iniciaria com o *boom* do

⁴⁰Sobre o tema, ver PEDREIRA, *Os homens...*, op. cit., pp. 164-167. Segundo este historiador, apesar da grande fortuna dos homens de negócio lisboetas, eles “não monopolizavam o comércio da Ásia, nem sequer do Brasil”. Em outra passagem, o mesmo autor afirma: “os estrangeiros (...) vendiam em Lisboa os artigos importados do estrangeiro, escoavam a reexportação dos gêneros brasileiros, dominavam o transporte entre Portugal e a Europa” (pp. 116 a 119).

⁴¹ALDEN, Dauril. “El colonial tardío”, in: BETHELL, L. (org.). *História de América Latina*. Barcelona, Editorial Critica, 1990, vol. 3, pp. 306-358. O uso desta expressão para marcar as últimas décadas da presença portuguesa no Brasil também pode ser encontrado em outros autores, como SCHWARTZ, S., “Elite Politics and the Growth of a Peasantry in Late Colonial Brazil”, in: RUSSELL-WOOD, A.R. *From Colony to Nation*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1975, pp. 133-154.

ouro (seu ponto mais alto), seria seguida pelo declínio da produção aurífera e, depois, pelo retorno, em grande estilo, da forma tradicional da riqueza colonial — a agricultura de exportação. Este renascimento ou ressurgimento agrícola, como preferem autores como Stuart Schwartz,⁴² seria marcado não apenas pela recuperação da produção de produtos como o açúcar e o tabaco, mas também pelo crescimento de novas culturas de exportação (como o algodão e o anil). Além disso, tais movimentos seriam acompanhados por mudanças políticas e sociais, como as reformas pombalinas. O término do período ocorreria a partir da chegada da Corte portuguesa e, pois, pelo fim do pacto colonial e a emergência de um novo estatuto político para o Brasil ainda nos quadros do Império lusitano.⁴³

Empregamos a noção de um modo algo diferente. Nosso ponto de partida é a experiência econômica e social do Rio de Janeiro e do Sul-Sudeste brasileiros entre finais do Setecentos e as primeiras décadas do século seguinte — o que obviamente não quer dizer que a noção não possa ser aplicada a outras regiões da América portuguesa. Mas por “colonial tardia” entende-se aqui uma época marcada não tanto por uma recuperação econômica,⁴⁴ mas principalmente um período de consolidação de novas formas de acumulação econômica do Sudeste-Sul escravista, formas essas coincidentes com o domínio do capital mercantil e, pois, com a hegemonia de uma nova elite econômica. A elite, nesse caso, seria constituída pela comunidade de

comerciantes de grosso trato residente na praça mercantil do Rio de Janeiro.

Procuramos demonstrar que, entre finais do Seiscentos e ao longo do século seguinte, continuava a prevalecer a escravidão, as produções voltadas para o mercado externo e uma hierarquia excludente. Contudo, nesse mesmo período, a *plantation* da Guanabara perdeu força, da mesma maneira que as formas de acumulação deixaram se basear, de modo especial, em benesses fundadas no velho sistema de mercês ou dadas pelo Senado da Câmara. É possível que a partir de princípios do século XVIII, ou mesmo antes, a velha “nobreza da terra” tenha começado a ceder espaço para outras formas de acumulação e outros grupos sociais mais marcadamente mercantis.

Isto não significa dizer que o Rio de Janeiro deixou de viver um ambiente de Antigo Regime, em que a política era fundamental para a inserção no mercado; afinal, o próprio mercado não passara a ser auto-regulado, gerido principalmente por relações impessoais e pelos preços da oferta e procura. Mas era indubitável o aumento da complexidade que a economia do Rio de Janeiro assumia com o decorrer do Setecentos. Lentamente, ela passava à condição de ponto de encontro de diferentes rotas de comércio interno (leiam-se mercado interno e acumulações dele derivadas), a constituir-se em entreposto fundamental na redistribuição de produtos importados e a principal porto de exportação dos produtos coloniais. Daí as formas de acumulação ligadas ao capital mercantil ganharem mais força, e com elas a elite colonial adquiria novas feições, mais vinculadas aos chamados negociantes de grosso trato.

Em suma, consideramos que a noção de economia colonial tardia, para o Rio de Janeiro, compreenderia pelo menos dois

⁴²SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*, São Paulo, Companhia das Letras/CNPq, 1988, em especial pp. 342-351.

⁴³ALDEN, op. cit.

⁴⁴A noção de recuperação ou de ressurgimento agrícola, a partir de 1750, pressupõe uma crise agrícola no período 1650-1750; para uma excelente crítica a estas considerações, ver SAMPAIO, op. cit.

movimentos intimamente ligados: a mudança nas formas de acumulação, culminando com a hegemonia de uma comunidade de comerciantes de grosso trato como elite econômica da região tratada; e a transformação do Rio na principal praça mercantil do Atlântico Sul, tendo a seu redor circuitos mercantis que abrigavam o comércio de importação-exportação, os negócios de redistribuição de produtos estrangeiros (europeus, africanos e asiáticos) no Brasil e o comércio colonial interno do Sudeste-Sul coloniais.

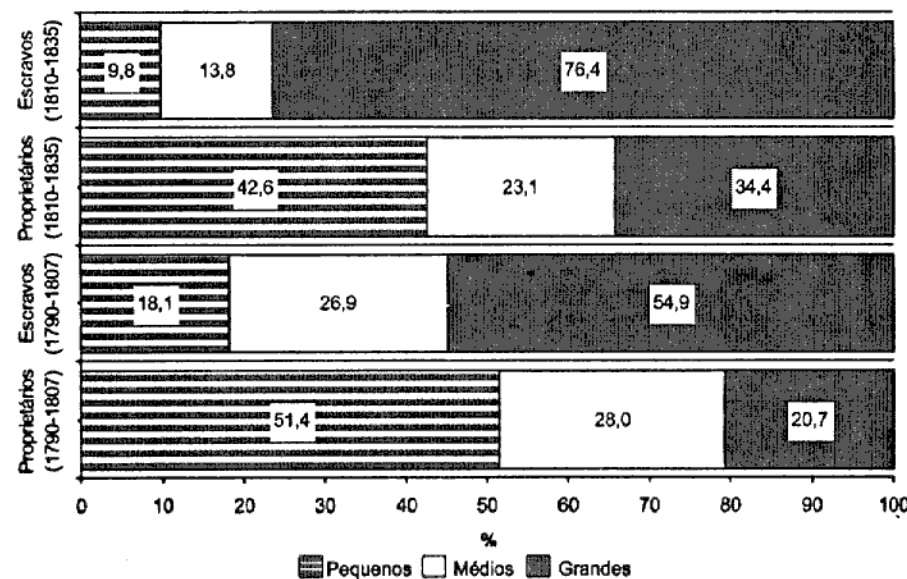
A PRODUÇÃO

Entre 1790 e 1840, a economia fluminense esteve amplamente atrelada a algumas das características estruturais destacadas por nossos clássicos. O trabalho escravo dominava o campo e as cidades, com a maioria dos cativos concentrando-se no meio rural, sobretudo nas grandes unidades açucareiras em plena expansão. Os engenhos disseminavam-se por toda a região, especialmente pelo norte fluminense, e até a década de 1830 constituíam os maiores elos com o mercado internacional (a partir daí a cafeicultura tendeu a suplantá-lo na pauta de exportações). Ao seu lado encontravam-se inúmeros pequenos e médios estabelecimentos dedicados à agricultura de alimentos, também escravista. Nas *plantations*, nas propriedades voltadas para o abastecimento e mesmo nas cidades, a reprodução física da escravaria efetuava-se basicamente por meio do tráfico atlântico.

A propriedade escrava encontrava-se disseminada por toda a capitania e por todos os estratos sociais livres — nunca menos de 85% dos inventariados das cidades e do agro possuíam

cativos. Mesmo levando em consideração os problemas metodológicos inerentes ao estudo de fortunas a partir de inventários *post-mortem* — que não abarcariam a totalidade dos agentes socioeconômicos, pois nem todos os falecidos tinham bens a inventariar —, era indubitável o contexto marcadamente escravista.

GRÁFICO 1: Flutuações (%) da estrutura de posse de escravos entre os pequenos (1 a 9), médios (10 a 19) e grandes plantéis (+ 20), agro do Rio de Janeiro, 1790-1835



FONTE: Apêndice E.

Essa dilatada disseminação não encobria a enorme concentração dos cativos em poucas mãos. Atendo-se somente às propriedades rurais, o Gráfico 1 indica que, durante os vinte anos

anteriores à chegada da Corte lisboeta, metade dos proprietários de escravos do agro fluminense eram pequenos produtores — na verdade, quase um terço deles eram camponeses escravistas abastados, possuidores de cinco a nove cativos. Tratava-se de pessoas vinculadas à produção de alimentos, seja para as grandes fazendas, seja para núcleos urbanos como a cidade do Rio de Janeiro. Dois em cada dez estabelecimentos eram *plantations* e estabelecimentos a elas ligados na condição de fornecedores de cana (*grosso modo*, o conjunto das propriedades que possuíam mais de vinte cativos).

Antes de 1808, era alto o nível de concentração da escravaria: enquanto as grandes propriedades detinham pouco mais da metade dos cativos, metade das unidades produtivas possuía apenas dois entre cada dez escravos. Isso reforça não apenas a idéia da existência de grandes propriedades exportadoras de base escravista, mas também sua continuidade no tempo. Tal perfil se exacerbou por meio da aceleração do tráfico, subsequente à abertura dos portos ao comércio internacional.

Estes dados ensejam algumas conclusões. Em primeiro lugar, já se disse, a propriedade escrava era altamente disseminada pelo tecido social, sinônimo aqui de que camadas variadas da população se encontravam *comprometidas* com a escravidão, independentemente da extensão de suas posses. Mas o alto grau de concentração da propriedade escrava nos coloca não apenas diante de uma *sociedade possuidora de escravos*, mas sobretudo ante uma *sociedade escravista*, definida como aquela na qual o principal objetivo da renda extraída ao escravo é a reiteração da diferença socioeconômica entre a elite escravocrata e todos os outros homens livres.⁴⁵

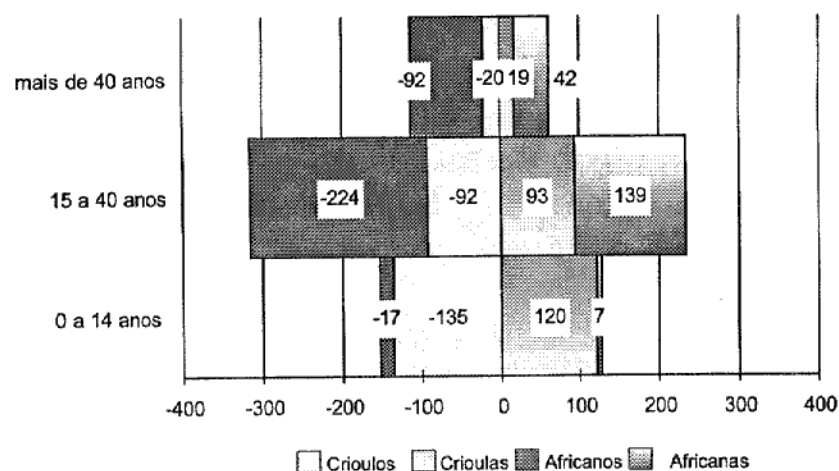
A condição de área de produção para o mercado internacional pode ser aferida a partir das exportações de açúcar branco entre 1796 e 1811: do porto do Rio saía 1/3 das exportações coloniais do produto, o que o tornava o principal pólo exportador da Colônia. Entre 1796 e 1807, antes portanto da invasão de Portugal por tropas de Junot, cabia ao Rio a preponderância tanto das importações como das exportações. Comparado à Bahia dessa época, o Rio detinha 38% das importações brasileiras e 34% das exportações globais (aquela região registrava, respectivamente, 27% e 26%).⁴⁶

Na escala requerida pelas empresas escravistas fluminenses, a reprodução dos cativos dependia do tráfico negreiro. Do ponto de vista demográfico, o perfil sexo-etário da escravaria do Rio assumia um caráter claramente recessivo. Tanto antes quanto depois da abertura dos portos coloniais, o predomínio dos adultos era absoluto: eles nunca perfaziam menos da metade de todos escravos, e seu número chegava a ser três vezes maior que o dos infantes (que representavam apenas dois ou três em cada dez escravos). Além disso, poucos cativos alcançavam a faixa de mais de quarenta anos de idade. A quantidade de escravos superava a de escravas em todos os grandes grupos etários, sobretudo entre os adultos (vejam-se os gráficos 2 e 3).

⁴⁵Cf. FINLEY, Moses I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro, Graal, 1991, pp. 84-85.

⁴⁶ARRUDA, José J. de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo, Ática, 1980, pp. 136, 154-155.

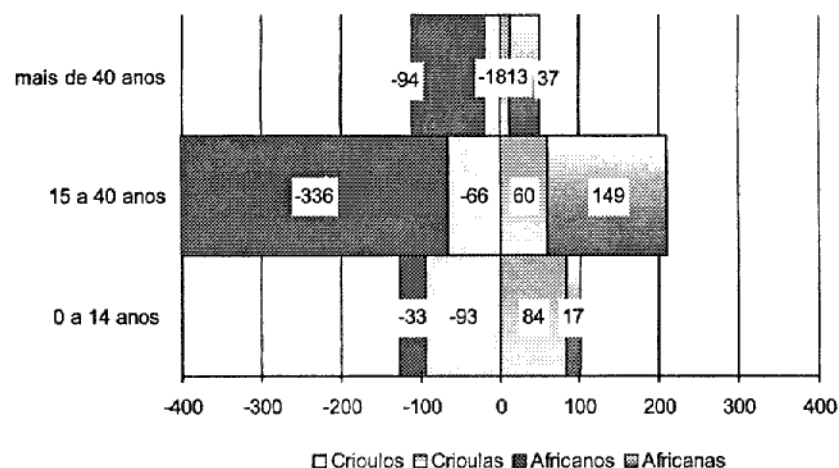
GRÁFICO 2: Distribuição (por mil), dos grandes grupos etários e sexuais escravos dos meios rural e urbano do Rio de Janeiro, 1790-1807



FONTE: ARQUIVO NACIONAL. Inventários *post-mortem* (1790-1807).

Supondo que essa população dependesse apenas de si para a realização de sua reprodução física e que, além disso, houvesse um equilíbrio entre os sexos em todas as faixas etárias, ainda assim ela não conseguiria repor-se adequadamente. Situação que, independentemente dos níveis de manumissões, era agravada pela alta mortalidade, visto serem poucos os indivíduos a alcançar mais de quarenta anos. Daí se infere uma população rumo ao declínio rápido e marcante, tendência que, ao se perpetuar, redundaria em declínio absoluto. Contudo, os dados disponíveis acerca da evolução da população escrava fluminense mostram ter ela crescido em termos absolutos entre a última década do século XVIII e a Independência: 82.448 cativos em 1789, 150.549, 34 anos depois.

GRÁFICO 3: Distribuição (por mil), dos grandes grupos etários e sexuais escravos dos meios rural e urbano do Rio de Janeiro, 1810-32



FONTE: ARQUIVO NACIONAL. Inventários *post-mortem* (1810-32).

A resposta para esse aparente paradoxo é que o Rio de Janeiro contava com um fluxo externo e contínuo de mão-de-obra que repunha sua escravaria. A esse respeito, os gráficos 2 e 3 são conclusivos, indicando ter sido o tráfico atlântico a variável responsável pelos desequilíbrios estruturais que tornavam recessivo o perfil demográfico dos cativos e, simultaneamente, o fator de reversão dessa tendência. Eles mostram que os africanos representavam 2/3 dos escravos com mais de 14 anos de idade, e que as mulheres nascidas na África alcançavam a mesma proporção entre as escravas de sexo feminino acima desta idade; os homens africanos representavam 80% dos cativos do sexo masculino adultos e idosos.

Com que conjuntura internacional defrontou-se essa economia entre 1790 e 1830?

Do ponto de vista do mercado internacional, o período em questão situava-se em um ciclo Kondratieff extensivo a 1792-1850. Nele, a fase A (de crescimento) abarcava o intervalo 1792-1815, marcado pelas Guerras Napoleônicas e o Bloqueio Continental. Tanto na Inglaterra quanto na França intensificaram-se a concentração urbana e as mudanças no padrão de vida, nas atividades industriais e agrícolas, além da ampliação das trocas internacionais. A fase B (de depressão), por sua vez, envolveu os anos 1816-1850, caracterizados pela crise de transformação da indústria e pelo desenvolvimento do capitalismo patrimonial-industrial na França; pelas dificuldades do carro-chefe da Revolução Industrial inglesa — o setor têxtil —, das quais derivou a reorientação dos investimentos para novos ramos, como as estradas de ferro e a construção naval; e pelo incremento da penetração do capital britânico nas Américas e Índia. Para Portugal, desde 1810 a crise se evidenciaria com força por meio da queda geral dos preços.⁴⁷

Respondendo a essas determinações exteriores, as exportações globais do Rio de Janeiro caíram 18% anualmente entre 1799 e 1811. Resultado natural, dado que, no mesmo intervalo, os preços internacionais do açúcar despencaram em quase 6% ao ano, ao mesmo tempo em que o volume do produto exportado retraiu-se em cerca de 23%. A combinação desses dois fatores determinou a queda das receitas em 20% ao ano. Tratava-se de uma crise profunda e prolongada, e os dados coligidos por W. W. Posthumus indicam terem os preços do açúcar em Ams-

terdã caído a uma média anual de 11% entre 1813 e 1819 — para 1821-31 tal queda situava-se em torno de 3% ao ano.⁴⁸ O mesmo panorama recessivo pode ser detectado com relação aos preços externos do café para 1821-1833, período em que caíram cerca de 7,5% ao ano.

Havia, portanto, a mais perfeita congruência entre o panorama externo e algumas características da economia fluminense. Se remetermos esse quadro geral à apreciação dos clássicos modelos de explicação da economia colonial, deveremos esperar a mais completa *débâcle* da estrutura produtiva fluminense, pois, de acordo com tais modelos, esta última não possuiria flutuações próprias.

Contudo, os dados de que dispomos apontam para um sentido contrário à recessão generalizada. Se antes se viu que a agroexportação fluminense crescia rapidamente desde o último quarto do século XVIII, tal tendência se manteve até pelo menos 1830: dos 324 engenhos e propriedades a eles ligadas no norte fluminense em 1800, passou-se para quatrocentos em 1810, e para setecentos em 1828.⁴⁹ O Oitocentos assistiu ainda ao crescimento da cultura cafeeira na província, com o que, em determinadas áreas, a população passou de 292 habitantes, em 1789, para 15.700 em 1840 — um crescimento de 5.300%! As exportações de café passaram de 160 arrobas, em 1792, para 318.032 em 1817, 539.000 em 1820, 1.304.450 em 1826, 1.958.925 em 1830 e 3.237.190 em 1835. Durante os anos 20 e 30, tal crescimento ocorreu em meio a uma conjuntura de flagrante retração dos preços internacionais do café. Mas, à que-

⁴⁷Idem, p. 631; e MAURO, Frederic. *A expansão européia, 1600-1870*. São Paulo, Pioneira/Edusp, 1980, p. 274.

⁴⁸POSTHUMUS, W. W. *Inquire into the Price in Holland*. Leiden, E.S. Brill, 1943, *passim*.

⁴⁹CLEVELAND, op. cit., p. 21.

da de cerca de 7% anuais detectada para o intervalo de 1821-1836, correspondeu um aumento do volume da produção exportável de cerca de 4% ao ano.

Por certo, a expansão da agroindústria açucareira e do café foi a grande responsável pelo incremento dos níveis de concentração da propriedade escrava ulterior à chegada da família real. A partir de então, as *plantations*, que detinham pouco mais da metade dos cativos, passaram a concentrar 3/4 dos mesmos. Se a este dado agregarmos a informação de que os grandes plantadores passaram de 20% dos proprietários inventariados para 1/3 dos mesmos, não poderemos deixar de concluir que a *plantation* e suas fornecedoras cresceram fisicamente, i. e., multiplicando-se espacialmente e concentrando um número cada vez maior de cativos (veja-se o Gráfico 1).

A Corte também crescia. Se entre 1760 e 1780 sua população aumentou 29%, tal índice foi ainda maior entre 1799 e 1821 (160%). Tomando-se a província como um todo, nota-se que sua população passou de 168.849 habitantes, em 1789, para 591.000 em 1830 — um crescimento de 250%. Naquele ano conviviam na cidade do Rio de Janeiro 16.807 escravos, que representavam 43% da população urbana global. Ainda com relação aos escravos, não é impossível que eles representassem 57% da população da Corte em 1834.⁵⁰

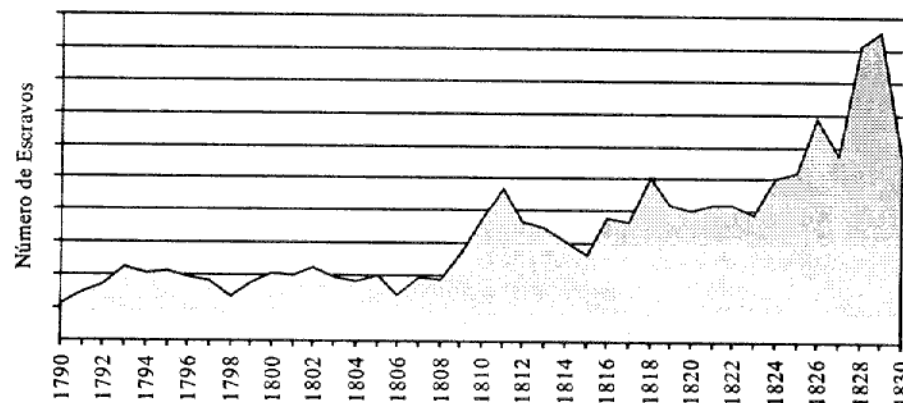
Consoante essa expansão geral tanto da população quanto da agroexportação fluminense, detecta-se o incremento da importação de gêneros coloniais para o abastecimento desses dois núcleos de demanda. Assim, as entradas de naus provenientes de outros portos brasileiros registram que as exportações de

⁵⁰KARASCH, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton, Princeton University Press, 1987, p. 61.

charque do Rio Grande do Sul para o porto carioca cresceram 249% entre 1799 e 1822. Com relação à farinha de mandioca (produzida em diversas zonas, desde o sul da Bahia até Santa Catarina), o aumento foi de 307% para o mesmo período. Ressalte-se que charque e farinha eram componentes básicos da dieta das camadas populares livres e dos escravos.

Temos ainda o enorme incremento das entradas de africanos através do porto carioca. De 1790 a 1830, atracaram mais de 1.500 negreiros, cujas entradas cresceram a uma média anual de cerca de 5%. Traduzidas em escravos, elas significaram a importação de cerca de 700 mil escravos (cf. Gráfico 4). Aceitando-se que o Brasil tenha importado 3,6 milhões de africanos entre os séculos XVI e XIX, os 41 anos de importações cariocas representam cerca de 1/5 dos desembarques de 350 anos!

GRÁFICO 4: Flutuações dos desembarques de escravos provenientes da África no porto do Rio Janeiro, 1790-1830



FONTE: FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 51.

Todos esses dados demonstram cabalmente a capacidade de a economia colonial crescer mesmo na fase B internacional. Isso por si só seria suficiente para detectar certa autonomia de seus movimentos frente aos do mercado externo. Uma prova final de que essa economia tinha flutuações próprias é que, mesmo quando as exportações retrocediam, nem todas as principais variáveis da economia colonial assumiam semelhante tendência. Assim, se é certo que, entre 1799 e 1811, as receitas das exportações portuárias cariocas caíram em aproximadamente 18% ao ano, no mesmo intervalo os desembarques de africanos cresceram 0,4% ao ano. Ao longo desse intervalo, além disso, as receitas provenientes das entradas de naus com charque e farinha cresceram, respectivamente, 4% e 10% anualmente.

A CIRCULAÇÃO

De acordo com Fernando Novais,

o superávit português expressava um efetivo ganho de monopólio, pois fundava-se sobre a diferença dos preços (baixos) desses produtos nas colônias, e (altos) nos mercados internacionais. (...) No período analisado [1796-1807], é em função da exportação dos produtos brasileiros que o comércio português consegue ser superavitário; noutros termos, é porque o comércio colonial português é deficitário que seu comércio exterior é superavitário.⁵¹

⁵¹NOVAIS, op. cit., p. 293

Nesta passagem, segundo Valentim Alexandre, o historiador paulista expressa um dos fundamentos do próprio Sistema Colonial: o acúmulo de déficits por parte da Metrópole portuguesa nas suas relações comerciais com o Brasil para, posteriormente, transformá-lo em superávit na revenda dos produtos coloniais no mercado internacional. Mas, para Alexandre, o cenário das relações comerciais entre Portugal e o Brasil na passagem do século XVIII para o século XIX seria marcado por tendências exatamente opostas: Lisboa acumularia superávits, ainda mais potencializados com a reexportação dos produtos coloniais no mercado internacional.⁵² O movimento que levaria Alexandre a proceder tal inversão seria a consideração, dentre os bens importados por Lisboa ao Brasil, do particular papel dos metais preciosos enquanto meios universais de pagamentos. Os metais seriam,

para o país vendedor, uma forma de financiamento do déficit resultante do comércio dos restantes produtos.⁵³

O ouro amoeado, em particular, serviria, portanto, para saldar as reiteradas perdas coloniais para com a Metrópole nesses anos.⁵⁴

Levado às últimas consequências, tal raciocínio retorna, de certo modo, aos postulados de Fernando Novais e, no limite, implica a *débâcle* da economia colonial. Em se tratando de

⁵²ALEXANDRE, op. cit., cap. 1.

⁵³Idem, p. 63.

⁵⁴Arruda, embora constando entre os autores criticados por Alexandre, afirma que o ouro exportado pelo Rio de Janeiro era "principalmente, de remessa de moeda metal para os particulares do Reino a fim de remunerar as importações de mercadorias feitas pelos comerciantes do Rio de Janeiro" op. cit., p. 157.

uma economia exportadora por excelência, a esse termo se chegaria dado que as vendas jamais seriam suficientes, por si sós, para saldar o pagamento de suas compras externas. O que se insinua aqui é a morte anunciada da galinha dos ovos de ouro ou, no mínimo, que a economia colonial estivesse em permanente crise.

E, no entanto, como o próprio Valentim Alexandre alerta, os enormes déficits coloniais foram saldados. Mais do que isso, a economia colonial os saldou desde pelo menos 1790 até a Independência. Cabe indagar como pôde logrã-lo. Na ausência de balanças regionais para a Colônia antes de 1808, lançamos mão de dados comerciais disponíveis para o período imediatamente posterior à abertura dos portos, na crença de que possam refletir, apenas no que tange ao comércio no interior do Império lusitano, movimentos próprios da conjuntura 1790-1822.

*

Em 1792 D. João tornou-se Regente porque sua mãe, D. Maria, endoideceu. Em 1808, ele e a Corte fugiram para o Brasil, com a louca pedindo que andassem mais devagar para não parecer que fugiam. Logo os portos da América portuguesa se abririam ao comércio internacional.

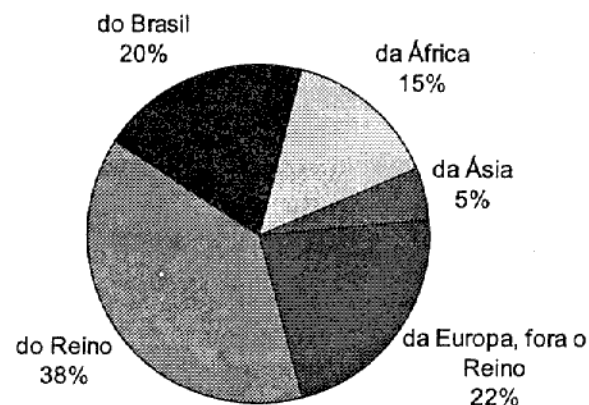
Ao longo desses 16 anos, o príncipe assistiu aos sucessivos superávits comerciais do seu Reino com o Brasil, inclusive por meio de crescentes exportações de panos de linho e algodão.⁵⁵ Talvez por isto a última década do século XVIII e a primeira do

⁵⁵Veja-se ALEXANDRE, op. cit., pp. 25-75. Nestas páginas o autor trabalha com o comércio luso-brasileiro entre 1796 e 1807.

século seguinte constituam uma época ímpar para o historiador interessado em capturar a América portuguesa no âmbito do chamado Antigo Sistema Colonial.

A Biblioteca Nacional (RJ) guarda em seu acervo alguns manuscritos alfandegários dessa época, relativos ao comércio através do porto do Rio de Janeiro entre 1803 e 1805. Com eles é possível ter uma idéia da distribuição dos valores das importações marítimas cariocas, de acordo com suas grandes áreas de procedência (veja-se o Gráfico 5).

GRÁFICO 5: Variação (%) dos valores das importações marítimas do Rio de Janeiro, de acordo com suas áreas de proveniência, 1803-05



FONTE: *Mapas das fazendas e gêneros importados na alfândega da Cidade do Rio de Janeiro...* Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, I-17,12, 1, n. 7, n. 13 e n. 6.

Do Reino comprava-se principalmente panos: chita, baetões, fitas de seda e veludo, gangas de algodão e seda, lenços, musselinas, tecidos de algodão cru, cetim, chapéus, panos de

linho e rendas. Logo vinham os vidros, as bulas, a aguardente, as drogas e espingardas, os objetos de estanho, os paios, a pólvora, os presuntos, o vinho, o bacalhau e o vinagre. De outras partes da Europa, mas sempre através dos portos metropolitanos, adquiria-se sobretudo tecidos ingleses (algodão cru, baetas e baetões, casemiras, durantes), mas também bretanhas de Hamburgo e, da França, veludos e cetim. Comprava-se também manufaturados de metais (de chumbo, de ferro, de latão e de cobre), papel, manteiga, velas, breu e alcatrão de variada procedência.

Entre 90% e 95% dos valores das importações provenientes da África serviam para adquirir escravos. Com o pouco que restava comprava-se, pela ordem, cera, azeites de amendoim e de palma, esteiras e mel de abelha. Da Ásia vinham, na proporção de oito para um, têxteis como cassas, chitas, sedas, lenços, zuartes, gangas, barrazes e linho, além de especiarias (noz-moscada, canela, pimenta, chá, cravo). Importava-se igualmente louças e marfim. Do resto do Brasil o Rio de Janeiro comprava em particular a comida, mas também outros gêneros: do Rio Grande vinham a carne salgada, o sebo, o trigo e a erva-mate; de São Paulo, o trigo; de Minas Gerais (através dos portos do sul fluminense), o algodão e o fumo, que também provinha da Bahia. O toucinho chegava de vários lugares.

De cada mil-réis gastos na aquisição de bens fora da capitania do Rio de Janeiro, quatrocentos eram remetidos para o Reino. As compras efetuadas em outras partes do Império português (nos portos do Brasil e feitorias da Ásia e da África) também alcançavam 40% dos valores das importações. Eis aqui algo que escapa a alguns de nossos clássicos: tanto quanto à Metrópole, a economia fluminense — e, com ela, o Sul-Sudeste colonial — estava profundamente ligada às outras partes do Império lusitano. Além disso, os *Mapas das fazendas e gêneros importados*

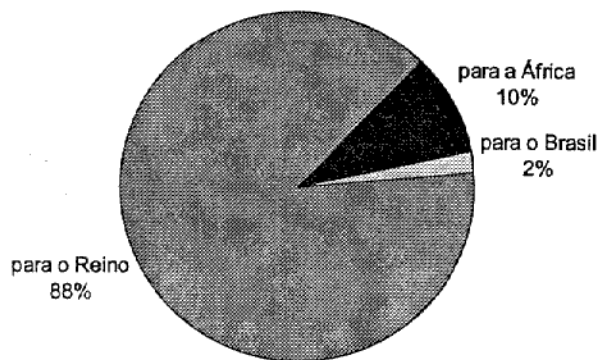
na alfândega da Cidade do Rio de Janeiro constituem-se em um documento ímpar, pois oferecem uma idéia do peso (20% do total) das compras de bens que, provenientes de outras partes de Europa, alcançavam o Brasil através de Portugal antes da abertura dos portos.

É fácil descobrir em todas essas rotas certa especialização regional, com a Europa — Portugal inclusive — provendo o Rio de Janeiro de manufaturados (tecidos, em particular). A Ásia oferecia sobretudo panos de luxo, a África, os pretos e o Brasil, os alimentos. Naturalmente, a própria natureza marítima dos documentos aqui tratados não permite capturar o fluxo que, por terra, unia o Rio de Janeiro a zonas como São Paulo e Minas Gerais. Além disso, aproximadamente 1/3 dos tecidos de algodão remetidos para o Brasil pela Metrópole eram panos brancos provenientes da Ásia, e apenas recebiam as estampas em Portugal.⁵⁶ Contas feitas, é perfeitamente plausível postular que as importações cariocas de bens de outras partes do Império que não a Metrópole superassem aquelas provenientes de Lisboa. O que não é pouco, pois trata-se de uma idéia que transforma o sistema atlântico português em precondição para o funcionamento da economia colonial brasileira, já que não seria da Metrópole que o Rio de Janeiro importaria o grosso não apenas de sua mão-de-obra, mas também dos alimentos e dos insumos que consumia.

⁵⁶De acordo com Valentim Alexandre (p. 49), "as remessas de tecidos de algodão ascenderam a números muito avultados que fizeram deles a mais valiosa exportação portuguesa para o Brasil em finais do século XVIII e começos do XIX". Na página seguinte o autor informa que "uma parte infelizmente não quantificável destes tecidos correspondia a panos brancos provenientes da Ásia que, uma vez estampados em Portugal, eram remetidos para o Brasil". Ver também PEDREIRA, *Os homens...*, op. cit., capítulos 1 e 2.

Fontes similares às utilizadas até aqui, também depositadas na Biblioteca Nacional (RJ), permitem abordar o outro lado da moeda, i.e., o perfil das exportações marítimas do Rio de Janeiro no início do século XIX, segundo os valores e as grandes áreas a que se destinavam os produtos embarcados no porto carioca.⁵⁷ Elas ensejaram a montagem do Gráfico 6.

GRÁFICO 6: Variação (%) dos valores das exportações marítimas do Rio de Janeiro em 1803 e 1804, de acordo com as áreas de destino



FONTE: Apêndice F.

O alvorecer do Oitocentos via reiterar-se um padrão que deve ter predominado em toda a época colonial. Sob efeito da vigência do Exclusivo, o Reino tornava-se, por definição,

⁵⁷Este gráfico foi montado a partir somente das médias das exportações de açúcar, arroz, café, farinha de mandioca, aguardente e couros, as quais correspondem, em 1803 e 1804, a, respectivamente, 91,1% e 91,7% do valor total exportado. Lamentavelmente, não conseguimos localizar os dados relativos ao ano de 1805.

o grande mercado sobretudo do açúcar, dos couros e dos mantimentos. Não surpreende, por conseguinte, que a cada mil-réis logrados com as exportações, novecentos fossem obtidos junto a compradores metropolitanos. As vendas para a África indicam, ao menos em princípio, o peso dos produtos que, trocados por cativos no litoral africano, viabilizavam o tráfico escravista — algo em torno de 10% das exportações do Rio de Janeiro. Mas esta cifra corresponde unicamente à participação dos “produtos da terra” (pela ordem, cachaça, farinha, açúcar, arroz e café) no escambo africano. Por fim, embora o açúcar e as aguardentes se destacassem, eram aparentemente ínfimas as vendas do porto carioca para outros locais da América portuguesa.

Ainda quando se considere o volume total (importações + exportações) do comércio exterior do Rio de Janeiro do início do século XIX, ter-se-á que a participação de Portugal era enorme (53%), a da Europa — nas reexportações portuguesas para o Rio — bem menor (18%), a da África menor ainda (7%), e a da Ásia quase insignificante (4%). A participação dos outros portos brasileiros situava-se no mesmo patamar das revendas de produtos europeus através dos portos portugueses. No que tange às somas envolvidas, o Rio de Janeiro importou o equivalente a 7:088:563\$517 réis em 1803, e 6:665:723\$050 réis em 1804, anos em que suas exportações somaram 1:936:525\$190 réis e 2:713:341\$370 réis. Geravam-se, pois, déficits equivalentes a pouco mais de 5 mil contos de réis no primeiro ano, e de quase 4 mil contos de réis em 1804. Tratava-se de saldos negativos acumulados fundamentalmente junto a Portugal, mas também no comércio com as feitorias africanas e asiáticas.

É difícil negar que esse panorama seja adequado aos cânones da teoria da dependência, tal como o expressa a ver-tente explicativa do Antigo Sistema Colonial. A não ser por um pequeno detalhe: déficits tão pronunciados, ao se reiterarem por muito tempo, significariam a ruína da economia fluminense, o que por seu turno certamente arrastaria a própria Metrópole. Com efeito, era o Rio o principal parceiro comercial do Reino no interior do Império português nessa época.⁵⁸ A manutenção de perfis tão desfavoráveis implicaria, no limite, a implosão do próprio Antigo Sistema Colonial. Diante de tal cenário, ou bem este último e qualquer outra teoria explicativa tornar-se-iam obras de ficção, ou os números apresentados devem ser matizados. Trilhemos este último caminho.

Sabe-se que, em 1803 e 1804, os déficits do Rio equivaliam, respectivamente, a 5:152:038\$327 réis e 3:952:381\$680 réis. Os registros das receitas derivadas das vendas fluminenses para o Império português não incluíam produtos que, comprados a Portugal, Ásia e África, eram reexportados tanto para as outras capitanias brasileiras quanto para a própria África

⁵⁸Entre 1809 e 1812, o Rio de Janeiro tinha em Portugal seu principal parceiro, com Lisboa detendo entre 55% e 30% do volume de comércio marítimo (importações + exportações) realizado pela praça carioca no interior do império português (ver *Quadros financeiros, balanças e minutas, sobre a administração do ministro Thomás Antônio de Villa Nova Portugal (1809-1830)*. Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, II, 30, 27, 27; e *Resumo dos mappas de importação e exportação... 1808-1814*. Arquivo Nacional, Junta do Comércio, caixa 448, pacote 1). Com outras fontes, também Arruda mostra que o Rio constituía-se no principal parceiro das importações e exportações da metrópole entre 1796 e 1811 — cf. ARRUDA, op. cit., tabelas 9 e 14.

(as fazendas e manufaturados da Índia e de Portugal). Não obstante, tais bens foram registrados nas compras do Rio de Janeiro.

Qual o peso desses subregistros nos déficits observados?

Uma forma de tentar estimar a envergadura das distorções derivadas da subenumeração do comércio interno à Colônia e com outras partes do Império é o confronto entre as balanças comerciais de 1803-1804 e aquelas, muito mais completas, produzidas para os anos de 1810, 1811 e 1812, depositadas no acervo Arquivo Nacional (RJ).⁵⁹

Começemos pelo comércio com a África. Viu-se que as trocas do Rio de Janeiro com Angola e Benguela, nos registros de 1803 e 1804, giravam ao redor de compras de escravos e vendas de *produtos da terra*. Esse movimento redundava em saldos negativos para o Rio de Janeiro, da ordem de -77% (1803) e -61% (1804).⁶⁰ Mas o cômputo das fazendas importadas pelo porto do Rio e logo reexportadas para a África em 1810, 1811 e 1812 indica uma participação de têxteis europeus e indianos correspondente a cerca de 70% de todos os bens vendidos a Angola e Benguela para a posterior troca por escravos.⁶¹ A projeção de índice semelhante para os registros de 1803 e 1804 reduziria substancialmente o déficit real nas contas entre o Rio e a África. Todavia, mesmo computando as fazendas reexportadas, é possível que o comércio carioca com o continente negro continuasse acumu-

⁵⁹Cf. *Resumo dos mappas...*, op. cit.

⁶⁰Acrescentou-se 10% para todas as exportações de bens da terra (ver Apêndice F).

⁶¹Cf. *Resumo dos mappas...*, op. cit.

lando déficits, já que os saldos negativos para com Angola e Benguela reiteravam-se entre 1810 e 1812, quando flutuavam de -11,5% a -24,1% (veja-se a Tabela 1).

TABELA 1: Perfil da balança comercial do Rio de Janeiro com Santos, Rio Grande do Sul, Angola e Benguela, 1810-12 (em reais)

Anos	Regiões	Exportações	Importações	Superávits	Déficits	%
1810	Santos	417:344\$200	131:596\$960	285:747\$240		+68,5
	Rio Grande do Sul	686:355\$440	520:719\$140	165:636\$300		+24,1
	Angola	586:952\$628	675:424\$845		88:472\$217	-15,1
	Benguela	254:152\$100	368:777\$390		114:625\$290	-45,1
1811	Santos	361:932\$840	89:379\$960	272:552\$880		+75,3
	Rio Grande do Sul	887:866\$140	724:455\$580	163:410\$560		+18,4
	Angola	638:867\$035	696:675\$630		57:808\$595	-09,0
	Benguela	173:699\$850	268:932\$900		95:233\$050	-54,8
1812	Santos	443:302\$160	62:595\$320	380:706\$840		+85,9
	Rio Grande do Sul	1:204:899\$360	786:983\$970	417:915\$390		+34,7
	Angola	655:941\$018	746:013\$475		90:072\$457	-13,7
	Benguela	243:810\$840	257:173\$710		13:362\$870	-05,5

FONTE: *Resumo dos mappas de importação e exportação... 1808-1814*. Arquivo Nacional, Junta do Comércio, caixa 448, pacote 1.

As balanças do início da década de 1810 também permitem detectar a existência de expressivos lucros brutos obtidos pelo Rio de Janeiro no comércio dos africanos recém-chegados (*boçais*) e com Santos e Rio Grande do Sul. Eis o movimento que alterará por completo o quadro deficitário antes detectado no comércio com a África.

Embora Rio Grande do Sul e Santos absorvessem, juntos, em 1810, pouco mais de 6% dos escravos adquiridos pelo

porto carioca na África, o valor das reexportações desses boçais alcançava quase 12% do valor total das compras realizadas pelo Rio de Janeiro em Angola e Benguela (veja-se a Tabela 2). Nos demais anos manteve-se a mesma tendência, com o preço *per capita* de africanos do Rio para estas capitanias alcançando o dobro do despendido na compra dos mesmos na África. O lucro bruto obtido com as revendas de escravos boçais apenas para Santos e Rio Grande reduzia em cerca de 25% o déficit acumulado com a África em 1810, diminuía em mais ou menos 55% o saldo negativo acumulado em 1811, e chegava a inverter a balança para o ano de 1812, transformando um déficit de 103:435\$327 réis em saldo de 121:426\$524 réis (+17,4%) — comparem-se as tabelas 1 e 2.

TABELA 2: Perfil do comércio de escravos africanos do Rio de Janeiro com Angola, Benguela, Santos e Rio Grande do Sul, 1810-12

Anos	Escravos importados pelo Rio de Janeiro a Angola e Benguela		Escravos africanos exportados do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul		Escravos africanos exportados do Rio de Janeiro para Santos	
	n°	Valor	n°	Valor	n°	Valor
1810	13.954	925:560\$000	552	4,0 66:816\$000	7,2 320	2,3 40:960\$000
1811	13.612	862:700\$000	1.174	8,6 143:787\$600	16,7 248	1,8 31:744\$000
1812	11.238	692:789\$000	1.168	10,4 175:035\$300	25,3 299	2,7 38:272\$000

a: % em relação ao número de escravos de Angola e Benguela importados pelo Rio de Janeiro.

b: % em relação ao valor dos escravos de Angola e Benguela importados pelo Rio de Janeiro.

FONTE: A mesma da Tabela 1.

Vale lembrar que, para esses anos, não dispomos de números relativos às reexportações fluminenses de africanos

para Minas Gerais, capitania que aparece nas estimativas demográficas de 1819 como a maior concentradora de escravos do Brasil (mais ou menos 15% dos cativos coloniais). Entretanto, sabe-se que, entre 1825 e 1830, para Minas Gerais se dirigiam mais de 40% dos africanos desembarcados no porto do Rio de Janeiro. Acreditando que tal perfil possa ser generalizado para as duas primeiras décadas do século XIX, forçosamente dever-se-á admitir terem sido as re-exportações marítimas e terrestres de africanos mais do que suficientes para redefinir o quadro inicialmente deficitário do comércio Rio-África, transformado agora em sólida fonte de ganhos para o capital mercantil residente na cidade do Rio de Janeiro.

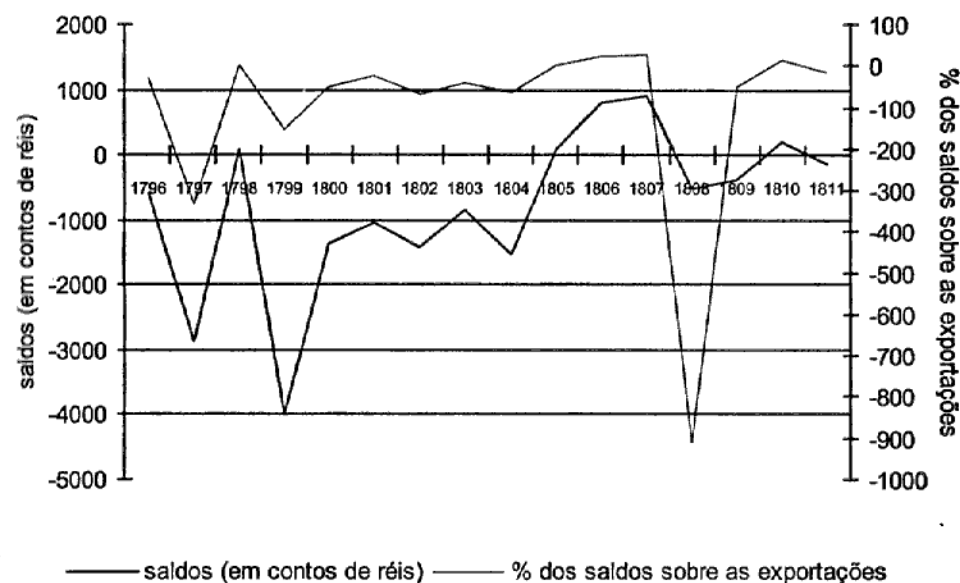
As cifras relativas ao início do século XIX e ao começo da década de 1810 são definitivamente incompletas no que tange ao comércio com a Europa. Para os anos de 1803 e 1804 viu-se que as importações provenientes do Reino correspondiam a 38% das compras marítimas do Rio, número que, com relação aos bens de outras nações européias reexportados via Lisboa, alcançava 22%. No total, importou-se um valor correspondente a 8:156:523\$897 réis de toda a Europa. Nesses mesmos anos o Rio de Janeiro exportou para Lisboa produtos que correspondiam a um total de 4:120:000\$000 réis — um estupendo déficit de quase 100% na balança comercial.⁶²

O Gráfico 7, montado a partir de outras fontes, mostra que entre 1796 e 1811, sem se considerar as remessas de metais pre-

⁶²Acrescentaram-se 10% para todas as exportações de bens da terra (ver Apêndice F).

ciosos para a Metrópole, a tendência geral foi de sucessivos déficits para a praça colonial fluminense. Em alguns anos (1797 e 1808), as perdas atingiram patamares verdadeiramente estratosféricos, quando representaram de 330% a 910% das exportações do Rio de Janeiro.

GRÁFICO 7: Variação dos valores dos saldos e das participações (%) dos saldos sobre as exportações do Rio de Janeiro para o Reino, 1796-1811



FONTE: Apêndice G.

Parcela substantiva do déficit detectado derivava do não-cômputo das exportações de ouro e prata do Rio para Portugal. Para 1803-1804, tomando os metais preciosos em

conta, o déficit carioca cairá para apenas 5%.⁶³ Para 1810-1812, nossos registros abarcam apenas o comércio do Rio de Janeiro com Portugal, sem considerar o comércio direto entre a praça carioca e outros países, viável a partir da abertura dos portos. Mesmo assim eles mostram que, ainda que se excluam as remessas de ouro e prata para o Reino, o déficit do Rio era de somente 3% (veja-se a Tabela 3). Tratava-se, por certo, de um dos efeitos do fim do Exclusivo Colonial após a chegada dos Bragança ao Rio de Janeiro: a diversificação dos parceiros do comércio brasileiro, na busca de melhores termos de intercâmbio.

TABELA 3: Variação da balança comercial marítima do Rio de Janeiro com Portugal, 1810-12

Ano	Importações	Exportações totais (incluindo ouro e prata)	Exportações totais (sem ouro e prata)
1810	1:060:052\$000	1:245:285\$000	1:112:448\$000
1811	933:124\$000	1:051:973\$000	779:708\$000
1812	1:076:170\$000	1:317:769\$000	1:076:163\$000
Total	3:069:346\$000	3:615:027\$000	2:968:319\$000

FONTE: *Quadros financeiros, balanças e minutas, sobre a administração do ministro Thomás Antônio de Villa Nova Portugal (1809-1830)*. Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, II, 30, 27, 27.

⁶³Cf. ARRUDA, op. cit., tabelas 17 e 19. Corsino Medeiros dos Santos chega a ser enfático acerca do papel dessas exportações de metais no comércio Rio-Lisboa para o período 1763-1808: "Essa sangria [de moedas do Rio para o Reino] só não teria levado o comércio carioca ao colapso porque as moedas cunhadas noutras capitanias também tinham aí livre trânsito, além disso, nas Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, e até mesmo no burgo carioca em algumas ocasiões, circulava o ouro em pó, apesar das muitas restrições" — cf. *Relações comerciais do Rio de Janeiro com Lisboa*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980, pp. 192-195.

Ora, somente a soma das reexportações de tecidos do Rio para o Rio Grande do Sul em 1810, 1811 e 1812 (1:602:984\$910 réis) correspondia a 52% de tudo que se importou de Portugal ao longo destes três anos. Para o porto de Santos, reexportavam-se panos cujo valor (878:322\$740 réis) equivalia a 29% de tudo que se comprava no Reino. Por certo, entre os têxteis reexportados para essas duas localidades estavam aqueles adquiridos pelo Rio na Ásia e em países europeus que não Portugal. Obviamente, também se revendiam tecidos fabricados pelo Reino, resultando em valores que compensavam amplamente o pequeno déficit observado na balança Portugal-Rio (3%).

O fato de a soma dos valores do comércio carioca com duas áreas coloniais secundárias corresponder a cerca de 80% de todas as compras feitas junto ao Reino mostra a enorme capacidade de compra do mercado interno colonial. Para reforçar tal idéia, observe-se a Tabela 4, lembrando que, se Rio Grande e São Paulo — com uma população livre de cerca de 225 mil pessoas em 1819 — absorviam 4/5 das importações do Reino, quanto não demandariam em produtos metropolitanos áreas como Minas Gerais (com 465 mil) e mesmo o próprio Rio de Janeiro (com 365 mil)? Não se deve esquecer, tampouco, que parcela expressiva dos tecidos adquiridos pelo Rio na Europa (inclusive Portugal) e Ásia destinavam-se, além do mercado doméstico, à aquisição de escravos na África. Naturalmente, esse movimento reduzia ainda mais o déficit antes observado.

TABELA 4: Distribuição regional da população brasileira de acordo ao estatuto jurídico, 1819

Região	Livres	Escravos	Total
Pernambuco	270.832	97.633	368.465
Bahia	330.649	147.263	477.912
Rio de Janeiro e Corte	363.940	146.060	510.000
Minas Gerais	463.342	168.543	631.885
São Paulo	160.656	77.667	238.323
Rio Grande do Sul	63.927	28.253	92.180
Brasil	2.488.743	1.107.389	3.596.132

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas históricas do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1986, vol. 3, p. 30.

O tráfico de escravos era o veículo maior da participação asiática no mercado atlântico. Prova disso é que as fazendas da Índia se converteram na principal moeda do comércio negreiro de Luanda para o Brasil entre 1785 e 1794 (seu valor correspondia a 1/3 do valor de todas as importações do porto africano ao longo desses dez anos). Somem-se a isso os 21% representados pelos valores totais de fazendas e gêneros diversos importados junto ao Brasil, e teremos que, nas décadas finais do século XVIII, pouco mais da metade das compras efetuadas por Luanda realizavam-se na América e na Ásia.⁶⁴ Este perfil ainda se mantinha em 1808, quando o total das importações luandenses de panos da Índia (306:447\$600 réis) era três vezes maior que o de bens europeus não-portugueses, e superava em 58% as compras realizadas junto a Lisboa. Durante o ano seguinte, em parte devido à crise que desabou sobre o Reino, o fluxo de compras no Oriente superou em duas vezes e meia o

⁶⁴SANTOS, Corsino Medeiros dos. *O Rio de Janeiro e a conjuntura atlântica*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1993, p. 156.

comércio com Portugal, e era quatro vezes maior que o valor das importações de manufaturados do resto da Europa.⁶⁵

Também em relação a Goa o comércio carioca era deficitário — girava em torno de -36% entre 1810 e 1812. Compravam-se da Ásia sobretudo fazendas, pagas principalmente com moeda sonante, o mais importante item das exportações do Rio para Goa — veja-se a Tabela 5. Esse déficit revela mais uma vez a existência de uma ampla rede mercantil a ligar a Ásia e o Brasil, passando por Angola e Congo.

TABELA 5: Variação das importações marítimas do Rio de Janeiro com a Índia, 1810-12

Ano	Importações	% de fazendas nas importações	Exportações (incluindo ouro e prata)	% de dinheiro nas exportações	Total das exportações de Goa para o mundo, os Estados da Índia e Rio de Janeiro
1810	506:723\$400	97	463:712\$220	98	?
1811	647:382\$876	99	49:005\$390	67	751:103\$318
1812	577:966\$890	97	113:715\$336	79	765:104\$776
Total 1:	732:073\$166	97,7	626:432\$946	81,3	?

FONTE: A mesma da Tabela 1.

⁶⁵Ver *Movimento do comércio do porto de Luanda* (Arquivo Nacional, Junta do Comércio, caixa 449, pacote 1). A Ásia provia o grosso dos tecidos trocados por escravos nos tráficos inglês e francês durante a segunda metade do século XVIII. Em 1775, os tecidos indianos correspondiam a 54% do valor total das mercadorias intercambiadas pelos franceses por cativos africanos, cifra que se elevou para 57% em 1788. Sabe-se também que, entre 1699 e 1800, os tecidos correspondiam a 68% dos valores exportados pelo inglês para a África, com os têxteis indianos correspondendo a 40% daquele valor (isoladamente os panos indianos correspondiam a 27% do que se exportou durante o mesmo período) — ver KLEIN, Hebert S. "Economic Aspects of the Eighteenth-century Atlantic Slave Trade", in: TRACY, James D., org. *The Rise of Merchant Empires (Long-distance Trade in the Early Modern World, 1350-1750)*. Nova York, Cambridge University Press, 1993, pp. 291-292.

Ao contrário do detectado nas perdas cariocas para com a África e a Europa, a rede asiática abarcava somente a face Sul-Sul do Império português. Tal como nestes casos, porém, as perdas asiáticas também devem ser redefinidas. Destinava-se ao escambo africano boa parte dos tecidos indianos comprados pelo Rio, encontrando-se casos em que cerca de 1/5 das fortunas de traficantes cariocas era constituído por panos asiáticos a serem remetidos para a África. Em segundo lugar, viu-se que a revenda de africanos do Rio no mercado colonial mais do que compensava as perdas acumuladas no tráfico com a África. Dado o papel central desempenhado pelos tecidos do Oriente no comércio negreiro, também o déficit do Rio para com a Ásia transmutava-se em lucro quando da distribuição dos cativos africanos no Sul-Sudeste brasileiro.

Como no caso das relações entre o Rio e Lisboa, também para a Índia prevaleciam as exportações de ouro amoeado como forma de saldar as perdas. Não é gratuito que a quitação das crônicas dívidas assumidas com Goa se desse fundamentalmente em dinheiro: tratava-se de numerário acumulado pelos comerciantes da praça carioca a partir das revendas de cativos no Brasil.⁶⁶

Muitos bens do escambo africano iam diretamente de Goa ou Lisboa para Angola, embora fossem adquiridos em Portugal e na Índia por negociantes da praça do Rio de Janeiro. É o que mostra o processo que, em 1812, foi aberto na Junta do Comércio pelo traficante Bernardo Lourenço Vianna, do

⁶⁶SANTOS, *Relações...*, op. cit., pp. 192-195.

Rio de Janeiro, contra seu devedor, o comerciante de grosso trato Antônio Rodrigues de Moura, de Luanda. As relações entre os dois litigantes remontava a pelo menos 1800, quando Bernardo, por intermédio de Antônio de Souza Portella, negociante de Lisboa, emprestara vultosos recursos a Moura. Estes deveriam ser pagos em um prazo de seis anos e, durante os quatro primeiros, o negociante angolano honrou o compromisso. Depois de 1804, no entanto, os pagamentos simplesmente cessaram. Desde então Portella faleceu, sua casa de comércio faliu, e as dívidas do angolano com o traficante carioca se acumularam, chegando a mais de 8:000\$000 réis em 1812. Observe-se que o crédito de Bernardo se destinava à compra de mercadorias na Ásia, sendo o lisboeta Portella um mero intermediário.⁶⁷

Embora transações triangulares desse tipo não estejam contempladas pelas balanças de comércio, o certo é que eram frequentes e altamente lucrativas para o capital mercantil carioca, com os ganhos se realizando no mercado interno brasileiro. Da plausibilidade dessa ilação fala a própria permanência temporal da hegemonia do capital comercial do Rio de Janeiro na economia colonial. Falam também, e de modo taxativo, os lucros brutos obtidos pelos traficantes do Rio de Janeiro nas reexportações de africanos para o Rio Grande do Sul e Santos em 1812. Tendo então desembolsado 62\$000 réis, em média, por cada escravo comprado na África, os traficantes do Rio vendiam-nos por 128\$000 réis em Santos, e por 150\$000 réis no Rio Grande do Sul, configurando ganhos brutos que variavam, neste caso, de 106% a 142% (cf. Tabela 2).

⁶⁷ARQUIVO NACIONAL, Junta do Comércio, caixa 377, pacote 1.

TABELA 6: Valores dos tecidos reexportados pelo Rio de Janeiro, 1810-12

Anos	Escravos africanos reexportados pelo Rio a Santos e Rio Grande do Sul	Tecidos reexportados pelo Rio a Santos, Rio Grande do Sul, Benguela e Angola	Açúcar exportado pelo Rio a Portugal
1810	111:776\$000	1:383:727\$858	617:218\$000
1811	175:531\$600	1:298:755\$330	598:125\$000
1812	213:307\$300	1:705:348\$418	698:368\$000
Total	500:614\$900	4:387:831\$606	1:913:711\$000

FONTES: *Resumo dos mapas de importação e exportação... 1808-1814*. Arquivo Nacional, Junta do Comércio, caixa 448, pacote 1; e *Quadros financeiros, balanças e minutas, sobre a administração do ministro Thomás Antônio de Villa Nova Portugal (1809-1830)*. Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, II, 30, 27, 27.

Até aqui trabalhou-se com os déficits comerciais do Rio de Janeiro buscando capturar outra dimensão das trocas marítimas cariocas. O porto do Rio seria não apenas o núcleo de uma vasta rede de exportações de produtos próprios à *plantation* escravista para a Europa, mas também desempenharia o papel de grande centro reexportador de diversos bens europeus, asiáticos e africanos — em especial as fazendas provenientes da Europa e de Goa, além dos escravos africanos. A envergadura dessas vendas pode mais uma vez ser evidenciada pela Tabela 6, que mostra os valores das reexportações de panos e/ou africanos para Santos, Rio Grande do Sul, Benguela e Angola entre 1810 e 1812, além dos valores do açúcar exportado do Rio para Portugal.

Observa-se que os valores gerados pelas reexportações de escravos e tecidos para Santos, Rio Grande e/ou portos congo-angolanos somavam quantias de duas a três vezes superiores àquelas produzidas pelas exportações da *plantation*. Assim, a principal praça mercantil da Colônia tinha nas exportações um setor secundarizado em face do que se lograva realizar no âmbito de reexportações para o Atlântico Sul.

As vendas teciam uma ampla rede, cujo eixo era representado pelo capital mercantil do Rio de Janeiro. Seu âmbito era o próprio Atlântico Sul, e abarcava dos confins dos sertões africanos até o interior do Brasil (Mato Grosso, Goiás, Piauí etc.), passando por portos litorâneos como Rio Grande, Desterro, Paranaguá, entre outros. Não é absurdo postular que a maior parte dos ganhos do capital mercantil do Rio de Janeiro proviessem dessa rede. O lucro sobre a alienação aparece, portanto, como uma espécie de vocação da cidade. A realizá-lo estava a poderosa comunidade de mercadores atlânticos ali residentes, caracterizada, no seu topo, por empresários voltados para a atuação monopolística e simultânea em diversos setores de negócios.

A PRECONDIÇÃO PARA A AUTONOMIA: OS BAIXOS CUSTOS DOS FATORES DA ECONOMIA COLONIAL

Passemos à análise das variáveis que permitiram a essa economia desfrutar um perfil próprio de flutuações. Em se tratando de uma agricultura extensiva, tais variáveis identificavam-se à incorporação de terras e de homens e, nessas condições, a reiteração econômica tinha por requisitos a existência de uma fronteira aberta e de uma oferta elástica de mão-de-obra e de alimentos.

A ESTRUTURA DA OFERTA DA MÃO-DE-OBRA

Por séculos a fio a África mitigou a demanda brasileira por braços. Para tanto, importaram-se 50 mil homens e mulheres no século XVI, pouco mais de meio milhão no XVII, quase 2 milhões no século XVIII e aproximadamente 1,2 milhão de africanos no século XIX.⁶⁸ É fácil, porém, encontrar clássicos para os quais o africano se torna objeto de análise unicamente a partir de sua chegada aos portos brasileiros.⁶⁹

De fato, os grandes modelos explicativos da economia colonial detêm-se superficialmente nas origens do tráfico atlântico, não analisando as motivações que teriam levado o continente negro a suprir a demanda brasileira de forma tão maciça e contínua. Elude-se que, ao consumo do cativo, precedia um movimento próprio da face africana do tráfico — o de sua produção social —, sem o qual a economia e a sociedade coloniais jamais poderiam assumir as feições que assumiram.

Em Caio Prado, é a natureza mesma de um projeto colonizador ávido por produzir em grande escala que torna necessário dispor de enormes recursos para se poder migrar para o Brasil — ser grande empreendedor funcionava como atributo altamente seletivo. Como, então, enfrentar o problema da mão-de-obra, se o parco contingente nativo obliterava a utilização satisfatória do indígena? Como responder às vicissitudes desse mesmo projeto se os aborígenes — “maus trabalhadores, pouco resistentes e de eficiência mínima” — eram ralos, demograficamente falando, estando, além disso, em processo de dizimação pela sa-

⁶⁸CURTIN, op. cit., p. 268.

⁶⁹Por certo não é o caso, por exemplo, de FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro, Record, 1989, e menos ainda de SILVA, Alberto da Costa E. *A enxada e a lança*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1996.

nha destrutora dos pioneiros, ou isolados do alcance dos colonos pela ação das missões religiosas?

É quando o historiador paulista se volta para a África, e com ela o tráfico emerge como solução definitiva. A adoção dos escravos africanos se basearia em dois pressupostos: a experiência dos lusitanos no comércio negreiro desde meados do século XV, e o fato de Portugal se fazer presente nos territórios africanos que os forneciam. Tais circunstâncias permitiriam a entrada de, segundo sua exagerada estimativa, não menos de 5 milhões de cativos no Brasil antes dos desembarques maciços do século XIX.⁷⁰ Em nenhum momento Caio Prado se pergunta sobre os fatores que por séculos a fio teriam levado a África a servir de reservatório de mão-de-obra para a colonização portuguesa. Por isso a ninguém deve surpreender o fato de seu modelo reduzir o continente negro à condição de variável passiva do processo geral de colonização da Afro-América.

Seguindo as determinações gerais do modelo de Caio Prado, mas tentando esclarecer seus efeitos sobre a distribuição da renda, o paraibano Celso Furtado acabou por explicitar idéias que o paulista apenas insinuava. Acerca das motivações que teriam impedido a adoção do colono europeu livre como força de trabalho dominante no Brasil, não se percebe nenhuma disjunção substancial entre os dois autores: escassez de mão-de-obra em Portugal e necessidade de pagar salários demasiadamente altos aos possíveis migrantes. Mas o que em definitivo inviabilizaria essa possibilidade seriam as determinações do próprio processo

⁷⁰PRADO JR., *Formação...*, op. cit., pp. 30 e 103; e do mesmo autor *História...*, op. cit., p. 97.

colonizador: a organização dos colonos em bases de mero autoconsumo, freqüente em se tratando de imigrantes,

(...) só teria sido possível se a imigração houvesse sido organizada em bases totalmente distintas.⁷¹

O escravismo surge então como a solução mais eficiente para o problema da mão-de-obra. A partir desse ponto a contribuição de Furtado começa a adquirir traços mais originais. Ele insiste em que a escravização do indígena teria se constituído na viga mestra inicial para a montagem da agroexportação, quando seu tráfico serviria de pilar para a sobrevivência dos núcleos populacionais não dedicados às atividades exportadoras. Na verdade, o aproveitamento do escravo indígena não pareceria ter sido ocasional, estando inscrito nos planos iniciais da colonização (prova-o o fato de que, entre os privilégios recebidos pelos donatários, estar o de escravizar uma quantidade ilimitada de nativos, além de poder-se exportar um número restrito dos mesmos para a Metrópole). Logo, porém, os aborígenes revelaram-se escassos para o atendimento das demandas do projeto agroexportador.⁷² Foi quando entraram em cena os africanos, mas sem deslocar-se por completo o trabalho indígena de áreas periféricas. Furtado aponta ainda para o fato de que a oferta de cativos seria determinada pela demanda da empresa colonial, pois os africanos somente chegariam quando ela já se encontrasse instalada. Ainda que se reconheça o papel estrutural do tráfico para o Brasil, não se vai mais além no que se refere à inserção da África no circuito colonial. Como em Caio Prado, uma vez

estabelecida a demanda por cativos, a experiência lusitana no lucrativo escambo com a África bastaria para fazer com que o fluxo demográfico funcionasse a contento.⁷³

Em Fernando Novais encontramos a afirmação de que os escravos e o tráfico atlântico seriam mais adequados aos fins últimos da acumulação primitiva européia. Que motivos presidiriam tal adoção, se a escravidão travava o giro do capital, se o cativo tinha de ser permanentemente mantido e se, por fim, ao não permitir o exercício do clássico mecanismo da dispensa do fator trabalho, a escravidão impedia o ajustamento da mão-de-obra às flutuações da produção? Respondendo a estas questões, Novais, um dos poucos clássicos que dedicam um item específico (ainda que exíguo) de seu trabalho ao tráfico atlântico, supõe que a constituição da economia colonial somente pode ser apreendida no interior do sistema colonial mercantilista, isto é, em suas conexões com o que denomina "capitalismo comercial".⁷⁴

O problema não seria simplesmente o de povoar o Novo Mundo. Por isso a escassez demográfica européia — um argumento "pitoresco", segundo o autor paulista — não pode servir de explicação para a adoção da mão-de-obra escrava. Outras formas de trabalho que não a compulsória seriam inadequadas, pois não impediriam a dispersão dos recursos coloniais na produção para a subsistência. Em suma, o produtor independente não fazia parte do projeto colonizador. O trabalho compulsório indígena teria certamente respondido ao impulso inicial da colonização, mas sua substituição pelo escravo africano não poderia ser explicada a partir da inadaptação daquele à lavoura, e menos ainda pela oposição jesuítica à escravização do aborí-

⁷¹FURTADO, op. cit., p. 46; cf. tb. p. 13.

⁷²Sobre este aspecto, cf. tb. MONTEIRO, John M. *Negros da terra*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994; e SCHWARTZ, *Segredos...*, op. cit.

⁷³FURTADO, op. cit., pp. 13 e 45-46.

⁷⁴NOVAIS, op. cit., p. 97

gine. A exiguidade demográfica dos nativos e as dificuldades de seu apresamento “talvez” estivessem na base de semelhante mutação. Mas o que certamente condicionaria essa “preferência” teria sido o sistema mercantilista de colonização, determinado a promover a acumulação primitiva na Europa.⁷⁵

Por ser mercantil e, portanto, reproduzir-se por meio do mercado, a escravidão ampliaria um vasto e lucrativo ramo de comércio — o tráfico transatlântico. Enquanto se tratasse de escravidão de indígenas, os ganhos resultantes do comércio de homens permaneceriam na Colônia, distorcendo o “sentido da colonização”. Com o tráfico pelo atlântico, entretanto,

(...) a acumulação gerada no comércio de africanos, entretanto, fluía para a Metrópole, realizavam-na os mercadores metropolitanos, engajados no abastecimento dessa “mercadoria”. Esse talvez seja o segredo da melhor “adaptação” do negro à lavoura... escravista. Paradoxalmente, é a partir do tráfico negreiro que se pode entender a escravidão africana colonial, e não o contrário.⁷⁶

O comércio negreiro, um dos setores mais rentáveis do comércio colonial, determinaria não a opção pela escravidão em geral, mas sim pelos escravos africanos, o que não necessariamente significa que as flutuações da demanda por negros pasassem a ser ditadas pela oferta dos mesmos. Novais, como outros, elude a dinâmica da face africana do circuito atlântico, embora nele esta última assumia feições estruturais.

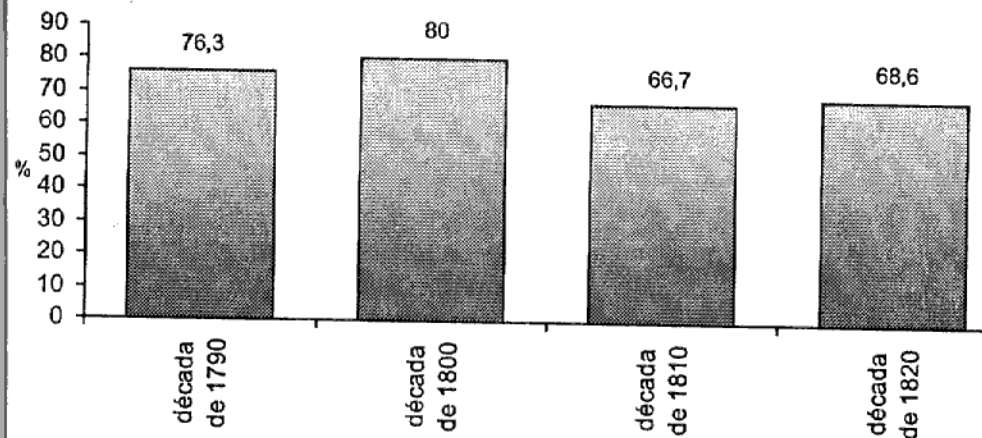
*

⁷⁵Idem, p. 98-108.

⁷⁶Idem, p. 105.

Todo lugar e época que conheceram a concentração de riqueza e de poder — como na África de antes e depois do tráfico atlântico — também testemunharam a exploração do homem pelo homem. Recusar tamanha obviedade por certo não contribui para que se ultrapasse a tão comum associação africano/selvagem, cujos perigosos resultados são alertados por Curtin em seu monumental estudo sobre a Senegâmbia.⁷⁷

GRÁFICO 8: % de fortunas de menos de 500\$000 réis detentoras de escravos nos meios rural e urbano do Rio de Janeiro, 1790-1830 (valores não deflacionados)



FONTE: ARQUIVO NACIONAL. Inventários *post-mortem* (1790-1830).

Partamos da constatação de que a propriedade escrava, embora concentrada, se encontrava bastante disseminada en-

⁷⁷CURTIN, Philip D. *Economic Change in Pre-colonial Africa. Senegambia in the Era of the Slave Trade*. Madison, Wisconsin University Press, 1973, p. 153; COOPER, Frederick. “The Problem of Slavery in African Studies”, in: *The Journal of African History*, 1979, 20, 103-125.

tre as fortunas fluminenses. Mostrou-se anteriormente que quase todos os homens livres detentores de bens a legar possuíam ao menos um escravo. Analisando agora apenas a faixa de fortunas rurais e urbanas inferiores a 500 mil-réis (a mais baixa da hierarquia de inventariados), a conclusão se reafirma. Entre 1790 e 1830, nunca menos de 2/3 dos mais pobres inventariados do agro e da urbe carioca detinham escravos (cf. Gráfico 8). Inventários *post-mortem* de uma área voltada para o abastecimento, como Itaguaí, indicam proporções semelhantes para a década de 1820. No Vale do Paraíba da época da montagem do complexo cafeeiro (anos 30), do mesmo modo, nunca menos de 83% dos mais pobres inventariados também possuíam cativos.⁷⁸

Pode-se argumentar que os mais pobres inventariados fluminenses possuíam escravos menos em função de seu baixo preço do que da força simbólica do “ser senhor de escravos”. A esse respeito, afinal, somente um estrangeiro como o comerciante Wetherell, que esteve na cidade de Salvador em 1860, se surpreenderia com o fato de, ali, os homens brancos cultivarem longas unhas para demonstrar que não exerciam ofícios manuais.⁷⁹ Mas mesmo a força dos símbolos de *status*

⁷⁸Agradecemos a Ricardo Ruiz pelo acesso aos dados de Itaguaí. Dele, cf. *Sistema agrário, demografia da escravidão e família escrava em Itaguaí, 1820-1872*. Niterói, UFF, 1997 (dissertação de mestrado inédita). Mesmo outras regiões escravistas brasileiras e americanas apresentam perfis semelhantes a este, enquanto vigorou o tráfico atlântico. Assim, os proprietários de pequenos plantéis (aqueles com menos de cinco escravos) eram predominantes na Bahia (1816-1817), com uma cifra de 54% dos proprietários; e na Louisiana (1790), onde somavam 55% dos senhores. Cf. SCHWARTZ, *Segredos...*, op. cit. pp. 374-375.

⁷⁹REIS, João J. *A morte é uma festa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, pp. 37-38.

não resistiria à constatação de que os escravos eram mercadorias *socialmente baratas*, afirmação ainda mais fortalecida pelo fato de, no Gráfico 8, não haveremos deflacionado a faixa de fortunas inferior a 500 mil-réis. Ora, se tal padrão conseguiu manter-se mesmo levando em consideração os custos de apresamento, transporte e a remuneração dos traficantes, é lógico supor ter estado na África o segredo da extensão social da propriedade escrava no Rio de Janeiro. É o que igualmente sugere a análise atenta das condições específicas em meio às quais a própria *plantation* se expandia, que aponta para uma assincronia entre as flutuações internacionais e o ritmo da acumulação no âmbito da agroexportação fluminense. Mediante quais mecanismos este último conseguia expandir-se em plena adversidade?

Há quem afirme que a queda das cotações externas dos produtos exportados era compensada pela desvalorização cambial, permitindo aos fazendeiros deter parcela expressiva de moeda nacional.⁸⁰ Contudo, mesmo em mil-réis, o café, por exemplo, registrou uma queda anual de 2% entre 1821 e 1833, e de 1,4% entre este último ano e 1849. O que de fato ocorria é que a empresa escravista exportadora enfrentava a queda dos preços internacionais pela multiplicação da produção. Procurando manter sua capacidade de acumulação global em uma fase B externa, o plantador escravista implementava a produção buscando compensar a diminuição do lucro por unidade produzida por meio de um maior volume exportado.

É óbvio que a reiteração temporal dessa estratégia de enfrentamento da crise externa ver-se-ia totalmente inviabilizada quando a remuneração não mais cobrisse os custos da produ-

⁸⁰GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo, Ática, 1990, p. 82.

ção de açúcar ou de café. Nas condições específicas da economia escravista, esse limite era dado pelos gastos relativos à compra de escravos. Se durante nosso período esse limite não foi atingido — o que pode ser comprovado pela expansão da *plantation* — é porque os preços de venda dos africanos no Rio eram de fato baixos, apesar dos gastos implícitos ao transporte desde os portos africanos e da remuneração dos traficantes. Isso remete às características estruturais assumidas pela produção do escravo na África, que emergem como condições não apenas da disseminação da propriedade cativa, como também enquanto variável *sine qua non* para a própria viabilização da agroexportação fluminense.

Não deixa de ser curioso notar que, salvo Gorender, mesmo assim por intermédio de argumentos equivocados, nenhum dos modelos explicativos da economia escravista colonial supõe a possibilidade de o tráfico atlântico se incrementar em conjunturas de queda dos preços internacionais. Mesmo os autores que tomam o comércio negreiro não apenas como veículo da reprodução da mão-de-obra, mas também como meio de propiciar o consumo barato de cativos — e, pois, como o elemento viabilizador de determinada lógica empresarial —, não vislumbram a possibilidade de crescimento das importações de escravos em fases B internacionais. Gorender, Ciro Cardoso, Celso Furtado e Conrad admitem que a devastadora lógica demográfica da empresa escravista tinha sua origem nos baixos preços pagos pelos escravos na África. Implícita ou explicitamente, assume-se que o desgaste do cativo (na verdade, a aceleração da rotação do capital) somente funcionava como estratégia de aproveitamento dos altos preços dos produtos tropicais, mas nunca enquanto variável que ajudava a enfrentar a

queda dos mesmos antes que atingissem o limite do custo da mão-de-obra.⁸¹

De tudo o que foi dito, infere-se que a oferta africana de homens deveria atender não a uma demanda episódica, mas a uma procura que se prolongou e aumentou no tempo. E deveria fazê-lo de tal modo que os preços dos escravos permitissem aos empresários brasileiros crescer tanto nas fases A quanto nas fases B do mercado internacional. *A oferta africana tinha, pois, de ser uma oferta elástica e barata de homens*. Daí a dinâmica da produção do escravo necessariamente ter de assumir traços que combinassem a possibilidade da transformação, ao mesmo tempo maciça e a custos muito baixos, do homem em cativo.

*

Viu-se que, com o advento da mineração, cresceram as exportações de escravos do Congo e de Angola, as quais, por volta da década de 1730, suplantaram a Costa da Mina como principais fontes de escravos para o Sudeste colonial. Em pouco tempo o porto carioca se transformaria no mais importante núcleo colonial de recepção dos bantos daquelas zonas, condição comprovada pela distribuição das vendas realizadas pelo maior porto negreiro africano ao sul do equador (Luanda) para o Brasil — entre 1720 e 1770, 42% das exportações luandenses destinavam-se ao Rio de Janeiro, com Recife e Salvador recebendo, respectivamente, 32% e 23%. De acordo com o Autor Anônimo, durante a segunda metade do século XVIII a ligação de

⁸¹FURTADO, op. cit., p. 53 e 125-127; GORENDER, *O escravismo...*, op. cit., pp. 195, 197 e 321-322; CONRAD, Robert E. *Tumbeiros*. São Paulo, Brasiliense, 1985, pp. 15-17; e CARDOSO, O modo..., op. cit., *passim*.

Angola com o Rio de Janeiro era tão estreita que as letras cariocas que ali chegavam por intermédio dos traficantes de escravos do Rio circulavam como numerário em Benguela.⁸²

Documentação alfandegária e registros marítimos constantes em jornais coevos, ao fornecerem os portos de embarque na África, permitiram estabelecer as áreas de proveniência de mais de 1.500 expedições negreiras entre 1795 a 1830. De acordo com esses registros, a participação da África Ocidental, pequena entre 1795 e 1811 (3% do total de expedições), decresceu em termos relativos, desaparecendo por completo a partir de 1816. O número de negreiros provenientes da costa oriental africana, cuja incorporação ao circuito negreiro fluminense era ainda recente quando o abade Raynal trazia a público sua obra (1770), conheceu um enorme incremento (de 4%, entre 1795 e 1811, para 20% até 1830).⁸³ A zona congo-angolana permaneceu na condição de principal exportadora de homens para o porto do Rio, embora sua participação tenha decaído de 93% (até 1811) para 78% (daí até 1830).

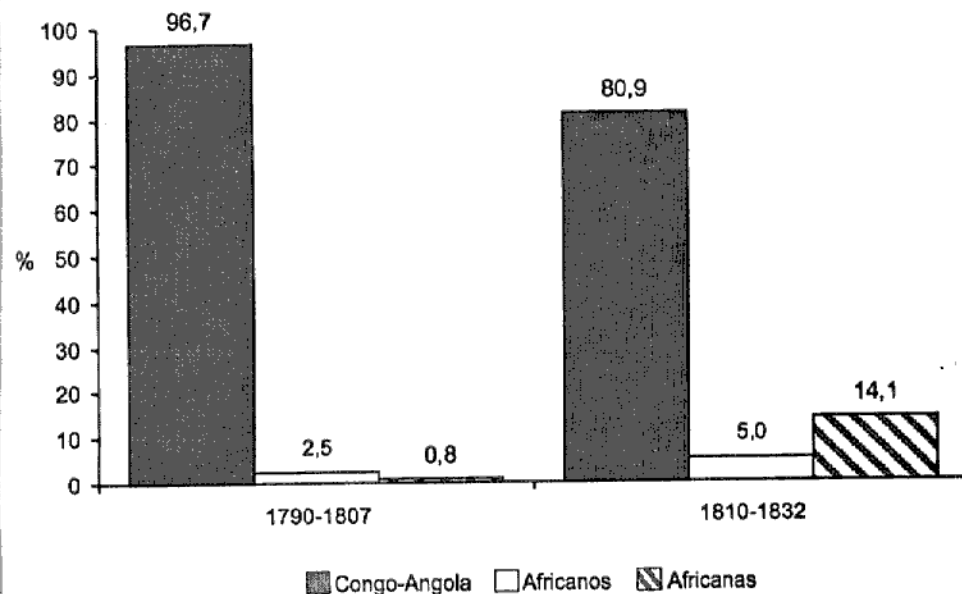
O trabalho com os africanos constantes das listas de cativos em inventários *post-mortem* indicam com maior precisão as áreas de proveniência dos africanos do Rio de Janeiro entre 1790 e 1832 — afinal, ao contrário de outros registros, essas listas permitem capturar os escravos que, uma vez desembarcados no porto carioca, realmente permaneceram em solo fluminense. De que-

⁸²MILLER, Joseph C. "A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII", in: PANTOJA, Selma & SARAIVA, J. F. S. *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1999, p. 59; e AUTOR ANÔNIMO. *Instruções em que se mostra a formalidade do comércio do reyno de Angola e Benguella, e o quanto tinha florescido desde o seu princípio até o anno de 1760 em que principiou a sua ruína...* (Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, I 4455-94).

⁸³RAYNAL, Abade. *O estabelecimento dos portugueses no Brasil*. Rio de Janeiro: Brasília, Arquivo Nacional: Editora UNB, 1998, p. 137.

bra, elas indicam os efeitos residuais do contrabando de escravos, além do peso do mercado interno de africanos. O Gráfico 9 confirma as grandes tendências desenhadas por meio de outros documentos, indicando, além disso, ter o Rio de Janeiro retido relativamente mais cativos congo-angolanos do que importava, detido menos cativos afro-orientais do que os que adquiria na costa índica, e que um contrabando residual com a Costa da Mina e o comércio interno de africanos (provenientes possivelmente da Bahia) alimentavam o Rio de cativos afro-ocidentais.

GRÁFICO 9: Flutuações (%) da participação dos escravos africanos de 10 a 34 anos de idade, de acordo com as áreas de procedência, Rio de Janeiro, 1790-1832



FONTE: ARQUIVO NACIONAL. Inventários *post-mortem* (1790-1832).

Vejamos rapidamente mediante quais meios a zona congolana produzia uma oferta elástica e barata de mão-de-obra cativa para o Brasil.

Sua incorporação ao sistema atlântico português ocorreu na segunda metade do século XV, resultado que foi da resposta lusitana à crise geral por que passava a economia e a sociedade europeias desde o século anterior. De modo pioneiro, a aristocracia portuguesa logrou combinar a disponibilidade de capitais e a perícia mercantil (em geral estrangeiras) com a experiência técnica acumulada nas navegações oceânicas, movimento que encontrou sua síntese em um poderoso empreendimento nacional sob a direção da Coroa.

Tal foi o pano de fundo para a conquista de Ceuta (1415) e a colonização da Madeira (1418) e dos Açores (1439), cujos resultados iniciais não foram, entretanto, de maior monta. É possível que, ultrapassado o Cabo Bojador (1434), o espírito cruzadístico lusitano tenha se incrustado ainda mais fortemente no empreendimento e que, daí por diante, a circunavegação da África e o subsequente domínio das rotas comerciais asiáticas tenham se firmado como objetivos mais evidentes da empresa lusitana. O certo, porém, é que tais fins seriam mais facilmente logrados se os portugueses conseguissem desviar o tradicional comércio transaariano de ouro para o litoral. Daí alcançar-se as Ilhas de Cabo Verde (1446), cuja colonização serviu de base permanente ao comércio com o litoral.

Embora a velocidade da expansão conhecesse certa diminuição após a morte do infante D. Henrique (1394-1460), estavam efetivamente iniciadas as ainda parcas aquisições de ouro e de escravos para a exploração do Algarve e das ilhas do Atlântico. Legitimado pelo papa, o comércio tinha por estratégia a construção de pontos fortificados na ilha de Arguim e em Santi-

ago (Cabo Verde) e, para que se tenha uma idéia do seu vulto, sabe-se que uma companhia lusitana estabelecida em Lagos (no Algarve) obteve lucros da ordem de 600% entre 1450 e 1458.⁸⁴

A partir de 1471, sob a égide do contrato firmado entre a Coroa e o mercador lisboeta Fernão Gomes para o arrendamento de Serra Leoa, descobriram-se as ilhas de São Tomé e Fernando Pó. Logo depois os portugueses chegaram à terra por eles designada Mina (mais tarde Costa do Ouro, no litoral da atual Gana), a partir de onde o comércio do metal precioso incrementou-se ainda mais. Os resultados foram tão promissores que Fernão Gomes, embora não tenha tido o contrato renovado, foi enobrecido, entrando para o Conselho Real em 1478. O comércio de ouro passou para o controle direto do rei, e a riqueza alcançada na Mina impulsionou o ritmo das explorações. Daí a foz do Rio Congo ter sido atingida por Diogo Cão em 1483 e, logo depois, Bartolomeu Dias ter dobrado o Cabo da Boa Esperança. Estava aberta a porta para a Índia, alcançada por Vasco da Gama em maio de 1498.

Antes que a abertura da rota asiática fundasse um circuito mercantil de longe mais valioso do que o comércio com a África, nesta o foco maior da atenção lusitana foi o ouro da Mina. O metal precioso não parava de chegar a Lisboa, sobretudo depois da construção da feitoria de São Jorge da Mina (1482), seguida do aparecimento de novos pontos fortificados (Axim e Redes), de onde se obtinha ouro puro de 23 quilates. Ali os portugueses chegaram a recolher 370 quilos/ano, uma parcela significativa do total mundial antes da exploração espanhola no Caribe.⁸⁵

⁸⁴FAGE, J. D. *História da África*. Lisboa, Edições 70, s.d., pp. 239-240.

⁸⁵Entre 1500 e 1521, Portugal recebia anualmente uma média de 410 quilos de ouro da Mina, 210 entre 1522 e 1530, chegando a um máximo de quase 400 quilos em 1540, quando se iniciou o declínio deste comércio — cf. VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na história (1450-1920)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, pp. 69-74.

O ouro era trocado por têxteis coloridos, sedas, manufaturas de cobre e latão, conchas, objetos de vidro e vinho. E também por escravos provenientes do país Ashanti, comercializados por mercadores mandingas. O padrão de consumo africano não se ajustava, porém, aos tecidos intercambiados pelo ouro, e logo os portugueses buscaram fontes alternativas de têxteis dentro da própria África (encontraram-nas especialmente na Ásia, depois de 1498). O parceiro preferencial foi inicialmente o reino de Benin, que logo passou a fornecer tecidos e, em menor escala, os escravos também trocados pelo ouro da Mina. Mas a conjugação entre o progressivo auto-isolamento de Benin e o crescimento das *plantations* açucareiras nas ilhas do Atlântico fez com que a atenção portuguesa se fixasse no reino do Congo e em seus satélites setentrionais e meridionais.

Penetração pacífica e cristianização ordenaram as atitudes iniciais dos portugueses no reino do Congo. O objetivo último era monopolizar o comércio exterior nativo, que se estendia aos povos vizinhos e ao interior, mediante redes pelas quais circulavam sal, cobre, conchas, tecidos e escravos. Os cativos adquiridos ao Manicongo logo tenderam a suprir as demandas da Costa do Ouro e particularmente das *plantations* açucareiras das ilhas do Atlântico — esta última estimada em cerca de mil cativos por ano no primeiro quartel do século XVI.⁸⁶ Imaginava-se, além disso, que o reino bacongo se constituísse numa possível via de acesso à Etiópia do Preste João, e ao ouro do *Muene Mutapa*.

O comércio português no Congo teve por base a aliança com as frações dominantes nativas, cujo ápice ocorreu durante o reinado de Nzinga Mbemba (batizado Afonso I), de 1506

⁸⁶Idem, p. 71; e FAGE, op. cit., pp. 252-254.

a 1543. Comprava-se marfim, mas sobretudo escravos, sem perda de esforços no sentido de encontrar metais preciosos, objetivo que de certo modo centralizou as atenções portuguesas até inícios do século XVII. Embora alguns dos cativos vendidos aos portugueses fossem membros da própria sociedade congoleza (os transgressores do direito consuetudinário, os endividados que não conseguiam saldar seus débitos, os feiticeiros e até mesmo os escravos domésticos), o grosso da oferta era mantido por meio de pilhagens realizadas pelo Congo em suas fronteiras. As guerras produtoras de escravos eram, ademais, veículos de expansão e conquista de povos tributários, e consolidavam a autoridade do reino sobretudo nas fronteiras do leste e do sul.⁸⁷

A condição para a boa sequência da aliança era que o tráfico interno permanecesse em mãos do Manicongo. Contudo, a ascensão do cultivo de açúcar em São Tomé tornou esta ilha líder da produção mundial do produto entre 1530 e 1560.⁸⁸ O consecutivo aumento da demanda levou os traficantes portugueses independentes ligados a São Tomé a comprar escravos diretamente aos régulos menores do Congo e, inclusive, a inimigos da realeza, como o Ndongo (o reino do Ngola).

Tal tendência se acentuou a partir de 1526, quando o Manicongo tentou recolocar o comércio de almas sob seu estrito controle. Semelhante medida teve por efeito acelerar a atuação dos traficantes independentes no Ndongo, onde o tráfico luso estimulava guerras de conquista que ofereciam ao Ngola

⁸⁷Cf. OLIVER, Roland & ATMORE, Anthony. *The African Middle Ages*. Nova York, Cambridge University Press, 1981, pp. 156 e ss.

⁸⁸Cf. GARFIELD, Robert. *History of São Tomé Island, 1470-1655: The Key to Guinea*. San Francisco, Mellon, 1992, *passim*.

condições de se expandir e estabilizar seu poder. Também os traficantes africanos independentes enriqueceram enormemente e, em meados do século XVI, ocupavam destacadas posições na hierarquia social da região, a qual, em grande medida em função do tráfico, se via cada vez mais cristalizada.⁸⁹

Em suma, a ação combinada da demanda de São Tomé e da oferta de aristocracias locais e do Ndongo redundou em que, no segundo quartel do século XVI, 1/3 de todos os escravos obtidos pelos portugueses na África fosse originário da zona congo-angolana.⁹⁰ Do inevitável e crescente apresamento de súditos do Manicongo e da alta lucratividade do comércio negreiro, decorreu o aumento dos níveis internos de tensão social, com a eclosão de sucessivas revoltas em aldeias congoleesas vítimas de pilhagens. O caráter eletivo da sucessão ao trono, por sua vez, em nada contribuía para a diminuição dessas tensões. Ao contrário, a possibilidade de disputar o poder alimentava os conflitos entre frações dominantes regionais.⁹¹

A guerra com o Ndongo eclodiu em 1556, com a contundente derrota dos exércitos congoleeses. A decadência congoleesa acentuou-se quando os Jagas do leste, que desde o início do século sofriam seguidas pilhagens por escravos por parte do Manicongo, aliaram-se ao Ngola, passando de presas a atacantes. Bandos de guerreiros Jagas passaram a fustigar a fronteira leste, chegando a capturar e saquear a capital congoleesa, Mbanza

⁸⁹OLIVER & ATMORE, op. cit., p. 156; e BIRMINGHAM, David. "Central Africa from Camerun to the Zambeze, c.1050-c.1600", in: *The Cambridge History of Africa*, 1975, vol. 3, p. 544-550.

⁹⁰FAGE, op. cit., p. 255. Apesar disso, dos quase 150 mil escravos desembarcados na América durante o século XVI, menos de 20% poderiam ser originários da África Central Atlântica, cabendo à África Ocidental o restante — cf. CURTIN, *The Atlantic...*, op. cit., pp. 101, 116 e 268.

⁹¹BIRMINGHAM, "Central Africa...", op. cit., pp. 551-553.

Congo, em 1569. Eles logo mantiveram contatos diretos com traficantes de São Tomé nos portos do estuário do rio Congo, aos quais venderam milhares de escravos congoleeses, inclusive membros da família real e outros notáveis.⁹²

A política lusa para a região mudou radicalmente a partir de 1571, quando as novas sobre os desastres congoleeses chegaram a Lisboa. Por um lado, com um exército de seiscentos homens, Portugal ajudou a expulsar os Jagas e a restaurar o trono de Álvaro I. Pelo outro, entretanto, optava-se por atuar firmemente no Ndongo pela transformação de Paulo Dias (neto de Bartolomeu Dias) em conquistador do território ao sul do Reino do Congo. Apontava-se claramente por não estabelecer relações pacíficas com o Ngola, a expensas de cujo reino a conquista do cinturão costeiro deveria ser feita — o que significava estabelecer um estado de guerra contínuo entre Lisboa e o Ndongo. A conquista deveria promover a expansão do cristianismo, mas, na prática, sobretudo pela conversão dos prisioneiros de guerra antes de seu envio para a América — cuja demanda já canalizava o grosso das exportações da zona congo-angolana.

A reinstalação de Álvaro I no trono do Congo, em 1574, permitiu ao reino entrar em uma nova fase de prosperidade, que duraria até meados do século XVII, e durante a qual o aprisionamento de escravos centrou-se nas fronteiras com o reino Teke. Mas a escravidão interna se expandia velozmente, a tal ponto que em muitas regiões a produção de escravos se voltava cada vez mais para o mercado interno, criando sérios conflitos com as frações africanas mais envolvidas com as exportações pelo Atlântico. Na área de São Salvador, por exemplo, a aristocra-

⁹²OLIVER & ATMORE, op. cit., p. 157

cia congoleza estava muito mais interessada em incorporar novos cativos à agricultura do que em exportá-los; enquanto isso, os nobres e guerreiros de Soyo continuavam a desejar o incremento dos níveis de comércio com os europeus, ensejando a eclosão, em 1660, de uma devastadora guerra civil. Essas cíclicas cisões colaboravam para acentuar a decadência do Congo no circuito atlântico de homens.⁹³ Por tudo isso, o Congo e seu porto de Mpinda foram suplantados pela maior oferta de escravos drenada através das rotas do sul, cujo principal ponto de escoamento no Atlântico era o porto de Luanda.

Na verdade, o aumento vertiginoso da demanda do Brasil (e, por intermédio deste, da América espanhola), estimado entre 5 a 10 mil cativos por ano no último quarto do século XVI, esteve na base da reorientação do tráfico português para o sul do Congo.⁹⁴ Em resposta a essa demanda, forjou-se em Angola (do rei do Ndongo, Ngola, nome assumido pela região a partir da conquista) um ensaio colonial ímpar, dado que a ocupação esteve apoiada em um aparato burocrático e comercial, cujo fim último passou a ser o de controlar as rotas de exportação de braços para alimentar a economia de além-mar. Com tal objetivo, conquistavam-se sucessivas pequenas chefias mbundu, forçando as autoridades locais (sobas) a alianças calcadas no pagamento de tributos em escravos, obtidos, por seu turno, por ataques a vizinhos situados cada vez mais a leste. Uma segunda forma de se obter escravos era comprando-os aos Imbangalas, ban-

⁹³ LOVEJOY, Paul E. *Transformations in Slavery: A History of Slavery in Africa*. Nova York, Cambridge University Press, 1983, p. 74; BIRMINGHAM, David. *The Portuguese Conquest of Angola*. Londres, IRR/Oxford University Press, 1965, p. 2.

⁹⁴ OLIVER & ATMORE, op. cit., p. 159.

dos de nômades interioranos que atuavam de modo cada vez mais constante nas fronteiras do Ndongo e de outros potentados nativos. Por fim, em menor escala, mas de maneira mais constante no século XVII do que em qualquer outra época ou região, a demanda portuguesa supria-se da propagação de ações armadas de captura no litoral e no interior.⁹⁵

À medida que aumentavam as exportações angolanas, estas passavam a girar ao redor dos interesses dos plantadores e comerciantes estabelecidos no Brasil — inclusive em termos de financiamento para a operacionalização do tráfico. Ensaia-se uma situação inusitada para os parâmetros originais do Sistema Colonial, pois a colônia brasileira transformava-se, na prática, na grande intermediária entre Portugal e Angola. Ensaio, reafirmamos, pois essa situação assumiria contornos mais nítidos somente a partir do século XVIII.⁹⁶ De todo modo, a partir da década de 1630, os portugueses dos portos do Atlântico passaram a ser supridos pelos intermediários de Matamba e Kasanje, que por sua vez adquiriam escravos nos reinos mais orientais, em especial Luba, Lunda, Kazembe e Lozi. Apesar de sempre procurarem tirar o maior proveito possível das rivalidades entre os Estados nativos, somente depois de 1683 (data da última grande guerra entre os lusos e Matamba) é que os portugueses deixaram de insistir em manter contato direto com as fontes produtoras do interior.⁹⁷

⁹⁵ CURTIN, *The Atlantic...*, op. cit., p. 119; LOVEJOY, Paul E. "The Volume of the Atlantic Slave Trade: A Synthesis", in: *The Journal of African History*, 23, 1982, pp. 479 e seguintes.

⁹⁶ BIRMINGHAM, "Central Africa... c.1050-c.1600", op. cit., p. 554; e BIRMINGHAM, David. "Central Africa from Camerun to the Zambeze, c.1600-c.1790", in: *The Cambridge History of Africa*, vol. 4, 1975, pp. 325-383; cf. tb. BOXER, *Salvador...*, op. cit., pp. 188 e 267-269.

⁹⁷ BIRMINGHAM, *The Portuguese Conquest...*, op. cit., pp. 30-41.

Com o advento do século XVIII tem início a fase áurea do tráfico pela África Central Atlântica, especialmente no período 1760-1830, quando, legitimando uma situação de fato, a Coroa abriu mão de seu monopólio e permitiu o livre acesso de todos os nacionais ao comércio. Entre 1701 e 1800, pouco mais de 2 milhões de cativos foram exportados para as Américas, uma cifra bem inferior aos cerca de 3,5 milhões de escravos exportados pela África Ocidental no mesmo período, mas que representa de três a quatro vezes mais do que as exportações da própria África Central Atlântica nos cem anos anteriores.⁹⁸

Quase toda essa escravaria se produzia no amplo contexto da competição cada vez mais interiorana entre africanos, a qual, já o ressaltamos, se traduzia em constantes enfrentamentos bélicos. Daí que o período que se inaugura com o século XVIII seja a época dos “senhores da guerra” nativos, nas palavras de Lovejoy, que passaram a dominar por completo a produção maciça de escravos.⁹⁹ Por outro lado, a oferta de escravos se beneficiava de especificidades ecológicas, cujos reflexos sociais e econômicos eram contundentes. Desde tempos imemoriais, as relações entre os vários tipos de formações sociais da região congo-angolana estiveram baseadas em um equilíbrio bastante precário. Em face deste dado, qualquer fator desestabilizador (secas, pestes e mesmo a ação de traficantes) detonava uma intensa competição por recursos, que se traduzia em conflitos armados. A combinação milenar entre poucos e localizados espaços capazes de sustentar continuamente as populações humanas, por um lado, e as recorrentes

⁹⁸LOVEJOY, Paul E. “The Volume...”, op. cit., p. 435 e *Transformations...*, op. cit., pp. 123-128.

⁹⁹LOVEJOY, *Transformations...*, op. cit., p. 74

secas que explodiam de sete em sete anos, por outro, transformaram a área bantu do Atlântico em cenário ideal para a produção maciça de cativos.¹⁰⁰

Do ponto de vista político e social, com o aumento da demanda os Estados bantu tenderam a se afirmar como instâncias de poder acima das linhagens — ainda que delas dependentes. Sua fragilidade, real, advinha menos da existência de eficazes mecanismos de coerção do que da instabilidade dos blocos no poder, que rapidamente se sucediam.¹⁰¹ Um segundo aspecto tem a ver com o aprimoramento das redes de distribuição, seja por meio da ação de caravanas nativas ligadas a linhagens hegemônicas, seja por meio da criação, pelos portugueses, de mercados regionais (as *feiras*) continuamente percorridas por mercadores africanos e luso-africanos. Não é gratuito, pois, que o século XVIII e as três primeiras décadas do seguinte tenham representado a época de apogeu dos mestiços (principal fração traficante no âmbito da esfera lusa) e, mais para o interior, dos guerreiros e dos Estados militarizados. Em Kasanje e Matamba, por exemplo, consolidou-se a preeminência dos guerreiros e mercadores ligados ao Estado, o que indica a participação desses reinos não apenas na comercialização, como ainda na própria produção de escravos em suas zonas fronteiriças. Em resumo, sem deixar de contar com os ciclos ecológicos favoráveis, a pro-

¹⁰⁰MILLER, Joseph C. “The Paradoxes of Impoverishment in the Atlantic Zone”, in: BIRMINGHAM, David & MARTIN, Phyllis M. (orgs.) *History of Central Africa*. Londres/Nova York, Longman, 1983, pp. 118-121; e, do mesmo autor, “The Significance of Drought, Disease and Famine in the Agriculturally Marginal Zones of Western Central Africa”, in: *The Journal of African History*, 23, 1982, *passim*.

¹⁰¹BIRMINGHAM, “Central Africa... c.1050-c.1600”, op. cit., pp. 519-521.

dução de homens assumia uma natureza econômica que cada vez mais se justificava por si mesma. O tráfico emergia como o mais eficiente mecanismo de acumulação de homens e recursos, acentuando e/ou cristalizando a diferenciação social.¹⁰²

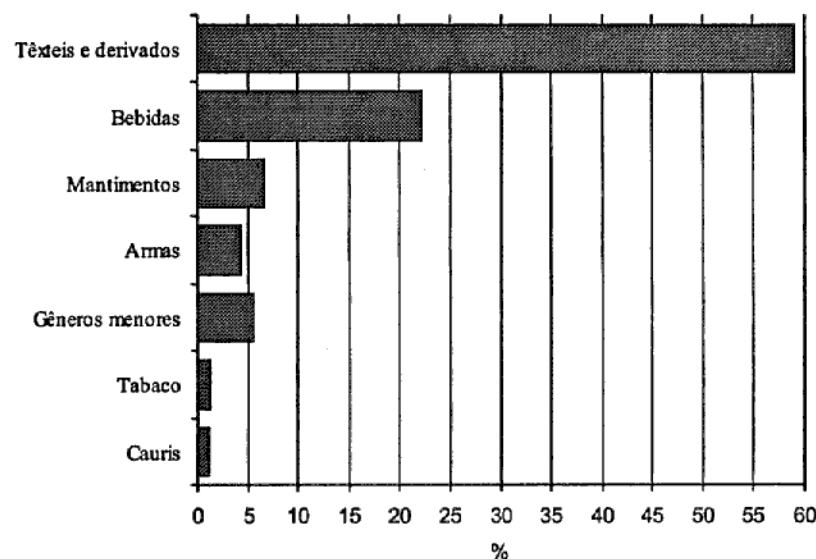
O século XVIII assistiu também à entrada de novos competidores europeus na costa de Loango — os ingleses e os franceses —, cujas compras em finais da centúria se igualavam às do tráfico para o Brasil. Ao mesmo tempo, Benguela afirmava-se cada vez mais como porto exportador do porte de Luanda, por causa da abertura das rotas que atingiam as terras Ovimbundu do planalto de Bihé. Estes dois fatores ajudaram a conformar uma divisão espacial que, por volta de 1790, se pautava pela existência de três grandes eixos de comércio escravista. O primeiro, ao norte, configurava o eixo franco-anglo-holandês; o segundo, com ponto terminal em Luanda, e o terceiro, que desembocava em Benguela, permaneciam sob influência lusitana. Cada um deles drenava cerca de 1/3 das exportações de escravos.

Registros alfandegários da cidade de Luanda, de fins do Setecentos, indicam que, de cada 1\$000 réis alocados às importações de bens para o escambo escravista, seiscentos destinavam-se à compra de têxteis e de objetos de adorno pessoal correlatos, duzentos à de bebidas e 110 à aquisição de mantimentos e armas. Com o resto adquiriam-se gêneros de menor importância (utensílios domésticos, materiais de construção, especiarias, cauris, tabaco e outros — veja-se o Gráfico 15). A julgar pelo Autor Anônimo que escreveu sobre o tráfico angolano em meados do século XVIII, tal pa-

¹⁰²Idem, *ibidem*; e MILLER, "The Paradoxes...", op. cit., p. 133.

drão remontava à própria instauração do tráfico em Angola, pois "desde o princípio" o escambo tinha por base "viveres, licores e fazendas".¹⁰³ Tratava-se, na verdade, de um padrão de composição de bens que, com pequenas variações, predominava em toda a costa africana desde o século XVI até meados do século XIX.

GRÁFICO 10: Participação % dos valores dos produtos importados por Luanda, 1785-94



FONTE: ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO e GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Balanco da importação e exportação deste Reino de Angola desde o ano de 1785, em que teve princípio o estabelecimento da alfândega, até o ano de 1794, inclusive.* Seção dos Manuscritos, lata 77, documento 1.

¹⁰³AUTORANÔNIMO, op. cit., *passim*.

De acordo com John Thornton, historiador norte-americano, semelhante padrão de importações está longe de poder permitir imputar à economia africana qualquer “insuficiência” ou atraso que a subordinasse à Europa e às Américas por uma espécie de “comércio colonial” — situação na qual, à semelhança das relações Norte-Sul de hoje, a África se veria forçada a trocar um tipo muito especial de matéria-prima (os escravos) por manufaturados.¹⁰⁴ Na verdade, a África negra tradicional estava absolutamente capacitada a atender a suas necessidades internas; logo, a Europa e as Américas não ofereciam nada que pudesse ser considerado bens essenciais. Longe de denotar qualquer tipo de “deficiência” (derivada de um putativo baixo nível de desenvolvimento econômico), o padrão de consumo africano expresso nos bens importados pautava-se, isto sim, pela busca de prestígio, pelo gosto e pela procura de variedade. Era, pois, um padrão voluntariamente assumido.

A reafirmar essa idéia, um dado por vezes esquecido: a oferta africana perdurou por mais de 350 anos, sem que, no fundamental, fosse necessário que os traficantes europeus e americanos produzissem diretamente o escravo, ou seja, que o apresassem ou que o exigissem como tributo.¹⁰⁵ Algo que não pode ser associado a qualquer tipo de atavismo — como queriam alguns dos principais teóricos contemporâneos do tráfico — deveria estar na base de tal perenidade.

Ora, se o “trabalho sujo” de apresamento e circulação inicial da mercadoria viva foram, por séculos a fio, apanágio da esfera

¹⁰⁴ THORNTON, John K. *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1680*. Cambridge, Cambridge University Press, 1992, pp. 44-53.

¹⁰⁵ SURET-CANALE, Jean. “Contexte et conséquences sociales de la traite africaine”, in: *Presence africaine*, 50, 1964, *passim*.

africana, e se, além disso, era voluntária a participação dessa esfera nas trocas escravistas, é fácil concluir pela existência de uma função estrutural do produzir escravos. Estes dois aspectos remetem à relação entre o comércio negreiro e as dinâmicas próprias da história africana. Logo, a análise da dinâmica interna da oferta passa, necessariamente, por desvendar a natureza estrutural do comércio negreiro na África. O que, por sua vez, implica repensar a articulação entre a economia escravista colonial e as diversas formações africanas envolvidas no tráfico, inserindo estas últimas no quadro geral dos elementos estruturais para a viabilização e a permanência da escravidão no Brasil.

Dito de outro modo, a demanda americana de escravos, em particular a brasileira, detonou ou, dependendo da região considerada, simplesmente incentivou o desenvolvimento da produção e circulação inicial dos cativos na África. Ali, essas duas variáveis incorporavam diversos elementos interdependentes (econômicos, sociais, políticos e militares), constituindo um contexto de interações sem o qual a demanda americana jamais poderia ser atendida. A compreensão da dinâmica da oferta africana obriga a tomar o tráfico atlântico como um mecanismo que, além de reproduzir estruturalmente a força de trabalho na América, também desempenhava um papel estrutural na África. O tráfico atlântico era, por definição, afro-americano não porque significava uma migração forçada de africanos para a América, mas sim e principalmente porque *desempenhava funções estruturais nos dois continentes*.

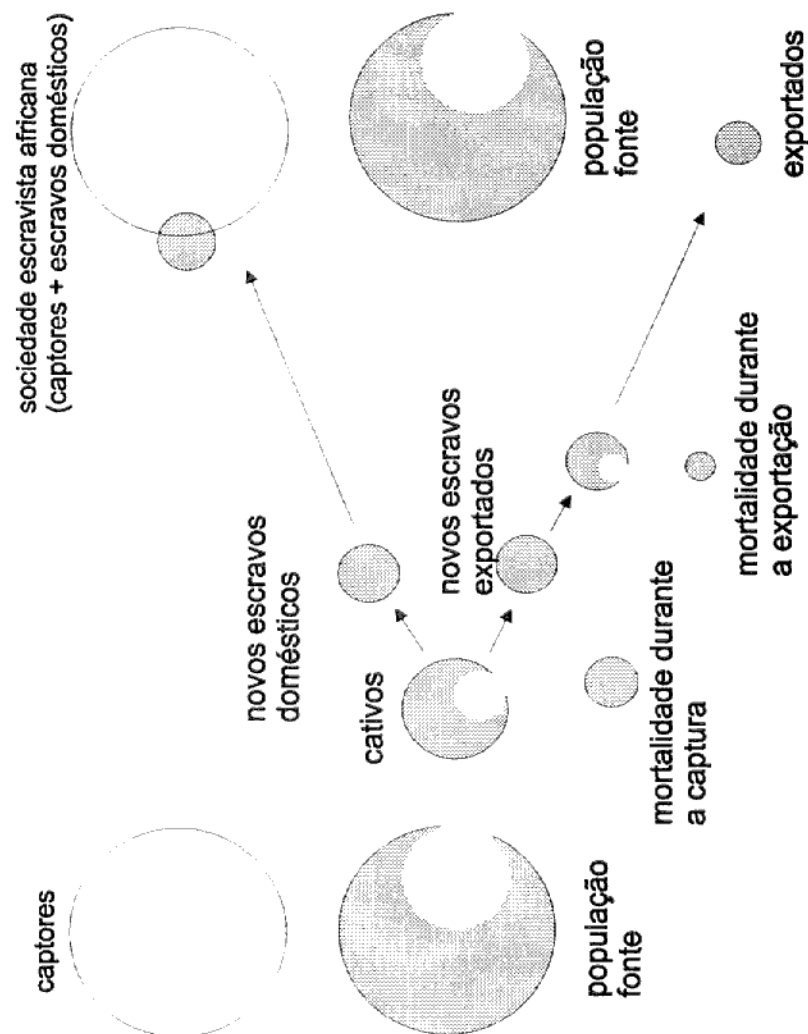
A guerra constituía-se no principal mecanismo de transformação do homem em cativo. Ela redundava na expansão territorial dos vencedores, o que, nas condições específicas da África pré-colonial, significava a incorporação de povos tributários. Quanto mais envolvida com o tráfico uma determinada região, mais se

incrementavam as guerras e enfrentamentos bélicos e, pois, a própria produção de escravos. Eis aqui um mecanismo retroalimentador, cujo ritmo de rotação era caudatário dos níveis da demanda americana. Desse modo, a viabilização de uma produção maciça e continuamente renovável de escravos estava organicamente vinculada não apenas à existência de relações desiguais de poder entre os próprios africanos, mas sobretudo ao fortalecimento do Estado, único meio produtor de cativos baratos e em grande escala. Não surpreende, portanto, que durante o auge do tráfico a maior parte das sociedades africanas sem Estado estivesse situada fora dos principais eixos do comércio negreiro.¹⁰⁶ Eis aqui o primeiro papel estrutural do tráfico atlântico na África: à aquisição de bens no litoral correspondia o fortalecimento político e econômico dos grupos dominantes nativos. Acentuava-se a diferenciação social entre classes e frações de classes, entre etnias, Estados e mesmo no interior da comunidade doméstica tradicional.

A segunda dimensão estrutural do tráfico na África, de certo modo ligada à primeira, refere-se à utilização de parcela cada vez mais expressiva dos escravos produzidos pela guerra dentro do próprio continente africano. Afinal, na África tradicional a escravidão era não apenas uma relação social anterior à presença européia, mas o escravo em si mesmo constituía-se na única forma de propriedade privada geradora de ganhos reconhecida pelo direito consuetudinário (*legal system*).¹⁰⁷ Daí ter o tráfico atlântico se transformado inicialmente em braço do tráfico interno, o que significa dizer que o mesmo processo que produzia cativos para exportação também atendia à demanda africana por escravos (veja-se o Quadro 1).

¹⁰⁶GRAY, Richard. "Introduction", in: *The Cambridge History of Africa*, vol. 4, 1975, p. 7.

¹⁰⁷THORNTON, op. cit., pp. 74 e ss.



FONTE: MANNING, Patrick. *Slavery and African Life*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990, p. 40.

Por outro lado — se bem que seja certo que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, o volume de cativos exportados passou a superar a quantidade de escravos voltados para o mercado interno —, também é correto que a escravidão interna continuava a disseminar-se e, com ela, a própria diferenciação socioeconômica entre os africanos, especialmente nas formações estatais tradicionais. Assim, no Congo, por exemplo, a população cativa chegou a representar cerca de 50% do total, com os aldeões podendo transformar-se em cativos por faltar com impostos ao Estado, ou ainda em função de transgressões às normas tradicionais. No Ndongo, a classe dos escravos (*quisicos*) representava a base do poder real e dos chefes das linhagens mais poderosas. Em Soyo, a escravidão era uma forma de exploração tão importante quanto as taxas sobre o campesinato, o mesmo ocorrendo — com maior intensidade — nas terras mbundu do sul, nos Estados de Kasanje e Matamba e nos reinos Luba e Lunda.¹⁰⁸ Não é gratuito, aliás, que as pesquisas mais recentes apontem para a maior incidência de relações escravistas de produção entre os grandes Estados pré-coloniais.¹⁰⁹

Todavia, há que distinguir a produção enquanto sinônimo da violência fundadora da condição de cativo daquilo que podemos chamar de *produção social* do escravo. Tal movimento nos permite apreender o segredo dos baixos preços do cativo detectados anteriormente no Brasil. Por produção social do escravo entenda-se a soma dos gastos, em horas-trabalho, necessários à produção e manutenção do homem desde seu nascimento até o instante em que ele se transformava em prisioneiro de guerra. Era o seu grupo familiar — e, em última instância, sua comunidade — quem efetivamente o produzia. Antes da mutação em cativo, o indivíduo era, portanto, uma espécie de repositório de milhares de horas-trabalho despendidas por toda a comunidade. Ora, como a violência representava o meio fundamental pelo qual o homem era retirado de sua comunidade e escravizado, o custo social de sua produção não era de maneira alguma reposto.¹¹⁰

A captura denotava a apropriação de trabalho alheio que jamais seria reposto. Daí que todos os elos de intercâmbio processados desde o interior da África até a compra realizada pela empresa escravista americana se caracterizassem pela não-equivalência. Era não-equivalente em horas-trabalho, por exemplo, o escambo de um homem adulto e em boas condições físicas por 15 chapéus finos ou 14 pares de meias de seda, tal como acontecia na Luanda de fins do século XVIII. Ou ainda, no mesmo local e época, os três barris de pólvora ou os 23 volumes de livros em branco que facultavam a aquisição de um negro, sem contar o cavalo ou os dois barris de cachaça com os quais também se podiam comprar dois escravos.¹¹¹ Portanto, não por acaso, no primeiro quartel do século XVII o aventureiro francês François Pyrard escrevia que o tráfico de escravos constituía “uma das maiores e mais certas rendas de el-rei de Espanha” em toda a costa angolana, “porque [os escravos] lhe vêm sem dispêndio ou custo algum”. De acordo com ele, os cativos “custam pouco mais de nada e no navio só

A captura denotava a apropriação de trabalho alheio que jamais seria reposto. Daí que todos os elos de intercâmbio processados desde o interior da África até a compra realizada pela empresa escravista americana se caracterizassem pela não-equivalência. Era não-equivalente em horas-trabalho, por exemplo, o escambo de um homem adulto e em boas condições físicas por 15 chapéus finos ou 14 pares de meias de seda, tal como acontecia na Luanda de fins do século XVIII. Ou ainda, no mesmo local e época, os três barris de pólvora ou os 23 volumes de livros em branco que facultavam a aquisição de um negro, sem contar o cavalo ou os dois barris de cachaça com os quais também se podiam comprar dois escravos.¹¹¹ Portanto, não por acaso, no primeiro quartel do século XVII o aventureiro francês François Pyrard escrevia que o tráfico de escravos constituía “uma das maiores e mais certas rendas de el-rei de Espanha” em toda a costa angolana, “porque [os escravos] lhe vêm sem dispêndio ou custo algum”. De acordo com ele, os cativos “custam pouco mais de nada e no navio só

¹⁰⁸ LOVEJOY, *Transformations...*, op. cit., pp. 75-76 e 122-128.

¹⁰⁹ CURTIN, *Economic...*, op. cit., *passim*; MEILLASSOUX, Claude, *Anthropologie de l'esclavage*. Paris, PUF, 1985, *passim*.

¹¹⁰ MEILLASSOUX, op. cit., *passim*.

¹¹¹ ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Balanço da importação e exportação deste Reino de Angola desde o anno de 1785, em que teve princípio o estabelecimento da alfândega, até o anno de 1794, inclusive*. Seção dos Manuscritos, lata 77, documento 1.

despendem o mantimento; mas às vezes morre grande número deles".¹¹²

Como em uma cadeia de transmissão, essa não-equivalência se transferia para as etapas de circulação da mercadoria viva na América, quando a compra do cativo pelo dinheiro não expressava seu real custo social. A guerra, sinônimo da violência fundadora do escravo, estava, portanto, tanto na base da reprodução escravista na América quanto no cerne da diferenciação social e da expansão do fenômeno estatal na África. Era essa a conjugação a explicar o atendimento permanente, maciço e a baixos custos da procura americana por braços. Mas a violência determinava não apenas os baixos preços do cativo na América — e, por isso mesmo, a própria extensão social da escravidão —, como também condicionava as estratégias de rentabilidade da empresa traficante. X

A ESTRUTURA DA OFERTA DE ALIMENTOS

Afirma-se que a economia colonial se resumiria, no essencial, às unidades voltadas para a exportação. Daí decorre a atrofia absoluta dos setores mercantilizados ligados ao abastecimento. A agricultura de alimentos e a pecuária ou bem existiriam no interior das *plantations* ou girariam ao redor destas, havendo mesmo quem afirme que elas estariam fundadas na "economia natural". Em suma, com exceção das poucas áreas mais

¹¹²Apud RIBEIRO, Darcy & NETO, Carlos de Araújo M. *A fundação do Brasil (testemunhos, 1500-1700)*. Petrópolis, Vozes, 1993, p. 350 (Pyard refere-se a uma época em que Portugal e Espanha estavam unidos por intermédio da União Ibérica).

urbanizadas, a reiteração da economia colonial seria incompatível com a existência de um mercado interno de peso.

Afinal, como se abastecia a *plantation*?

Para começar, deve-se descartar o abastecimento por meio de importações. Dado que as balanças comerciais de 1796 a 1811 não registrem a entrada de mantimentos ligados à dieta da escravaria e das camadas populares, é certo que alimentos como a mandioca e o milho, o feijão, o charque e a carne de porco eram produzidos pela própria Colônia.¹¹³

Diz-se também que gêneros dessa espécie eram produzidos na *plantation* — em roças da empresa ou em parcelas concedidas aos cativos. Mas, se levarmos em consideração o inquérito agrícola realizado pelo marquês do Lavradio (1778), facilmente se observará que as zonas mais envolvidas com a agroexportação do açúcar (como Campos, por exemplo) eram as que menos produziam alimentos. Ao comparar-se o perfil de Campos com o de Inhomirim (uma área não exportadora), e dividir-se as respectivas produções de alimentos pelo número de escravos, verse-á que no primeiro caso a proporção era de apenas nove alqueires por cativo, cifra que para Inhomirim chegava a 204. Parece claro, pois, que as áreas exportadoras eram caudatárias de alimentos produzidos por regiões não-exportadoras.

Diversos inventários *post-mortem* de senhores de engenhos fluminenses detentores de mais de cem escravos demonstram a inexistência de produções de alimentos de vulto em suas propriedades. Perfis semelhantes podem ser encontrados em outras áreas exportadoras coloniais, como a Bahia, onde Schwartz

¹¹³Cf. ARRUDA, op. cit., p. 185; e JOHNSON, Harold B. "A Preliminary Inquiry into Money, Price and Wages in Rio de Janeiro, 1763-1823", in: AUDEN, Dauril (org.). *Colonial Roots of Modern Brazil*. Berkeley, University of California Press, 1973, pp. 231-283

mostrou que a recusa dos senhores de engenhos em cultivar alimentos deu margem ao desenvolvimento de imensas áreas do recôncavo ligadas à agricultura mercantil destes gêneros, cujo mercado era formado pelos engenhos e pela cidade de Salvador.¹¹⁴

As entradas de navios carregados com mantimentos permitem mapear a rede de abastecimento marítima de que se servia a praça do Rio de Janeiro. O conjunto das aportagens registradas em 1812, 1817 e 1822, indica que de 40% a 80% das entradas das embarcações de menor tonelagem (as lanchas) se destinavam ao transporte de produtos exportáveis. Com relação às naus de maior porte, os alimentos prevaleciam: compunham mais de 51% dos carregamentos das sumacas e mais de 85% da carga dos bergantins. Os registros manuscritos de entradas de embarcações no porto carioca de 1799 a 1822 indicam que o abastecimento de farinha de mandioca era feito pelo sul da Bahia, por zonas do litoral fluminense como Cabo Frio e Itaguaí e, majoritariamente, por Santa Catarina; milho e feijão, por seu turno, vinham do sul baiano, do próprio Rio de Janeiro e de São Paulo, e trigo e charque eram originários do Rio Grande do Sul — o principal parceiro fluminense do comércio de cabotagem. Os registros de tropas, por sua vez, mostram que, nas duas primeiras décadas do século XIX, São Paulo e Minas Gerais (além de áreas interioranas do próprio agro fluminense) proviam o grosso do abastecimento terrestre do Rio de Janeiro: de São Paulo chegavam gado em pé e mulas; de Minas e do meio rural fluminense, porcadas, carneiradas, toucinho, gado em pé e algodão bruto.

¹¹⁴SCHWARTZ, *Segredos...*, op. cit., pp. 205-206.

A comparação dos valores dos gêneros para o abastecimento com os do açúcar (branco e mascavo) esclarece melhor o peso dos setores não diretamente envolvidos com o mercado europeu. De 1799 a 1805, trigo, farinha, charque e aguardente chegaram a representar 2/3 do valor do açúcar. A partir de 1806 (até 1822), a soma dos valores desses gêneros sempre foi superior ao do produto-rei. Entre 1799 e 1822, a soma dos volumes destes quatro gêneros era sempre maior que o volume de açúcar — em alguns anos representava o dobro. O volume de charque, por exemplo, era quase sempre superior ao do açúcar desde 1806.

Muitas das produções acima listadas não se baseavam apenas na utilização do trabalho escravo, e os dados demográficos dessa época demonstram que a sociedade colonial não se resumia a grandes senhores e cativos. Assim, embora a população escrava girasse em torno de 1/3 do total, tal proporção era ainda menor naquelas zonas ligadas à praça mercantil do Rio. Se nos ativermos ao caso de Minas Gerais, veremos que, em 1819, a capitania era possuidora de 632 mil habitantes, dos quais apenas 168.500 eram cativos (cf. Tabela 4). Tratava-se da maior concentração de cativos de toda a Colônia — 15% do total —, dado que assume maior relevância quando pensamos que Minas Gerais não concentrava o grosso de sua escravaria em atividades de exportação, mas sim naquelas que se destinavam ao abastecimento, conformando um complexo agropecuário mercantilizado.¹¹⁵ Há trabalhos que demonstram a existência de vastas áreas da capitania ligadas não apenas ao abastecimento, mas também, em particular, ao fornecimento de gêneros para

¹¹⁵LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista — Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 14

o Rio de Janeiro. A zona setentrional, o oeste, o Triângulo Mineiro e o Alto Parnaíba, por exemplo, integrariam o chamado *modelo do sul de Minas*, com uma economia mercantil de subsistência baseada no trabalho escravo. Partiriam sobretudo daí os produtos que abasteciam o mercado carioca, o qual, em 1819, absorvia 71% das exportações mineiras.¹¹⁶

Minas era uma área estável, cujos vínculos com o abastecimento perpassavam diferentes conjunturas. Desde inícios do século XVIII a capitania conhecia o desenvolvimento de vários núcleos agropecuários ligados inicialmente ao suprimento da mineração e, com a crise desta, ao abastecimento sobretudo do Rio de Janeiro.¹¹⁷ Deve-se sublinhar mais uma vez que tais núcleos não se retraíram com o advento da crise mineradora. Basta relembrar o caso do crescimento demográfico de Rio das Mortes, que, depois de deter 26% da população da capitania em 1776, passou a concentrar 42% da mesma em 1821.¹¹⁸ Estes exemplos demonstram que dificilmente os diversos núcleos agropecuários mineiros poderiam resumir-se a meros apêndices das atividades exportadoras.

Quanto à estrutura de posse dos escravos para essa região, sabe-se que, entre 1831 e 1840, 2/3 dos proprietários possuíam plantéis que não ultrapassavam cinco cativos. Esses mesmos proprietários detinham a maior parte dos escravos, e, se a eles agregarmos os senhores de plantéis de seis a dez cativos, o grupo resultante chegava a deter quase a metade do total da escla-

varia.¹¹⁹ Tal perfil de posse denota a coexistência do trabalho escravo e do trabalho livre de base familiar. Ora, se considerarmos que Minas Gerais era a maior capitania escravista do Brasil no século XIX, teremos que esse tipo de senhor-camponês representava um dos principais pólos de demanda por cativos (lembre-se, a esse respeito, que as remessas de africanos desembarcados no porto do Rio de Janeiro para Minas representavam 40% de todas as remessas terrestres a partir do mercado do Valongo ao longo dos anos 20 e 30 do século XIX). Por fim, os censos demográficos revelam que, para 1831 e 1840, cerca de 2/3 de toda população livre da província mineira não possuíam escravos, estando, pois, imersos no trabalho familiar.¹²⁰ Se a este dado agregamos o fato de que muitos domicílios se assentavam na agricultura, veremos a presença de típicas unidades produtivas de base camponesa. Emerge, portanto, uma paisagem do espaço escravista colonial marcada tanto pela presença de camponeses quanto pela sua combinação com o trabalho escravo, ambos possuidores de lógicas e mecanismos de reprodução distintos dos da *plantation*.

A capitania de São Paulo também fazia parte da rede de abastecimento do Sudeste colonial. Do século XVIII para o XIX, sua lavoura canavieira de exportação estava em crescimento, com o açúcar compreendendo cerca de 90% das exportações através de Santos.¹²¹ Mas São Paulo não pode ser caracterizado como uma área voltada apenas para a agroexportadora. De acordo com a *Gazeta do Rio de Janeiro* de 1812, ao redor de 1/4 das consignações dos produtos

¹¹⁶BROWN, Larissa V. *Internal Commerce in a Colonial Economy: Rio de Janeiro and its Hinterlands, 1790-1822*. University of Virginia/Corcoran, 1986, p. 513 (tese de doutoramento inédita); cf. tb. LIBBY, op. cit., pp. 44-45.

¹¹⁷MAXWELL, op. cit., *passim*; e LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo, Símbolo, 1979.

¹¹⁸MAXWELL, op. cit., p. 300.

¹¹⁹LIBBY, op. cit., p. 106.

¹²⁰Idem, p. 97.

¹²¹BROWN, op. cit., p. 312.

paulistas em naus atracadas no porto carioca era formado por alimentos como farinha, feijão e outros. Acrescente-se, além disso, o intenso comércio de mulas e bovinos entre a capitania e a praça do Rio de Janeiro.¹²²

Reforçando a presença desses setores mercantis ligados ao mercado interno, as listas nominativas paulistas indicam que, em 1798, 2,5% dos chefes de domicílio declaravam-se senhores de engenhos e/ou engenhocas, 8% eram criadores ou criadores-lavradores e 58% eram apenas lavradores. Trinta anos depois, um novo recenseamento mostrava que estas categorias ainda se distribuíam de maneira semelhante.¹²³ Note-se a vitalidade dos segmentos não-exportadores da capitania, sobretudo daqueles agentes econômicos ligados à pecuária. Observe-se também, ainda de acordo com as listas nominativas de 1804, que a categoria lavradores incluía tanto aqueles ligados à agroexportação quanto os que se dedicavam à agricultura de alimentos, cabendo a estes últimos o amplo predomínio.¹²⁴

Semelhante ao caso de Minas Gerais, São Paulo é um bom exemplo da estabilidade temporal dos segmentos mercantis ligados ao abastecimento. Ao contrário do que era até pouco tempo assumido pela historiografia, tem sido refutada a idéia de uma crise geral ulterior à decadência da mineração. O panorama que vem emergindo aponta no sentido da pujança econômica, devida em parte ao crescimento das atividades de

abastecimento para suprir as próprias *plantations* e a Corte. Tal pujança pode ser medida por outro dado: entre 1765 e 1808, a população paulista aumentou em quase 150%, com queda da taxa de mortalidade sem correspondência de um decréscimo da fecundidade.¹²⁵

A estrutura de posse de escravos paulistas era muito semelhante à detectada para Minas Gerais: entre 1798 e 1828 cerca de 3/4 dos domicílios não possuíam escravos. Mesmo considerando que o grau de vinculação desses domicílios ao mercado pudesse variar, estamos sem dúvida diante de uma ampla massa camponesa ligada ao setor mercantil de abastecimento.¹²⁶ Além disso, se em 1798 os fogos com menos de quatro escravos eram majoritários, resultados semelhantes podem ser encontrados para 1804, quando 70% dos proprietários de cativos possuíam até cinco escravos, os quais conformavam 1/4 da população cativa da amostragem.¹²⁷ Neste último ano, a maior parte dos senhores de escravos não estaria engajada em atividades agroexportadoras e, nos dez municípios analisados (que incluíam áreas açucareiras e não-açucareiras), eles correspondiam de 40% a 82% dos proprietários, detendo em suas mãos de 21% a 91% dos escravos. Tais cifras são claros indícios da capacidade acumuladora das atividades ligadas ao abastecimento.¹²⁸ Se temos em conta que, em 1804, cerca de 72% dos agricultores voltados para o mercado interno detinham de um a cinco cativos (num total

¹²²PETRONE, Maria T. S. *Barão de Iguape*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976, p. 97.

¹²³MARCÍLIO, Maria L. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo, USP, 1974, pp. 191-195 (tese de livre-docência inédita).

¹²⁴LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo, FIPE & Pioneira, 1982, p. 221.

¹²⁵MARCÍLIO, op. cit., pp. 124-127.

¹²⁶Idem, p. 173.

¹²⁷RABELLO, Elisabeth D. *As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVII*. São Paulo, USP, 1973, p. 62 (tese de doutoramento inédita); LUNA, & COSTA, op. cit., pp. 215-216.

¹²⁸LUNA, & COSTA, op. cit., p. 219

de 35% da escravaria dessa categoria senhorial), estaremos diante de um conjunto de unidades agrícolas mercantis no qual o trabalho escravo aparece intimamente associado ao familiar.¹²⁹ Esses dados remetem, tal como no caso de Minas Gerais, a uma paisagem onde o camponês adquire peso expressivo. Complementando o quadro paulista, havia as áreas pecuaristas do sul da capitania, que englobavam 20% da população total na virada do século XVIII. Nelas, as fazendas de criação apresentavam uma pequena incidência de cativos.¹³⁰

Passando para o Rio Grande do Sul, sabe-se que no Setecentos a região era grande abastecedora de gado para as áreas de mineração. *Pari passu*, sua estrutura fundiária constituiu-se e, por volta de 1730, tropeiros e militares receberiam terras da Coroa, dando surgimento efetivo às estâncias.¹³¹ O traço não-capitalista desse tipo de unidade produtiva é capturado pela análise de suas relações de produção, as quais, ainda quando fundamentadas no trabalho livre (o peão gaúcho), não eram assalariadas. O peão, indivíduo desprovido da propriedade da terra, por vezes podia receber pagamentos monetários, mas sua remuneração básica se fazia mediante o acesso à moradia e aos alimentos, além do direito ao uso de um lote de terra, no caso de possuir família. Por outro lado, a estância se reproduzia de forma extensiva, incorporando gado e ter-

¹²⁹Idem, p. 220.

¹³⁰MARCÍLIO, op. cit., p. 74.

¹³¹CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói, UFF, 1983, *passim* (dissertação de mestrado inédita). Para uma visão mais recente do Rio Grande do Sul no período tratado ver: OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na Constituição da Estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói, UFF, 1999 (tese de doutorado inédita).

ras, com baixos índices de aplicação de recursos tecnológicos. Tal forma de reprodução, associada ao caráter não-capitalista do regime de trabalho, assegurava a diminuição dos custos monetários.¹³²

Em fins do século XVIII, a pecuária gaúcha se juntaria à produção industrial do charque, gênero básico da dieta dos cativos e das camadas populares livres. Daí que, no decorrer do século seguinte, a capitania se transformasse em um dos principais abastecedores de charque para o mercado interno, sobretudo o do Sudeste. Entre 1813 e 1822, o valor deste produto correspondia, em média, a mais de 55% das exportações gaúchas. Entre 1806 e 1820, as exportações de carne salgada para o porto do Rio de Janeiro variaram entre 15% e 36% do total exportado pelos três principais portos gaúchos. O crescimento da charqueada implicava a ampliação da população escrava, mão-de-obra fundamental para essa indústria, pelo que, em 1819, cerca de 30% da população da capitania era constituída por cativos.¹³³ Ressalte-se que, na virada do século XVIII para o seguinte, a região — mais especificamente, a zona entre o Atlântico e a Lagoa dos Patos — viu emergir a produção de trigo. Combinava-se, neste caso, a mão-de-obra familiar de açorianos e seus descendentes com o emprego de escravos.¹³⁴

No Rio Grande, a associação entre o trabalho escravo, a peonagem e os camponeses traduzia-se, entre 1813 e 1822, em exportações das quais cerca de 70% se destinavam ao mercado

¹³²ZARTH, Paulo A. *História agrária do planalto gaúcho, 1850-1920*. Niterói, UFF, 1988 (dissertação de mestrado inédita), p. 11.

¹³³BROWN, op. cit., pp. 429-432; IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1986, vol. 3, p. 30.

¹³⁴BROWN, op. cit., p. 382.

interno.¹³⁵ Ora, se a este caso somarmos os de São Paulo e Minas Gerais, surgirá ao redor da praça do Rio de Janeiro um verdadeiro mosaico de centros de produção para o abastecimento fluminense, que combinavam a escravidão com diversos regimes de produção. Logo, assumindo-se que o Rio de Janeiro conformava uma área de ponta, voltada para o mercado exterior, seu abastecimento implicava a criação de uma ampla rede intracolônial, com o que vem abaixo a idéia da autarquia da *plantation*. Ademais, a economia e a sociedade coloniais emergirão plasmadas por outras formas de trabalho que não apenas o do cativo.

Podemos agora pensar nesse mosaico de formas de produção como uma verdadeira formação econômica e social. Seu conteúdo — na verdade, o conteúdo do próprio mercado colonial — seria constituído pelos processos de reprodução de diversas estruturas produtivas, os quais teriam por eixo a reiteração da agroexportação fundada no trabalho escravo. Tal afirmação deve ser, entretanto, matizada. O mercado interno formado por diferentes tipos de produção redefiniria o próprio funcionamento da *plantation*, pois a recorrência temporal desta última dependeria de recursos endógenos (acumulações internas) à formação colonial. Em suma, a reprodução da *plantation* dar-se-ia, ao menos parcialmente, à margem do mercado internacional. Isso lhe permitiria reiterar-se no tempo apoiando-se em formas coloniais não-capitalistas — o que, além de reduzir seus custos operacionais, lhe daria uma ampla margem de autonomia diante das flutuações dos preços no mercado externo.

¹³⁵Idem, p. 429.

É o que mostra a comparação entre os preços unitários do açúcar branco e mascavo, por um lado, e os de gêneros para o abastecimento dos escravos entre 1799 e 1822. Apenas em dois anos desse intervalo — 1817 e 1822 — o valor agregado do charque e da farinha se igualou ao do açúcar. Logo, mesmo nas épocas de queda do preço do produto-rei, sua cotação era em geral superior à soma daqueles dois produtos, fundamentais para o custeio da mão-de-obra da *plantation*. Mais do que isso, em pelo menos nove anos do mesmo intervalo, o valor do açúcar representou o dobro do da farinha e do charque somados. Lembrando que estamos diante de uma conjuntura de permanente queda dos preços internacionais, tais números indicam o grande peso, para o abastecimento da *plantation*, das produções coloniais não-capitalistas, implementadas a custos baixíssimos. Daí nutria-se parcela substantiva da capacidade da *plantation* e da própria economia colonial para enfrentar as conjunturas de crise externas.

A ESTERILIZAÇÃO QUE NÃO ESGOTA

A conjugação do mosaico abastecedor descrito, uma peculiar estrutura da produção da mão-de-obra e os baixos custos do fator terra, permitia às flutuações da economia assumirem uma autonomia relativa frente às do mercado externo. Mais do que isso, da natureza não-capitalista de cada uma das variáveis apontadas derivava a possibilidade da multiplicação de unidades produtivas a partir da aplicação de baixíssimos investimentos.

É o que se observa no mercado em movimento, por meio de cerca de 5 mil escrituras de compra e venda (cf. Tabela 7).

TABELA 7: Distribuição das escrituras públicas de compra e venda, em número e valor (contos de réis), por setores de negócios, Rio de Janeiro (1800-21)

Anos	Negócios Rurais		Negócios Mercantis		Navios		Prédios		Chácaras		Outros		Totais	
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
1800	152,1	67	149,1	25	113,6	27	126,5	124	6,5	8	32,6	29	580,3	280
%	26,2	23,9	25,7	8,9	19,6	9,6	21,8	44,3	1,1	2,9	5,6	10,36	100,0	100,0
1803	136,1	88	140,2	45	88,9	38	154,2	141	35,7	18	41,5	24	596,6	354
%	22,8	24,7	23,5	12,7	14,9	10,7	25,9	39,8	6,0	5,1	7,0	6,78	100,0	100,0
1804	95,1	85	56,7	28	94,8	30	149,0	151	23,7	16	22,2	38	441,8	348
%	21,6	24,4	12,8	8,0	21,5	8,6	33,7	43,4	5,4	4,6	5,0	10,92	100,0	100,0
1805	192,3	89	54,9	21	135,0	49	144,8	141	16,4	15	9,1	20	552,4	335
%	34,8	26,6	9,9	6,3	24,4	14,6	26,2	42,1	3,0	4,5	1,7	5,94	100,0	100,0
1806	118,4	85	54,2	23	138,0	41	155,1	140	19,1	10	11,0	18	495,7	317
%	23,9	26,8	10,8	7,3	27,8	12,9	31,3	44,2	3,9	3,2	2,2	5,68	100,0	100,0
1807	126,2	85	119,4	20	96,2	41	174,0	127	31,8	8	78,5	49	626,1	330
%	20,2	25,8	19,1	6,1	15,4	12,4	27,8	38,5	5,1	2,4	12,5	14,85	100,0	100,0
1810	67,2	91	71,3	26	148,9	57	201,0	130	43,0	18	44,3	67	575,7	389
%	11,7	23,4	12,4	6,7	25,9	14,7	34,9	33,4	7,5	4,6	7,7	17,22	100,0	100,0
1813	145,6	103	122,0	33	119,0	58	233,9	138	37,5	13	49,8	52	707,9	417
%	20,6	24,7	17,2	7,9	16,8	13,9	33,0	37,9	5,3	3,1	7,0	12,47	100,0	100,0
1815	131,8	72	174,4	40	152,8	47	206,5	148	38,4	13	45,1	59	748,8	379
%	17,6	19,0	23,3	10,6	20,4	12,4	27,6	39,1	5,1	3,4	6,0	15,57	100,0	100,0
1816	92,4	81	333,2	48	123,6	42	225,6	157	80,0	21	77,4	64	952,1	413
%	9,7	19,6	37,1	11,6	13,0	10,2	23,7	38,0	8,4	5,1	8,1	15,50	100,0	100,0
1817	63,7	62	77,0	39	170,0	60	310,2	224	61,2	14	2,2	13	684,9	412
%	9,3	15,1	11,3	9,5	24,8	14,6	45,3	54,4	9,0	13,4	0,4	3,15	100,0	100,0
1819	188,3	106	77,6	24	95,6	46	454,8	309	89,6	22	11,3	12	927,2	519
%	21,4	20,4	8,4	4,6	10,3	8,9	49,0	59,6	9,7	4,3	1,2	2,30	100,0	100,0
1820	117,8	94	63,1	20	73,2	32	307,5	197	31,8	11	16,0	9	609,4	363
%	19,3	25,9	10,4	5,5	12,0	8,8	50,5	54,3	5,2	3,0	2,6	2,50	100,0	100,0
1821	86,0	79	222,6	38	76,9	41	200,9	146	103,7	24	10,0	8	700,1	356
%	12,3	23,5	31,8	11,3	11,0	12,2	28,7	43,5	14,8	7,2	1,4	2,40	100,0	100,0

A: Valor (em mil-réis)

B: nº de Escrituras

FONTE: ARQUIVO NACIONAL. *Escrituras públicas de compra e venda*. Cartórios do primeiro, segundo, terceiro e quarto Ofícios de Notas do Rio de Janeiro.

Entre 1800 e 1821, as aplicações em negócios rurais tendiam a exigir menores investimentos quando comparadas à soma do demandado por setores como o comércio e os navios. Em apenas dois anos do período considerado, o valor médio das transações rurais superava a média observada para todas as trocas realizadas. Nominalmente, a média destas últimas girava ao redor de 1:800\$000 réis, ao mesmo tempo em que as negociações envolvendo propriedades rurais não ultrapassava 1:500\$000 réis — os bens ligados ao comércio (lojas, armazéns etc.) envolviam cerca de 4:000\$000 réis. Em quase todos os anos, os bens mercantis equivaliam a pelo menos o dobro do valor médio dos de natureza rústica.

Vejamos alguns exemplos. Em 1804, na cidade do Rio de Janeiro, Diogo Luiz da Rocha adquiriu um botequim por 1:400\$000 réis. Com a mesma quantia ele poderia comprar aproximadamente 300 alqueires geométricos em Rio Preto, e ainda lhe sobriariam recursos para adquirir uma fazenda com benfeitorias, edificações, plantações e quatro escravos em Iguaçu por cerca de 800\$000 réis. Outro caso é o do capitão Bento Luiz de Oliveira Braga que, em 1800, comprou nesta última localidade uma fazenda de uma légua de terras em quadra, com uma engenhoca completa, casa de farinha, um alambique, 44 cativos, 17 bois, 18 bestas, cavalos, casas de vivenda cobertas de telhas, senzalas, arvoredos e plantações — tudo isto por 9:000\$000 réis. No mesmo ano, entretanto, Bernardo Manoel da Silva Guimarães comprou uma loja de fazendas na rua do Ouvidor por 12:000\$000 réis. Temos ainda João Rodrigues Pereira de Almeida, da freguesia de N. S. da Conceição do Alferes, que, em 1806, se tornou dono de uma fazenda composta por uma légua de terras, um engenho de açúcar em funcionamento (i.e., com os seus cobres e demais

pertences, casas, moinho etc.), uma serraria, sessenta bois de carro, 35 cabeças de criar, 12 bestas de carga, 76 porcos e sessenta escravos por um total de 22:000\$000 réis. Um ano após essa aquisição, João da Costa Guimarães adquiriu uma loja de fazendas na rua dos Ourives por 25:765\$961 réis. Estes exemplos demonstram cabalmente que, com a quantia necessária à montagem do comércio varejista, os agentes econômicos facilmente poderiam converter-se em senhores de terras e homens.

Casos como estes também ratificam a afirmação de uma estrutura agrária cujas variáveis fundamentais eram socialmente baratas, possuidora, portanto, de uma enorme elasticidade em face das conjunturas externas. Eles apontam igualmente para uma paradoxal situação de mercado: o setor agrário, gerador de riqueza produtiva, demandava menores investimentos do que o setor mercantil, o qual, por definição, esterilizava a riqueza anteriormente produzida. Do ponto de vista dos agentes coevos, tal situação só poderia ser entendida se o retorno do investimento aplicado na circulação fosse superior ao das aplicações produtivas. Eis aqui o grande paradoxo: uma economia capaz de enfrentar com êxito qualquer conjuntura exterior mas que, ao mesmo tempo, sofria uma contínua esterilização de riqueza produtiva, promovida por seu próprio capital mercantil.

À indagação de como, apesar da esterilização, tal economia não somente sobreviveu mas também cresceu, cabe a mesma resposta que, antes, explicava a possibilidade da autonomia relativa: os baixos custos de seus fatores constitutivos — terra, mão-de-obra e alimentos. Assim estruturada, a reprodução econômica ampliada prescindia do retorno integral do seu excedente à produção. Da mesma forma, eram esses me-

canismos de reiteração da economia colonial os elementos que explicam a discrepância entre valores de bens rurais e bens mercantis — em outras palavras, a contínua apropriação/esterilização do sobretrabalho agrícola por parte do capital mercantil.

Riva Gorenstein, aprofundando observações de Sérgio Buarque de Hollanda, alerta para o quão simplificados têm sido os modelos que insistem na importância social e econômica (justificada, porém exagerada) da aristocracia agrária. Seu estudo sobre os comerciantes cariocas entre 1808 e 1822 atesta, com extrema sutileza, o papel fundamental dos homens pertencentes às profissões mercantis na economia, política e sociedade da época: eram os *negociantes de grosso trato*.¹³⁶ Há que entender as raízes estruturais do predomínio das formas mercantis de acumulação. De modo semelhante ao de todas as economias latino-americanas em que predominavam regimes compulsórios de produção (sinônimo de uma frágil divisão social do trabalho), a circulação monetária era débil, dado que indica poucas opções de investimentos. A monopolização da riqueza ensejava, por seu turno, a emergência de um contexto no qual pouquíssimos homens detinham liquidez suficiente para pôr em funcionamento os mecanismos econômicos para além de esferas ultralocalizadas. Daí a circulação surgir como o grande eixo de acumulação da época.

Todos esses fatores seriam traços de um *mercado restrito*. Dele derivava a posição privilegiada dos negociantes coloniais

¹³⁶GORENSTEIN, Riva. *O enraizamento de interesses mercantis portugueses na região Centro-Sul do Brasil (1808-1822)*. São Paulo, USP, 1978 (dissertação de mestrado).

até mesmo no comércio de importação, seja com a Metrópole, seja, depois, com os centros mais dinâmicos do capitalismo europeu. Por controlarem a liquidez, eles demandavam a venda em bloco de grandes lotes de mercadorias. A submissão dos pequenos comerciantes e varejistas do centro receptor ou de áreas do interior era certa, dado que os negociantes de grosso trato controlavam o crédito. Analisando o caso mexicano, Halperín-Donghi observa que semelhante vantagem também surgia quando se tratava de transacionar com os agentes metropolitanos nos portos coloniais. Ávidos por fechar os negócios rapidamente (com o que aumentariam a velocidade de rotação do capital), estes se viam diante dos únicos agentes coloniais de quem podiam receber com garantia de liquidez.¹³⁷ Tratava-se de uma posição de relativa debilidade dos agentes estrangeiros na consecução das operações, o que necessariamente se refletia no estabelecimento das taxas de juros.

Em suma, estamos diante de uma economia cujos traços estruturais se enraizaram em formas não-capitalistas nos dois lados do Atlântico. Isso certamente lhe conferia um novo *status*, dado que, de início, permitia redefinir suas relações com o mercado internacional. Mais ainda, o corpo econômico e social assumia uma nova textura, pois abriam-se amplas possibilidades para a hegemonia do capital mercantil — em especial, da elite comercial, sem que, entretanto, disso derivasse a ruína dos setores produtivos propriamente ditos. Em realidade, como se verá adiante, na base de tal

hegemonia estava a própria reiteração de algumas das características fundamentais da América portuguesa, das quais a mais evidente era a hierarquia social e economicamente excludente.

¹³⁷HALPERÍN-DONGHI, Tílio. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos*. Madri, Alianza, 1985, *passim*.

CAPÍTULO IV

Elite mercantil e lógica de
reprodução em uma economia
colonial tardia

A PREEMINÊNCIA DO CAPITAL MERCANTIL

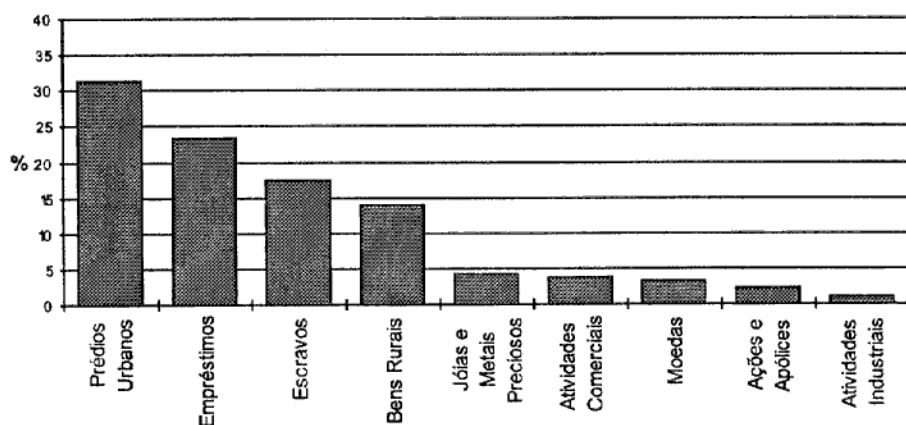
Viu-se terem sido ótimas as condições para a hegemonia dos setores ligados à circulação de bens. Buscaremos agora dar maior substância a tal afirmação, pela apreensão dos traços gerais da hierarquia socioeconômica carioca para, nela, detectarmos o peso do capital mercantil.

O grande volume de investimentos em prédios urbanos, indicado no Gráfico 11, denota ter o Rio de Janeiro passado por um intenso processo de urbanização durante as primeiras décadas do Oitocentos. A natureza mercantil da área é confirmada pelos Empréstimos (que nas fontes aparecem como “Dívidas Ativas”), os quais, formados por contas correntes, letras e créditos pessoais, indicam a existência de um mercado no qual as trocas se confundiam com o pagamento de juros e com a usura. A ínfima expressão da variável Moedas denota a existência de frágil circulação de numerário, traço confirmado pelo estudo realizado por Johnson.¹ Observe-se que o peso do signo maior de entesouramento — a variável Jóias e Metais Preciosos — era superior às Atividades Industriais. Este aspecto, somado à frágil

¹JOHNSON, op. cit., *passim*.

circulação monetária, remete a um mercado de exíguas opções de investimento para todo aquele que tivesse qualquer disponibilidade de capitais.

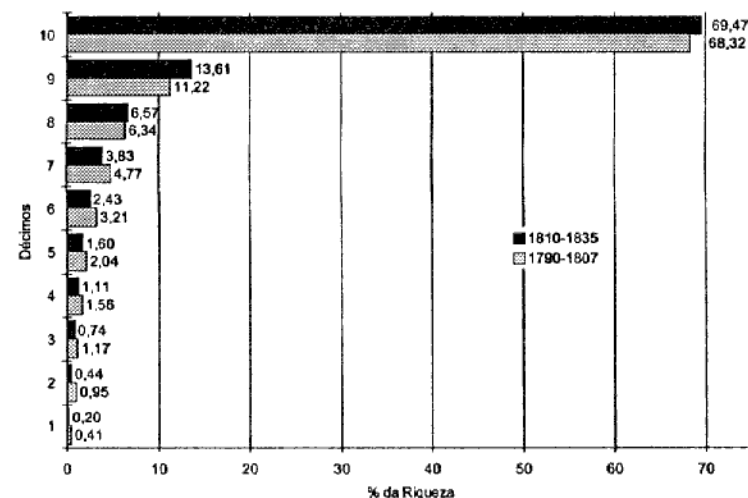
GRÁFICO 11: Participação (%) das atividades e bens econômicos nos inventários *post-mortem* da praça mercantil do Rio de Janeiro, 1797-1840



FONTE: ARQUIVO NACIONAL. Inventários *post-mortem* (1797-1840).

Embora se tratasse de uma sociedade fundamentalmente agrária e escravista, os bens rurais (sem considerar os cativos) representavam algo próximo a 15% dos valores arrolados, ao mesmo tempo em que o capital usurário e mercantil (Comércio + Empréstimos) compunha cerca de 1/4 das fortunas. Em outras palavras: o que se observa aqui é o predomínio do capital mercantil e de suas formas específicas de acumulação, perfil que, ao reiterar-se temporalmente, assume feições estruturais.

GRÁFICO 12: Distribuição (%) da riqueza entre os inventariados do meio rural do Rio de Janeiro, 1790-1835



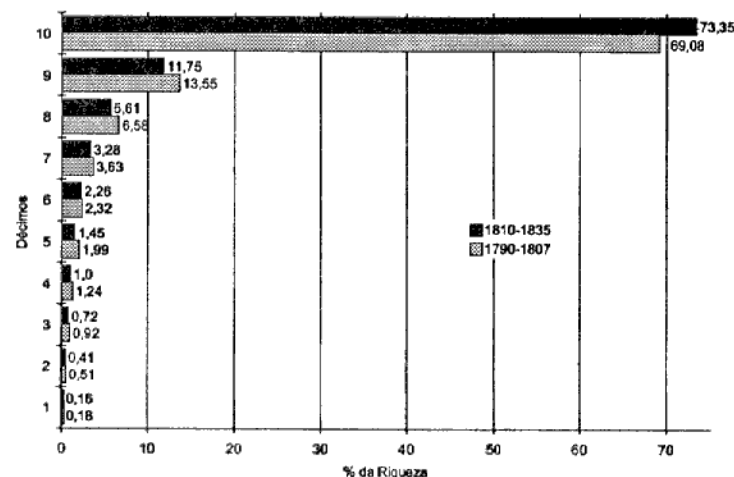
FONTE: Apêndice B.

Os gráficos 12 e 13 retratam a distribuição da riqueza entre as pessoas que abriram inventários *post-mortem* nos meios rural e urbano do Rio de Janeiro. Eles permitem acompanhar a desigualdade em diversas conjunturas, com destaque para a abertura dos portos ao comércio internacional — o fim do Pacto Colonial —, o enorme crescimento demográfico da Corte, a expansão cafeeira e a constituição inicial do Estado brasileiro.

Independentemente das mudanças próprias dessa época, reiterou-se um perfil no qual os 10% mais ricos do campo e da cidade controlavam pouco mais de 2/3 do valor total das fortunas recenseadas; aos cinco décimos mais pobres cabia entre 4% e 6% das mesmas. Eis aqui o sentido maior da abertura da Co-

lônia ao comércio internacional, expresso por meio da exacerbação da concentração da riqueza, especialmente na cidade, e da expansão do empobrecimento relativo.

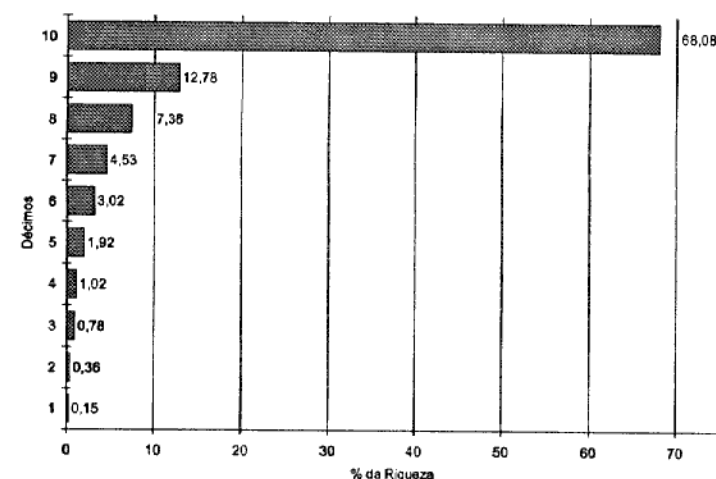
GRÁFICO 13: Distribuição (%) da riqueza entre os inventariados do meio urbano do Rio de Janeiro, 1790-1835



FONTE: Apêndice B.

Dados concernentes a outras conjunturas fluminenses revelam o mesmo padrão. Depois da abolição do tráfico atlântico, quando se vivia a plena maturidade da cafeicultura escravista e a enorme complexificação da vida urbana do Segundo Reinado, agro e cidade continuaram a apresentar o décimo superior de suas populações detendo cerca de 2/3 da riqueza, com os cinco décimos mais pobres possuindo de 4% a 8% (ver gráficos 14 e 15).

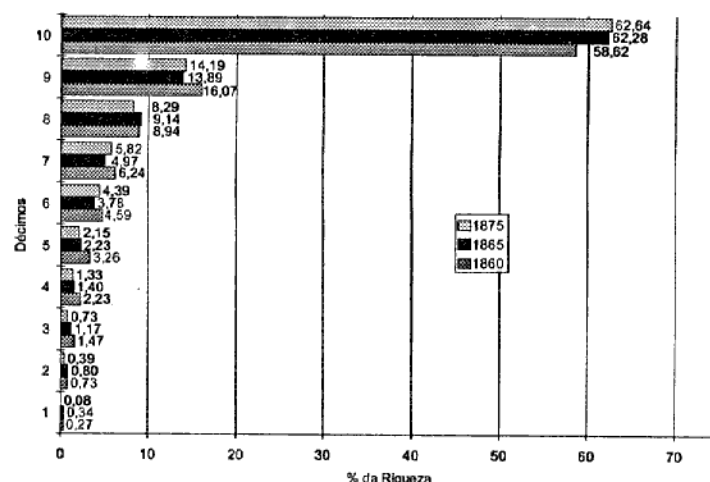
GRÁFICO 14: Distribuição (%) da riqueza entre os inventariados do meio rural do Rio de Janeiro, 1860



FONTE: Apêndice C.

Privilégio fluminense? De modo algum. Tomemos o fim do século XVII e, nele, a pequena Taubaté. Dedicada à produção para o abastecimento local a partir do trabalho de uns poucos escravos indígenas, ao longo dos últimos vinte anos do Seiscentos apenas 11% daqueles que, ao falecerem, possuíam algum bem a ser partilhado entre os herdeiros detinham de 40% a metade da riqueza arrolada pelos avaliadores; os 55% mais pobres tinham acesso a apenas 10% ou 20% do valor dessas fortunas. Com a ulterior descoberta do ouro em Minas Gerais, Taubaté especializou-se em provê-la de mantimentos, o que logo lhe permitiu montar *plantations* açucareiras e, desse modo, inserir-se no circuito atlântico mediante o açúcar e os escravos africanos que paulatinamente substituíam os aborígenes. Semelhante

GRÁFICO 15: Distribuição (%) da riqueza entre os inventariados do meio urbano do Rio de Janeiro, 1860, 1865 e 1875



FONTE: Apêndice C.

movimento ocorreu durante as três primeiras décadas do século XVIII, quando a elite local seguiu representando 11% dos inventariados, que continuaram a deter de 40% a 55% da riqueza. Mas a mutação econômica foi acompanhada pelo empobrecimento relativo das faixas menos privilegiadas, que, embora continuassem a representar 57% dos inventariados, passaram a deter apenas 13% da riqueza.² Do mesmo modo, na Salvador da primeira metade do século XIX a riqueza também se concentrava em poucas mãos. Entre as pessoas que, ao morrerem, tiveram seus bens inventariados, as 10% mais ricas controlavam 67% da riqueza, com as 30% mais pobres detendo apenas 1% da mesma.³

²ALVES, Maurício M. *Caminhos da pobreza (a manutenção da diferença em Taubaté, 1680-1729)*. Taubaté, Prefeitura Municipal de Taubaté, 1999, p. 101.

³REIS, op. cit., *passim*.

A estratificação escravista brasileira guardava fortes semelhanças com a vigente na Europa do Antigo Regime. Estava, pois, marcada por grande concentração de riqueza, com a miserabilidade se estendendo por mais da metade da população, sem a presença de grupos intermediários. Traços como esses podem ser encontrados em Florença, durante a primeira metade do século XV, e na Lyon de meados do século XVI. Assumindo que o problema da distribuição da riqueza se resolve analiticamente mediante a observação do peso desses dois extremos, tem-se que, nestas áreas, os 10% mais ricos detinham de metade a 2/3 da riqueza, enquanto os 2/3 mais pobres controlavam menos de 1/5 da mesma.⁴

Uma análise mais detida revela, porém, tratar-se de analogia apenas aparente esta entre o Antigo Regime e a escravidão brasileira tardia. Porque, tomadas em movimento, as economias pré-industriais européias tendiam a produzir estratos médios no campo e nas cidades, processo desconhecido entre nós. Embora pudesse conhecer diversificações, a economia colonial não as traduzia em grupos intermediários expressivos no que tange à apropriação da renda social.

Tome-se a Inglaterra em 1688. Tratava-se do ápice de profundas transformações, traduzidas em guerras civis e mutações de regime, além do incremento do mercado de terras, da produção de manufaturados e da inserção inglesa no mercado internacional. De acordo com as estimativas de Gregory King (1648-1712), genealogista e estatístico inglês, 6% das famílias detinham 1/3 da renda nacional. Na base da pirâmide encontravam-se os domicílios de trabalhadores urbanos, camponeses sem

⁴CIPOLLA, Carlo M. *História econômica da Europa pré-industrial*. Lisboa, Edições 70, 1984, pp. 20-21.

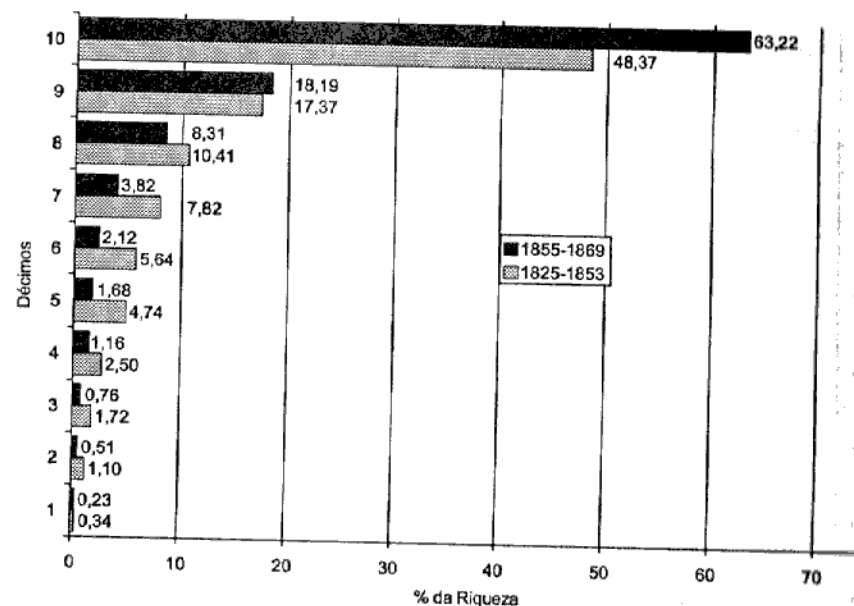
terras, soldados, marinheiros e vadios (62% dos recenseados), os quais possuíam 1/5 da riqueza. Nessa época, e ao contrário da Florença do século XV, existiam frações intermediárias rurais e urbanas que, representando quase 1/3 das famílias, detinham metade da riqueza social.⁵

A evolução do Vale do Paraíba fluminense permite apreender melhor o problema da estratificação na escravidão, pois fornece dados que abarcam tanto o período da montagem quanto o de maturidade econômica e social da região, o que permite capturar o significado sociológico do crescimento econômico escravista (Gráfico 16). Desde sua montagem o sistema agrário esteve presidido por forte desigualdade: entre 1825 e 1853, o décimo superior da população detinha metade da riqueza, com os cinco décimos menos privilegiados controlando apenas 10% da mesma. Entre ambos, considerados em conjunto, o sexto, o sétimo, o oitavo e o nono décimos (40% dos recenseados) detinham cerca de 40% da riqueza.

A época de maturidade do sistema (1855-1869) revela, entretanto, dois outros movimentos. O primeiro: exacerbou-se a concentração da riqueza no topo constituído pelo décimo privilegiado (que passou a deter quase 2/3 do valor das fortunas). Era um movimento que, tendencialmente, se dava a expensas do resto da população. Em segundo lugar, e este talvez seja o aspecto mais importante para nossos objetivos, tal incremento da concentração se traduzia no profundo aumento da distância entre os mais ricos e o grupo intermediário, o qual, por sua vez, mantinha a mesma distância relativamente aos mais pobres (Gráfico 17).

⁵KRIEDTE, op. cit., p. 134.

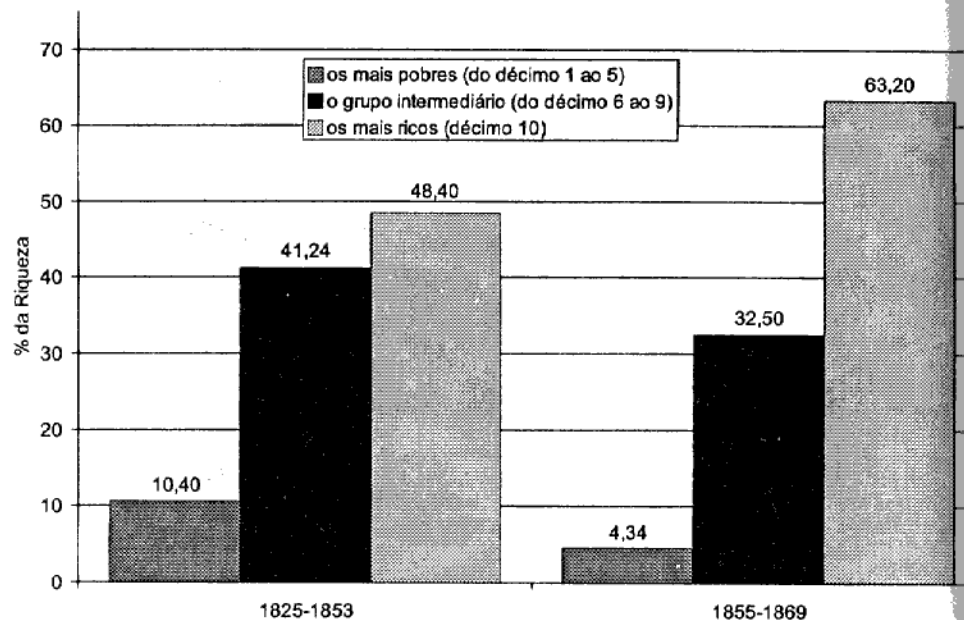
GRÁFICO 16: Distribuição (%) da riqueza entre os inventariados do Vale do Paraíba fluminense, 1825-69



FONTE: Apêndice D.

O caso do Vale do Paraíba fluminense reafirma a idéia inicial de que o sentido sociológico último, por assim dizer, da escravidão era reiterar a diferenciação socioeconômica entre uma elite e todos os outros homens livres. Tal diferenciação alcançava níveis tão acentuados de concentração da riqueza que tendia a tornar ínfimo o peso dos grupos economicamente intermediários. Assim, falar de exclusão social em uma sociedade escravista significa não apenas constatar o óbvio, qual seja, a presença de escravos, mas também e principalmente observar que os movimentos de crescimento da riqueza social resultavam na exclusão de grande parte da população livre do acesso a esta mesma riqueza.

GRÁFICO 17: Distribuição (%) da riqueza entre os mais ricos, os grupos intermediários e os mais pobres do Vale do Paraíba fluminense, 1825-69



FONTE: Apêndice C.

É possível partir de outros critérios para acompanhar a concentração da economia. Se aceitarmos, como quer Arruda, que o período 1763-1809 constituiu um intervalo deflacionário, e que o mil-réis começou a desvalorizar-se crescentemente a partir da primeira metade da década de 1810, poderemos utilizar os inventários *post-mortem* de outro modo.⁶ Poderemos agrupá-los

⁶ARRUDA, op. cit., p. 347

por grandes faixas de fortunas (e não apenas em grandes grupos de indivíduos, como fizemos anteriormente) para, então, estimarmos o nível de concentração da economia fluminense.

Trabalhando, pois, com o valor nominal da moeda entre 1790 e 1807, vemos que aqueles indivíduos agrupados nas três menores faixas de renda (até dois contos de réis) variam entre 58% e 77% dos inventariados, concentrando de 6% a 26% da riqueza. Ao mesmo tempo, os inventariados cujas fortunas somavam mais de 20 contos de réis variavam entre 2% e 7%, concentrando de 1/4 a 2/3 dos valores. Passando ao agrupamento das fortunas em grandes faixas deflacionadas diante da libra esterlina, vemos que, entre 1810 e 1830, as duas menores faixas agrupavam de 38% a 55% dos inventariados (que detinham de 2% a 3% dos valores arrolados), ao mesmo tempo que as duas faixas mais altas (maiores que 20.001 libras esterlinas) congregavam de 1% a 8% dos inventariados, que concentravam de 34% a 68% da riqueza.

Estamos diante de um altíssimo nível de concentração, com o topo da hierarquia econômica detendo o controle da economia. Entre 1797 e 1840, essa elite dominava de 77% a 95% dos empréstimos (o que indica um sistema de créditos altamente monopolizado), quase 100% das atividades comerciais em fins do século XVIII, até 96% das ações e apólices, entre 47% e 75% dos bens rurais e de 34% a 71% da moeda em circulação. Ela, de fato, impulsionava uma economia profundamente marcada por formas mercantis de acumulação, as quais, observe-se, configuravam os eixos da reprodução econômica.

Como essa hierarquia profundamente diferenciada se manifestava no mercado, i.e., na economia em movimento?

Os inventários *post-mortem* utilizados até aqui têm permitido detectar os traços gerais do perfil das fortunas fluminenses.

Trata-se, em função da própria natureza da fonte, de um retrato — por isso mesmo estático — do perfil da distribuição e composição da riqueza. Falta observar a riqueza em movimento, em fotogramas que, ao se sucederem, permitam captar os perfis de investimento dos agentes econômicos mais pobres e mais ricos da hierarquia. Para tanto, as escrituras públicas de compra e venda se constituem em fontes ideais.

Trabalhou-se com 5.078 escrituras, registradas nos quatro ofícios de notas entre 1800 e 1821. Os resultados indicam que, em face do total das compras e vendas, as operações envolvendo imóveis urbanos, bens rurais, navios e negócios mercantis representavam, respectivamente, 40%, 24% e 8%. Com relação ao total dos valores envolvidos, cada um destes setores concentrava, respectivamente, 29%, 22%, 21% e 17%.

Tais cifras ratificam o Gráfico 11, ao indicarem o amplo predomínio dos agentes e valores adscritos à especulação urbana e ao comércio em geral (Negócios Mercantis + Navios). Na verdade, considerados em termos de frequência de escrituras, os negócios rurais representam 1/4 do total, enquanto o comércio em geral detém apenas 1/5 das transações. No entanto, visto a partir dos valores movimentados, o primeiro setor (Negócios Rurais) perde posições, detendo apenas 22% — metade dos quase 40% adscritos à circulação de bens mercantis.

As tabelas 8 e 9 foram construídas visando a apreender o mercado a partir da constatação antes feita de que o alto grau de diferenciação era um dos traços marcantes da riqueza no Rio de Janeiro. Nelas trabalha-se apenas com a produção agrária e com a circulação de bens — excluindo-se, portanto, as transações de natureza rentista e especulativa (*grosso modo*, a compra e venda de prédios urbanos). Consideramos apenas as frequências de escrituras de compra e venda com valores inferiores a um

conto e superiores a três contos de réis, na crença de que tais conjuntos possam refletir, respectivamente, a participação dos mais pobres e dos mais ricos agentes econômicos no mercado. É natural que aqui não utilizemos os mesmos balizamentos estabelecidos no trabalho com inventários, pois estamos operando com cifras relativas a transações, e não com fortunas acumuladas ao longo de toda a vida dos agentes econômicos.

TABELA 8: Participação (%) das Escrituras de Compra e Venda com valores inferiores a um conto de réis, por setores de negócios, no mercado do Rio de Janeiro, 1800-21

	Negócios Rurais		Negócios Mercantis		Navios		Total	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(A)	(B)
1800	64,2	10,3	8,0	0,8	22,2	3,6	63,7	12,9
1803	75,0	15,2	28,9	4,2	42,1	13,2	61,6	16,2
1804	90,4	23,1	36,0	6,3	40,0	7,0	68,4	21,6
1805	65,8	9,1	42,5	8,6	34,2	2,0	61,2	15,0
1806	70,1	18,4	43,5	10,2	33,7	4,5	64,6	16,7
1807	72,9	15,7	40,0	2,8	26,6	8,6	56,7	12,6
1810	80,6	37,5	18,9	2,2	35,6	8,9	58,8	15,6
1813	68,1	14,5	26,6	2,1	22,7	4,2	50,0	12,3
1815	64,5	12,0	22,2	2,6	15,5	2,3	53,9	11,8
1817	22,5	22,0	53,8	16,2	36,7	5,5	56,3	14,0
1819	63,2	13,1	37,5	7,3	54,3	1,6	58,0	15,1
1820	77,7	22,2	25,0	3,0	37,5	8,1	56,7	15,6
1821	78,5	26,8	21,0	1,0	41,0	1,4	59,9	12,9

Obs.: Os negócios rurais incluem: benfeitorias, terras, e terras e benfeitorias; os negócios mercantis incluem: lojas e estoques de mercadorias.

(1) % das escrituras frente ao total de escrituras do setor de negócios.

(2) % dos valores das escrituras frente ao valor total do setor de negócios.

(A) % das escrituras frente ao total de escrituras.

(B) % dos valores das escrituras frente ao valor total.

FONTE: ARQUIVO NACIONAL. *Escrituras públicas (1800-21)*.

De metade a 2/3 das 5.078 escrituras arroladas eram de valores inferiores a um conto de réis. Logo, os negócios registrados em cartório eram majoritariamente acessíveis aos mais pobres

agentes econômicos. Mas eles movimentavam a minoria absoluta dos valores transacionados — de 12% a 17%, chegando a 22% em apenas um ano (1804). Sublinhe-se que, de 1800 a 1817, uma amostragem de 352 inventários indica que de 1/3 à metade dos falecidos possuía fortunas inferiores a um conto de réis, congregando de 1,5% a 6% da riqueza total arrolada.

Mas a mesma Tabela 8 indica que esses pobres participavam de 64% a 90% das transações envolvendo bens rurais, cifras que, na média, caíam para 30% no que se refere às operações relativas ao capital mercantil em geral (Negócios Mercantis + Navios). Isto significa que os mais pobres estavam afastados de 70% das operações referentes à circulação de bens. Em termos de valores transacionados, sua participação ia de 9% a 37% para os negócios rurais, e representava menos de 13% em relação às operações que envolviam valores mercantis. Os estratos mais baixos da hierarquia estavam, portanto, presos a opções econômicas muito restritas (em geral, ao campo). Em se tratando de uma sociedade agrária, isso quer dizer que eles se restringiam basicamente às atividades produtivas de fato — aquelas de menor rentabilidade. Dadas as condições específicas que estruturavam a economia fluminense, estamos diante do mecanismo mais efetivo de reprodução da pobreza do homem livre, i.e., da perpetuação e petrificação de uma hierarquia enormemente diferenciada entre os próprios homens livres.

De 1/10 a 1/5 do total de escrituras possuía valores superiores a três contos de réis. Essa minoria movimentava a maior parte dos valores transacionados — de 51% a 73% (cf. Tabela 9). Para se ter uma idéia aproximada do peso desses agentes no quadro geral das fortunas fluminenses, imaginemos que indivíduos capazes de, numa única operação, transacionar valores superiores a três contos devessem possuir uma fortuna de no mínimo dez

contos de réis. Ora, nos mencionados 352 inventários *post-mortem* levantados para o intervalo 1800-1817, os possuidores de fortunas dessa envergadura correspondiam a 16% dos falecidos, detentores de 3/4 da riqueza total arrolada.

TABELA 9: Participação (%) das Escrituras de Compra e Venda com valores superiores a três contos de réis, por setores de negócios, no mercado do Rio de Janeiro, 1800-21

	Negócios Rurais		Negócios Mercantis		Navios		Total	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(A)	(B)
1800	17,9	75,8	68,0	98,3	25,5	86,4	20,0	72,6
1803	14,8	73,1	37,8	74,2	21,0	62,1	13,8	57,2
1804	10,6	59,7	17,8	50,5	39,9	71,3	10,3	51,5
1805	16,7	78,2	28,4	73,9	30,5	70,9	12,8	58,1
1806	5,6	61,9	17,3	55,4	24,2	69,3	10,2	45,8
1807	8,2	62,9	35,0	88,6	26,6	54,2	13,0	58,9
1810	2,8	33,7	33,2	64,4	30,8	66,7	16,0	56,8
1813	11,5	60,8	45,1	52,9	18,2	52,5	17,8	62,3
1815	10,4	68,3	36,9	80,2	37,5	72,7	17,2	61,8
1817	8,1	51,2	23,1	62,8	40,0	79,8	18,7	60,2
1819	11,3	65,2	37,5	80,3	17,4	58,7	16,0	60,5
1820	5,3	51,0	35,0	73,0	21,9	62,0	13,8	52,8
1821	7,6	51,1	52,6	90,7	19,5	49,2	17,6	67,1

Obs.: Os negócios rurais incluem: benfeitorias, terras, e terras e benfeitorias; os negócios mercantis incluem: lojas e estoques de mercadorias.

(1) % das escrituras frente ao total de escrituras do setor de negócios.

(2) % dos valores das escrituras frente ao valor total do setor de negócios.

(A) % das escrituras frente ao total de escrituras.

(B) % dos valores das escrituras frente ao valor total.

FONTE: ARQUIVO NACIONAL. *Escrituras públicas (1800-21)*.

As escrituras rurais com valores superiores a três contos participavam de apenas 3% a 18% das transações envolvendo bens rurais, cifras que aumentavam bastante quando consideramos os negócios mercantis (compra de lojas e aquisições de naus) — em média, respectivamente, 35% e 31%. O sentido maior destes últimos números se explicita quando recordamos que os mais po-

bres não podiam participar de 70% dos negócios mercantis em geral, espaço virtualmente monopolizado pelos mais ricos. Assim, as cifras de 35% e 31% das operações mercantis representam o patamar *mínimo* de participação dos estratos mais abastados no mercado de lojas e navios, visto que eles efetivamente podiam participar de operações menores do que três contos de réis.

Quanto aos valores transacionados, as escrituras de mais de três contos perfaziam cerca de 2/3 das operações rurais. Com relação aos negócios mercantis e de navios, tal cifra era de, respectivamente, 70% e 67%. Estes dados indicam que, como era de se esperar, ao contrário dos grupos mais baixos da hierarquia, os mais ricos possuíam maiores opções econômicas.

Em resumo, os números apresentados nas tabelas 8 e 9 apontam para um altíssimo nível de concentração do mercado em movimento. Mais do que isso, a apreensão desse mercado a partir da hierarquia de fortunas indica que a maior parte da população recenseada, além de ter poucas opções de negócios, tinha na lavoura o setor de investimento mais viável — resultado natural, como se viu, em se tratando de uma fronteira aberta combinada a uma oferta elástica e contínua de mão-de-obra barata.

— Ora, sabendo-se que os níveis de rentabilidade do agro eram inferiores aos obtidos no comércio, pode-se formular a seguinte tese: *a dinâmica de funcionamento do mercado não capitalista brasileiro conduzia os mais pobres homens livres ao investimento nas atividades de menor lucratividade, com o que se perpetuava a pobreza e a reiteração temporal da altíssima diferenciação social — do poder, enfim.* A única possibilidade de reversão dessa tendência seria o acesso das menores fortunas à esfera mercantil, opção definitivamente vedada aos pobres.

Uma dinâmica que conduza os mais pobres às atividades menos rentáveis deveria, ao longo do tempo, produzir um também

contínuo empobrecimento, inflando os níveis de miserabilidade. Não é este, porém, o panorama indicado, por exemplo, pelos gráficos 12 e 13, nos quais se atesta certa estabilidade tanto da quantidade de agentes sociais pobres (cerca da metade dos inventariados) quanto da riqueza por eles possuída — aproximadamente 5% do total. Por outro lado, embora apresentando altíssimos graus de exclusão social, que, em tese, tenderiam a aumentar com o crescimento econômico, a escravidão brasileira mostrou-se, até fins do século XIX, capaz de ultrapassar com enorme êxito todas as conjunturas, sem que a exclusão viesse a gerar conflitos que pusessem em risco sua estabilidade interna. Prova disso é que proveio do exterior o golpe que a abalou mortalmente (o fim do tráfico atlântico, fruto das pressões britânicas). A explicação para tal fenômeno deve remeter, mais uma vez, às características estruturais da economia colonial, na qual mesmo esses estratos pobres teriam acesso a fatores de produção (leiam-se terras, mão-de-obra e alimentos) bastante baratos. Naturalmente, esta última afirmação indica serem um pouco mais complexos os mecanismos de reprodução da hierarquia socioeconômica até então vista.

Comparemos a escravidão brasileira, por exemplo, com a do Sul dos Estados Unidos. Ali, as práticas de alforria redundaram em uma população de cor livre que, entre a Independência (1776) e inícios do século XIX, não ultrapassou 8,5% da população negra e 5% da população livre do Sul escravista. Às vésperas da Guerra Civil (1860), os negros livres compreendiam apenas 11% da população não-branca total.⁷ Trata-

⁷MERRICK, Thomas W. & GRAHAM, Douglas H. *População e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 76; e CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros (os escravos libertos e sua volta à África)*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 19.

se de um perfil bastante distinto do encontrado no Brasil. Por exemplo, nas freguesias rurais e urbanas do Rio de Janeiro em 1779 — uma época em que a *plantation* açucareira detinha grande peso na economia regional —, homens de cor representavam 31% de todos os livres.⁸ Campos dos Goitacazes, por volta da mesma época, primava pela plantação de cana-de-açúcar no âmbito fluminense, e ali a população parda e negra livre representava uma cifra superior a 1/3 do total de homens livres.⁹ Na província que detinha a maior quantidade de escravos durante a década de 1830 — Minas Gerais —, os mestiços representavam 2/3 do total de homens livres.¹⁰ Esse perfil aumentou ao longo do século XIX, de modo que, de acordo com o censo de 1872, metade da população livre de todo o Brasil era constituída por negros e pardos.¹¹ Entre 1873 e 1875, na Corte, 2,1% dos escravos existentes obtiveram cartas de alforria, cifra que, para as plantações da província fluminense, variaram entre 0,34% e 0,5%.¹² De acordo com estes dados, ainda quando a escravidão fosse marcada por um perfil extremamente exacerbado de exclusão social, havia possibilidades concretas de mobilidade, entendidas aqui como oportunidades de mudança de estatuto jurídico no in-

⁸NUNES, Antônio D. "Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos, por observação curiosa dos annos de 1779 até o de 1789", in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1884, vol. 48, pp. 216-217.

⁹FARIA, Sheila de C. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p. 128.

¹⁰Cf. PAIVA, Clotilde. *População nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo, USP, 1996 (tese de doutoramento inédita).

¹¹MERRICK, & GRAHAM, op. cit., p. 98; e ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, vol. 2, pp. 474-479.

¹²MERRICK, & GRAHAM, op. cit., p. 78-98.

terior de uma sociedade em princípio estamental — i.e., preocupada em manter e reproduzir as diferenças existentes na hierarquia social.

Mas não se tratava apenas de poder passar da condição de cativo à de livre. No Brasil, os mecanismos de mobilidade pressupunham que um escravo ou seus descendentes pudessem vir a ser até mesmo proprietários, inclusive de outros seres humanos. Daí, em algumas localidades baianas em fins do século XVIII, os pretos e pardos livres representarem entre 20% e metade dos proprietários. Para o ano de 1835, em áreas fumageiras da mesma província, os "não brancos" podiam corresponder a 1/3 dos donos de escravos, proporção que alcançava quase metade dos escravistas de algumas regiões dedicadas à plantação de cana.¹³ Em Minas Gerais, na localidade de Serro Frio (1738), quase 1/4 dos proprietários eram forros e detinham 10% dos escravos, perfil também detectado para Congonhas de Sabará, em 1771.¹⁴ Em certas localidades do Vale do Paraíba paulista, onde o açúcar foi paulatinamente cedendo lugar ao café, em 1797-98 os pretos e pardos livres constituíam de 0,2% a 9,8% dos proprietários; trinta anos depois, eram de 2,1% a 14,3%. Durante o mesmo período, na região de Santos e São Sebastião, ligada ao açúcar e ao grande comércio, os homens de cor corresponderam de 10% a 1/4 dos proprietários, cifras que, em áreas mineradoras paulistas, passaram de 28%, em 1798, para 41% 25 anos depois.¹⁵

Por certo, estamos pensando em uma mobilidade com limites claros, inclusive em função do alto nível de concentração da

¹³BARICKMAN, Bert. "As cores do escravismo: escravistas pretos, pardos e cabras no Recôncavo baiano, 1835", in: *População e família*, 2, 1999, p. 14.

¹⁴LUNA, & COSTA, op. cit., p. 45.

¹⁵COSTA, Iraci. *Arraia-miúda*. São Paulo, MGSP Editores, 1992, pp. 53-55.

riqueza demonstrado. Não surpreende, pois, que em Campinas (SP), em 1829, embora 31% da população livre estivesse formada por pardos e negros, e que 8,6% dos proprietários de um a nove escravos fossem homens de cor (cifra que chegava a 3,6% dos proprietários de dez a 19 escravos), nenhum dos possuidores de mais de vinte cativos deixava de ser brancos.¹⁶ Nas mesmas regiões baianas onde, em 1835, os “não-brancos” podiam corresponder de 1/3 a 50% dos donos de escravos, eles detinham de 10% a 20% dos cativos.¹⁷

Passando para os mais ricos, podemos apreendê-los a partir de alguns exemplos. Vejamos oito grandes fortunas superiores a 20 mil libras esterlinas nos anos de 1820, 1825 e 1840, que chegaram a concentrar cerca de 2/3 da riqueza arrolada em 176 inventários *post-mortem*. Inicialmente, era patente sua origem mercantil. Gertrudes Pedra Leão, José Carvalho de Souza, Antônio Manoel Leite de Castro e Manoel Moreira Lório tinham a maior parte de sua riqueza (aproximadamente 40%) ligada ao comércio e à usura. Dos quatro restantes, três (João Francisco da Silva e Souza, Leonarda Maria Velho da Silva e Marcolino Antônio Leite) não conheciam o predomínio de bens mercantis, mas montaram sua riqueza a partir da circulação, como pode ser provado pelo fato de estarem presentes nas listagens de comerciantes assentados no Rio de Janeiro na virada do século XVIII para o seguinte. Possivelmente, apenas a fortuna de José Custódio de Magalhães originou-se de atividades ligadas ao agro.

¹⁶SLENES, Robert W. “Senhores e subalternos no oeste paulista”, in: ALENCASTRO, op. cit., pp. 247-248.

¹⁷BARICKMAN, op. cit., p. 21.

Estas são provas cabais de que a constituição da elite colonial esteve centrada em uma estratégia de acumulação baseada na apropriação, pela esfera mercantil, do excedente gerado na agricultura. Desse modo, a hierarquia socioeconômica, com seus contínuos movimentos de empobrecimento e enriquecimento, resultava dos mesmos mecanismos de reprodução da economia colonial.

Em razão da importância política e econômica da Corte, é possível estarmos diante da mais importante fração dominante do país. Sua rede de atuação não se limitava somente ao Rio de Janeiro e, enquanto empresária, ela controlava grande parte dos mecanismos de acumulação do Sudeste, com redes que se estendiam desde os confins do Mato Grosso até o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Santos e Minas Gerais. Possuía também grande parte dos prédios urbanos e das unidades agrícolas para exportação do Rio e, dado importantíssimo, depois de fechados (i.e., pagos os credores), seus inventários não revelaram passivo frente a nenhuma casa comercial estrangeira.

A NATUREZA ESTRUTURAL DO MONOPÓLIO E DA ESPECULAÇÃO

Temos visto que os mercadores constituíam o núcleo hegemônico da hierarquia colonial. Cabe demonstrar o perfil de atuação dessa elite mercantil em meio aos principais setores de comércio, na busca de apreender os traços básicos não apenas da sua lógica empresarial, mas também os mecanismos que a transformaram em eixo da reprodução econômica colonial tardia.

Começamos pelo comércio terrestre. Do registro do pre-sídio de Rio Preto, no caminho entre São João del Rei e a Corte, restaram dados para o intervalo 1824-1826 acerca da circulação de bovinos, mulas, carneiros e porcos para a praça carioca. Por ali passaram 1.764 tropeiros, transportando 103.219 animais, numa média de 59 animais/expedição. Apenas 3% desses tropeiros transportaram 20.250 cabeças (cerca de 1/5 do total), o que aponta para a existência de um sistema de distribuição terrestre de mercadorias de perfil monopolista sem, contudo, excluir a presença de pequenos mercadores.

Com relação ao comércio marítimo (exterior e de cabotagem), que tinha no porto do Rio de Janeiro o seu pólo, levantou-se 5.682 entradas de navios constantes das "Notícias Marítimas" da *Gazeta do Rio de Janeiro* para os anos de 1812, 1813, 1814, 1817 e 1822. Os comerciantes que ali apareciam apenas uma vez por ano correspondiam a mais ou menos 2/3 dos consignatários e controlavam cerca de 1/3 das entradas de naus. Ou seja, na base desse comércio encontramos um mercador, em princípio, de poucos recursos, especializado em certo conjunto de produtos provenientes de uma única região. Mas uma análise mais detida revela que esse pequeno mercador podia aparecer em determinado ano, mas não nos anos seguintes. Por exemplo, em 1812 o comércio com o Rio Grande do Sul era realizado por noventa negociantes, dos quais apenas 20% continuavam a atuar na mesma rota em 1817. Dos 72 restantes, 12 atuavam em outras rotas, comercializando outros produtos, e sessenta simplesmente desapareceram dos registros.

O código "Embarcações", do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, também demonstra o peso desse mercador

eventual. Com relação ao açúcar, por exemplo, de 1802 a 1822 nada menos que 547 comerciantes (72% do total) apareciam operando uma única vez por ano, responsáveis que foram por 22% do volume registrado de açúcar trocado ao longo de todo o período. O mesmo código revela, ainda sobre o comércio marítimo de açúcar, que dez empresários (1% do total) apareciam atuando continuamente por 13 anos ou mais entre 1802 e 1822, concentrando 22% do volume transportado. Com relação ao trigo, os comerciantes que apareciam nos registros por um ou dois anos representavam 90% do total de 475 negociantes dedicados apenas à circulação deste produto, e foram responsáveis por 1/5 do volume transportado. Em contrapartida, apenas seis do total atuavam por mais de 13 anos, concentrando 40% das cargas.

Com relação ao comércio marítimo com o exterior, o primeiro dado a reter é que a abertura dos portos em 1808 significou o estabelecimento de fluxos diretos de importação/exportação entre o Brasil e diversas praças comerciais fora do Império português. Mais do que isso, as estatísticas disponíveis indicam que tais fluxos eram controlados por mercadores estrangeiros, sobretudo ingleses: de acordo com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, nos anos de 1812, 1813, 1814, 1817 e 1822, nunca menos de 95% das entradas de naus provenientes de outros países europeus que não Portugal estavam consignadas a representantes dos países exportadores na Corte. Ressalte-se, entretanto, que a maior parte das principais exportações coloniais eram realizadas por navios luso-brasileiros. Panorama diverso pode ser capturado nas rotas internas ao Império lusitano. Nos anos citados, 146 comerciantes foram responsáveis por 278 entradas, mas apenas 12

(8%) deles controlavam quatro ou mais entradas — i.e., 34% do total de aportagens.

Passemos ao setor privilegiado representado pelo comércio de escravos em suas duas faces, a terrestre e a atlântica. Os códices 421 e 424 (Arquivo Nacional) permitem rastrear a saída de 55.943 escravos cativos, de 1824 a 1833, que partiam da praça carioca para diversos mercados regionais, interioranos e litorâneos. Dos 5.738 tropeiros responsáveis por essas saídas, 4.294 (74%) apareciam nos registros apenas uma vez ao longo desses dez anos, transportando cerca de 36% dos escravos. Reafirmando o panorama geral, de ampla participação de agentes mercantis não especializados neste tipo de comércio, apenas 19 tropeiros (0,3%) atuaram por mais de sete anos, sendo responsáveis pela remessa de 4.026 escravos.

O perfil geral do tráfico atlântico de escravos guarda algumas semelhanças com o comércio negreiro interno, mas as diferenças são marcantes. Os jornais de época, ao oferecerem todos os nomes dos consignatários dos negreiros que adentravam o porto do Rio de Janeiro, permitem proceder à hierarquização dos empresários traficantes de acordo com o número de viagens realizadas entre 1811 e 1830. Para começar, nesses vinte anos registra-se a atuação de 279 traficantes, responsáveis pelo desembarque de cerca de 490 mil africanos. Tais cifras contrastam flagrantemente com as relativas ao tráfico interno, e na sua base está o alto investimento inicial requerido pela montagem das expedições à África. Das 1.198 entradas de negreiros registradas durante o período, apenas 17 não especificam os nomes dos consignatários. As restantes 1.181 aportagens estavam quase todas sob o controle de ne-

gociantes estabelecidos na praça do Rio de Janeiro. Observa-se que as 16 maiores empresas traficantes (6% do total) foram responsáveis por 47% das expedições, e que as 27 maiores (10%) organizaram 59% de todas as viagens à África. Enquanto isso, as 154 menores empresas (55%) organizaram apenas 13% das expedições.

Somente 13 empresas (5%) atuaram durante todo o período — quando realizaram uma ou mais viagens por ano —, sendo responsáveis por 505 expedições negreiras. Segue-se um grupo intermediário de 26 empresas (9% do total), que, por vários motivos, não participaram do tráfico durante todos os anos do intervalo considerado, e realizaram apenas uma expedição a cada dois ou três anos. Essas empresas foram responsáveis por cerca de 1/3 do total de viagens. Havia, por fim, aqueles empresários de passagem eventual pelo circuito atlântico de homens (240, ou seja, 86% do total), empresas que em média puderam organizar uma expedição a cada quatro anos ou mais e que, no final, foram responsáveis por 34% das viagens à África. O comércio de homens para o porto do Rio de Janeiro era, portanto, altamente concentrado, além de se constituir em um campo privilegiado para a atuação de especuladores.

*

Façamos uma pausa para tentar extrair, dos dados apresentados, aqueles que seriam os traços estruturais do comércio colonial. Dois aspectos sobressaem (em graus distintos) tanto para as trocas internas quanto para as com o exterior: o perfil nitidamente concentrado dos negócios e, de forma aparen-

temente paradoxal, o papel fulcral dos especuladores e comerciantes eventuais. Não seria difícil localizar as motivações deste último aspecto. Afinal, o mercado colonial sempre esteve sujeito a bruscas flutuações, direcionando o pequeno investidor a constante mudança de ramo de atuação a partir das curvas setoriais de lucratividade. O grande investidor, por seu turno, também respondia a essas mesmas vicissitudes, mas com uma diferença: a diversificação, neste caso, respondia não apenas à busca de maiores taxas de lucratividade, mas também à demanda por segurança, pois, ao contrário do pequeno, o grande mercador tinha muito a perder. Naturalmente, reforçando o caráter diversificado do grande investidor estava o contexto de frágil divisão social do trabalho (i.e., de demanda restrita), em face do qual dificilmente um único setor poderia absorver toda a capacidade de investimento daqueles que, de fato, pertencessem à reduzidíssima elite detentora da riqueza produzida.

Por sua vez, a alta concentração dos negócios encontra sua inteligibilidade na imbricação entre a mencionada lógica empresarial de diversificação e a enorme diferenciação econômica antes detectada. Muito mais do que nas economias contemporâneas, nos sistemas não-capitalistas mercantilizados

o grande lucro muda constantemente de lugar, e todo bom negócio que surja é de sua competência.¹⁸

Se essa era a lógica e se, além disso, eram exíguas as opções de maiores lucros em determinado momento, é natural

¹⁸BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo (os jogos da troca)*. Lisboa, Cosmos, 1985, pp. 65-66.

supor que a envergadura dos benefícios auferidos no final guardassem uma relação diretamente proporcional ao montante dos recursos investidos. Ora, tais recursos eram necessariamente escassos, visto ter sido muito concentrada a distribuição social da riqueza. Logo, o monopólio observado nos mais diversos ramos de negócios era consequência natural da própria estruturação da sociedade escravista colonial tardia.

Traço estrutural (i.e., comum às atividades mercantis), a concentração adquire um significado maior quando abordamos o comércio enquanto um *negócio*, que podia ramificar-se em atividades vinculadas à Colônia ou ao mercado exterior. Neste caso, as trocas com Portugal ou a importação de africanos através do Atlântico se desdobravam, respectivamente, nas entradas de naus com açúcar provenientes de diversas áreas abastecedoras do porto carioca, e nas saídas de tropeiros e navios que, carregados de africanos, partiam do mesmo porto para inúmeros centros consumidores no interior e no litoral. Ora, nos anos de 1812, 1813, 1814, 1816, 1817 e 1822, mais de quatrocentos mercadores fizeram entrar no porto do Rio navios carregados com açúcar para exportação. Em contrapartida, para cada um desses anos, cerca de quarenta negociantes responderam pelas exportações desse mesmo açúcar para Lisboa (12 deles responsáveis por mais de 1/3 do volume exportado). Tal perfil diferenciado de participação também se expressava no caso do comércio negreiro. Entre 1811 e 1830, somente 281 agentes mercantis importaram escravos da África (dos quais 16 concentravam 47% das chegadas), enquanto, apenas entre 1824 e 1833, 5.738 levavam cativos do Rio de Janeiro para o interior.

A conclusão natural é a de que o perfil de concentração das atividades mercantis ligadas ao exterior era bem mais acentuado do que naquelas vinculadas à circulação interna de bens. Antes de mais nada, isso se devia, comparativamente falando, ao montante do investimento inicial requerido pelas atividades direcionadas ao mercado externo — seja a importação, seja a exportação. Assim, durante a década de 1810, somente as mercadorias destinadas ao escambo escravista na África (portanto, sem contar os navios, mantimentos, etc.) requeriam em média um investimento de 3.752 libras esterlinas. Para que se tenha idéia do que isso significava, basta lembrar o caso de João Rodrigues Pereira de Almeida, que, em 1806, adquiriu um engenho real no Vale do Paraíba por cerca de 6.600 libras esterlinas. Em outras palavras, com o investimento inicial médio para a montagem do estoque do escambo de apenas duas expedições negreiras podia-se adquirir um engenho completo (terras, plantações, edificações, fábricas, rebanhos e mais de sessenta escravos), e ainda assim sobrariam quase mil libras esterlinas!

O alto investimento inicial requerido pelo comércio exterior torna-se ainda mais patente quando se considera que, por sua própria natureza marítima, tal comércio envolvia necessariamente gastos permanentes com capital fixo (naus) e seguros. Neste ponto, mais uma vez, nota-se o poder dos comerciantes de longo curso estabelecidos na praça carioca. Com relação aos navios que participavam do tráfico atlântico, sabe-se que, entre 1808 e 1830, 74% deles pertenciam a negociantes do Rio de Janeiro. As escrituras de compra e venda, por sua vez, indicam que dez dos 16 maiores traficantes de almas cariocas que atuavam entre 1811 e 1816 apareciam comprando 42 naus entre 1799 e 1816. Deste total de navios, 33

(78%) eram bergantins e galeras, ou seja, naus de grande porte envolvidas com o tráfico. Os mesmos documentos indicam que, na década de 1810, sete dos 12 maiores comerciantes com Portugal e dois dos seis maiores negociantes com os portos do Oriente lusitano (Macau, Goa e Malabar) haviam adquirido, respectivamente, vinte e 14 navios entre 1799 e 1816. No primeiro caso, 17 (85%) compras se referiam a naus próprias à navegação transatlântica, número que, no caso do comércio oriental, chega a 11 (79%).

Com relação ao sistema segurador marítimo, sabe-se que durante o período joanino sete companhias atuavam na praça do Rio, das quais apenas uma constituída por capital inglês. Os seguros referentes ao comércio negreiro estavam fundamentalmente em mãos dessas companhias de capital nativo, cuja força e credibilidade podem ser demonstradas pelo fato de que também seguravam operações de comerciantes ingleses, traficantes cubanos que atuavam na rota Angola-Havana, traficantes angolanos e moçambicanos e mesmo negociantes suecos. A capacidade operacional dessas seguradoras pode ser medida por algumas cifras. A Companhia Providente, por exemplo, foi inaugurada em 1814 com fundos correspondentes a 400 contos de réis, cifra equivalente a 81% dos fundos do Banco do Brasil na mesma época. Em 1816, o capital segurado por esta companhia, pela Companhia Indemnidade e pela Companhia Permanente somava 3:991:015\$725 réis — quase o triplo do valor reunido pelo açúcar, charque, farinha e trigo desembarcados no porto do Rio de Janeiro no mesmo ano, ou ainda mais de 300% das receitas geradas por todas as exportações cariocas em 1811.

Temos agora condições de acrescentar a esse quadro geral novos elementos. A forma como se tem abordado o problema

da concentração nos tem levado a detectar a presença de um grupo muito restrito de negociantes no interior de uma hierarquia mercantil por si mesma concentrada: os agentes mercantis ligados às trocas internacionais. Este grupo era predominante no comércio brasileiro de importação/exportação no interior do Império português, sobretudo nas trocas de longa distância que tinham a praça carioca como núcleo. Sua hegemonia se exercia inicialmente pela possibilidade que esses comerciantes tinham de controlar aspectos fundamentais da atividade mercantil, como os navios, os sistemas de seguros e a própria constituição dos estoques de bens a serem intercambiados.

Era neste aspecto que, para além do alto investimento inicial, a vinculação entre esse pequeno grupo mercantil e as trocas exteriores assumia feições mais orgânicas. Os clássicos de nossa historiografia ensinam que a reiteração da economia colonial dependia da realização externa de parte de seus produtos, do mesmo modo que a própria produção era caudatária da importação de manufaturas e de escravos. Desse modo, não estamos frente a um comércio exterior qualquer, mas sim diante de um sistema de trocas imprescindível (e, em grande medida, definidor) ao funcionamento da estrutura econômica. Torna-se, portanto, mais ou menos óbvia a permanente existência de setores de comércio que, ao demandarem altos investimentos iniciais, excluía a participação da maioria dos agentes mercantis. Daí resultava que do topo da hierarquia fizesse parte uma elite mercantil fortemente ligada ao mercado exterior — i.e., capaz de controlar os setores comerciais dos quais dependia a reprodução social. A “dependência” que muitos ressaltam era, por conseguinte, menos

uma imposição do que um atributo requerido. Na verdade, *a dependência passava a redefinir-se enquanto espaço da acumulação interna.*

Haveria que tentar determinar o peso quantitativo dos negociantes de longo curso no conjunto dos comerciantes marítimos e do sistema segurador. Ao menos para a década de 1810, sabemos que sua participação média era semelhante à registrada para 1814, quando, dos 640 consignatários de todas as entradas de naus do porto carioca, 23 (4%) se dedicavam de maneira constante ao comércio de importação/exportação e ao tráfico — ou seja, realizando ao menos duas grandes viagens no ano. Quanto ao sistema de seguros, em 1811, dos 36 acionistas da Companhia Indemnidade, 16 dedicavam-se ao comércio de longo curso. Por fim, das dez seguradoras estabelecidas no Rio de Janeiro em 1829, sete possuíam traficantes entre seus caixas e diretores.

Esses exemplos contribuem para a reafirmação de outro traço recorrente — a mencionada estratégia de diversificação por parte da elite mercantil, pois seus membros eram ao mesmo tempo grandes importadores e exportadores, traficantes e seguradores, entre outros papéis. Eram esses os casos, por exemplo, das famílias Gomes Barrozo, Carneiro Leão, Velho da Silva, Pereira de Almeida e de Elias Antônio Lopes. A Tabela 10 demonstra os perfis gerais de concentração e diversificação dos negócios coloniais realizados pela elite mercantil do Rio durante as três primeiras décadas do século XIX. Tratava-se de um grupo cujos membros detinham o controle de segmentos ligados tanto ao comércio atlântico quanto ao mercado doméstico.

TABELA 10: Concentração e diversificação dos negócios das 15 maiores empresas de longo curso estabelecidas na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1800-30

Empresa	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
Família Gomes Barrozo	46	19	1	3	1	40	1	146	51	33
Família Carneiro Leão	1	9	1	4	0	0	1	194	0	0
Família Velho da Silva	18	2	0	4	2	0	0	30	1	0
Família Pereira de Almeida	23	2	0	13	0	0	1	3	15	39
Família Rocha	47	2	0	1	2	0	0	0	0	0
Manoel Gonçalves de Carvalho	18	18	1	0	0	0	0	3	0	0
Domingos F. de Araújo Roço	0	4	0	2	1	0	0	3	153	332
Francisco J. Guimarães	32	1	0	4	0	10	0	0	0	0
Francisco J. Pereira Mesquita	10	4	0	0	0	0	0	86	0	0
João Gomes Valle	50	2	1	3	1	0	0	41	7	0
Manoel Caetano Pinto	0	6	0	5	1	10	1	56	3	6
Manoel Joaquim Ribeiro	0	1	3	11	1	0	0	43	0	10
Miguel Ferreira Gomes	40	0	0	5	0	0	0	0	483	208
Francisco José Pereira Pena	0	10	0	4	0	0	0	32	4	0
José Ignácio Vaz Vieira	33	0	0	7	0	6	0	0	14	2
Total do grupo	318	80	7	66	9	66	4	637	731	630
% de participação destes 15 negociantes em relação ao setor considerado	27	29	26	13	24	17	29	14	19	31
Número de comerciantes do grupo	16	13	5	13	0	0	0	22	22	22
% de participação destes 15 negociantes em relação ao número de comerciantes do setor considerado	16	13	5	13	0	0	0	22	22	22

(1) *Tráfego atlântico de escravos*: número de expedições entre 1811 e 1830.

(2) *Comércio com Portugal*: número de viagens em 1812, 1813, 1814, 1816, 1817 e 1822.

(3) *Comércio com a Ásia*: número de viagens em 1812, 1813, 1814, 1816, 1817 e 1822.

(4) *Compra e venda de navios*: número de navios negociados em Escrituras Públicas nos cartórios cariocas entre 1799 e 1816.

(5) *Ações*: acionistas da Seguradora Dias Barbosa e Companhia no ano de 1811.

(6) *Participações*: capital (em contos de réis) detido na Seguradora Providente em 1814.

(7) *Diretores e acionistas*: do Banco do Brasil em 1809.

(8) *Comércio de açúcar*: volume (em milhares de arrobas) de açúcar branco e mascavado desembarcado no porto do Rio de Janeiro, 1802-1822 — cabotagem.

(9) *Comércio de charque*: volume (em milhares de arrobas) de charque desembarcado no porto do Rio de Janeiro, 1802-1822 — cabotagem.

(10) *Comércio de trigo*: volume (em milhares de arrobas) de trigo desembarcado no porto do Rio de Janeiro, 1802-1822 — cabotagem.

FONTE: FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998, p. 322.

Pode-se argumentar que esses grandes negociantes eram mercadores metropolitanos que se estabeleceram no Rio com a chegada da Corte. Tal perspectiva poderia levar-nos a tomar o período posterior a 1808 como sendo a época do enraizamento dos interesses mercantis portugueses, o que passaria pelo deslocamento dos maiores negociantes anteriormente estabelecidos na praça carioca em prol do grande capital mercantil lusitano.¹⁹

Não parece ter sido este o caso ao menos dos grandes negociantes de longa distância presentes nas listagens de consignatários de navios na década de 1810. Seu número variava entre 16 e 26, dos quais nunca menos de 70% atuavam na praça do Rio desde a última década do século XVIII, conforme informam os *Almanaks* da cidade, publicados em 1792, 1794 e 1799, além dos códigos de embarcações de 1799 em diante. O confronto entre os nomes dos 37 acionistas da primeira seguradora instalada no período joanino e as mesmas fontes indica que 70% deles também se encontravam estabelecidos antes da chegada da família real. Dos 16 maiores traficantes que atuaram entre 1811 e 1830, nada menos que 11 já operavam em diversas atividades na praça carioca, e pelo menos dez traficavam com africanos. Devido ao alto investimento inicial demandado para as expedições negreiras, certamente a negociantes desse porte pertenciam as naus que ligavam o Rio de Janeiro à África ao longo da segunda metade do século XVIII, quando, de acordo com o abade Raynal, elas eram “construídas na própria Colônia, as quais não têm menos de sessenta toneladas nem mais de cento e quarenta”.²⁰

¹⁹DIAS, Maria O. S. “A interiorização da metrópole”, in: MOTA, Carlos G. (org.). 1822: *Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, pp. 100-184.

²⁰RAYNAL, op. cit., p. 137.

A correspondência dos vice-reis revela que a Coroa, por meio de D. Rodrigo de Souza Coutinho, havia solicitado o levantamento dos nomes dos mais notáveis comerciantes da praça do Rio em 1799. Em resposta de 30 de setembro deste mesmo ano, o vice-rei arrolava os 36 maiores cabedais da capitania, dos quais pelo menos 15 aparecem depois de 1808 controlando setores nevrálgicos da economia, como, por exemplo, o tráfico com a África, o comércio de açúcar com Portugal, o mercado de ações do Banco do Brasil e seguradoras. Mesmo levando em consideração o falecimento de muitos desses 36 notáveis entre 1799 e a década de 1810, além da chegada de grandes comerciantes metropolitanos com os Bragança, este dado indica claramente a confluência da elite socioeconômica de fins do século XVIII com a das primeiras décadas do século seguinte. Não poderia ser de outro modo pois, como vimos e reafirmaremos a seguir, os negociantes de grosso trato possuíam todas as condições para fazer valer a sua autonomia, independentemente das conjunturas vividas.

*

Em capítulo anterior, captamos uma economia extremamente diferenciada, na qual os baixos custos dos principais fatores de produção ensejavam a existência de empresas agrícolas que não demandavam grande investimento inicial para seu funcionamento. Por essas mesmas razões, tais empresas, ao se reiterarem em meio a um mercado não-capitalista, podiam ver-se expropriadas de grande parte de seu excedente pelo capital mercantil sem se arruinarem. Esse movimento se traduzia em uma hierarquização econômica com limitadas possibilidades de mobilidade, cuja base era constituída especialmente por lavradores, e o topo por negociantes.

Detectar a existência de um diminuto grupo de comerciantes de grosso trato comandando setores nevrálgicos para a reiteração da economia nos fornece os elementos que tornam mais claros os contornos assumidos pela hierarquia econômica. Em outras palavras, além de assentar-se nos baixos preços de seus fatores constitutivos, a economia colonial sustentava-se na sua ligação com o exterior — mas não exatamente como querem os clássicos da historiografia nacional. Segundo estes, a natureza extrovertida da estrutura econômica viabilizaria a reprodução das elites agrárias em um contexto de estrita dependência, posto que elas deteriam uma parcela menor do excedente exportado. A perspectiva e o conjunto de dados que temos apresentado, se não o redefinem, ao menos acrescentam novos elementos a esse panorama.

Se a forma específica a partir da qual a economia colonial se organizava internamente permitia a hegemonia de seu capital mercantil, a articulação entre ela e o mercado externo reafirmava tal preeminência. Apontar para a existência de um restrito grupo de comerciantes residentes controlando os produtos coloniais de maior valor (no caso, açúcar e escravos) implica, antes que nada, a identificação do topo da hierarquia econômico-social.

A NATUREZA ESTRUTURAL DA CADEIA ADIANTAMENTO/ ENDIVIDAMENTO

De que maneira elementos como o caráter não-capitalista do mosaico produtivo colonial, a alta diferenciação econômica e a concentração da esfera da circulação se expressavam no funcionamento da economia colonial tardia?

O Gráfico 11 indicou que quase 1/4 de toda a riqueza inventariada no Rio de Janeiro entre 1797 e 1840 fluía sob a forma de empréstimos. Estes, dizíamos, formados por contas correntes, letras e créditos pessoais, denotavam a existência de um mercado em que as trocas se confundiam com o pagamento de juros e com a usura. Tal característica pode ser agora amplamente ratificada ao passarmos para o manejo de processos como os de falências, administração de bens de ausentes e de seguros, além da correspondência comercial existente no acervo da Real Junta do Comércio (Arquivo Nacional).

Entre 1807 e 1832, localizaram-se seis grandes traficantes de escravos envolvidos em processos de falências: Francisco Antônio Malheiros, Fernando Joaquim de Mattos, João Bernardo de Carvalho, José Ignácio Tavares, José Joaquim de Oliveira Guimarães e João Alves da Silva Porto. Cada um deles devia quantias superiores a 50 contos de réis, cifra suficiente para alçá-los ao ápice da hierarquia econômica da praça do Rio de Janeiro. João Alves da Silva Porto, por exemplo, em 1832, devia 1:611:572\$379 réis a 85 pessoas. Apenas cinco delas eram credoras de 46% de todo o seu débito (736:815\$542 réis), cifra também suficiente para inserir os credores de Silva Porto no topo da hierarquia socioeconômica fluminense. Perfil semelhante pode ser observado no caso de José Ignácio Tavares, devedor, em 1819, de 195:401\$579 réis a 75 prestamistas. Seus cinco maiores credores concentravam a metade dos débitos, e entre eles estavam grandes negociantes, como José Ignácio Vaz Vieira.

Estes casos dizem respeito a dívidas assumidas entre os membros do diminuto grupo mercantil controlador dos fluxos de importação (de homens, inclusive). Duas conclusões podem

ser inferidas. A primeira: o endividamento era um padrão geral, dado que, se envolvia o ápice da hierarquia fluminense, por certo também envolvia os agentes menores. A segunda: o fato de a elite se endividar entre si indica a precária liquidez (e sua concentração) característica do mercado colonial. Reafirma-se, enfim, o quadro geral detectado no Gráfico 11, no qual a riqueza era detida por cerca de 13% dos inventariados, controladores de aproximadamente 2/3 dos montantes brutos e de mais ou menos 88% do total das dívidas ativas — ou seja, do crédito.

A idéia de que as empresas dessa economia funcionavam por meio de cadeias de adiantamento/endividamento, que tinham como pano de fundo as hierarquias e monopólios detectados, também pode ser demonstrada a partir dos mesmos falidos mencionados. Assim, se é certo que Silva Porto devia uma cifra astronômica a 85 agentes, em contrapartida ele próprio era credor de 211 pessoas, num total de 1:618:365\$311 réis. João Bernardo de Carvalho, em 1819, devia 174:531\$171 réis a 13 pessoas, mas era igualmente credor de 91:751\$672 réis a 275 indivíduos.

A consideração dos estratos inferiores da hierarquia ratifica a existência e a generalização da cadeia adiantamento/endividamento. Em 1807, o pequeno empresário José Pedro de Andrade devia 4:023\$184 réis a oito credores, mas era credor de um total de 6:503\$901 réis distribuídos entre 14 indivíduos. Caso ainda mais significativo é o de Antônio José de Miranda, um pequeno lojista que em 1809 devia 5:328\$197 réis a vinte pessoas (entre as quais ao grande negociante Manoel Pinheiro Guimarães), e era credor de 54 agentes em um total de 5:201\$728 réis.

Estes exemplos indicam que a cadeia de endividamentos que viabilizava o crédito (e, pois, a própria reprodução de uma eco-

nomia mercantil) era constituída por agentes residentes na própria economia considerada. Informações mais precisas acerca desse aspecto podem ser extraídas de 64 processos de falência e administração de bens de ausentes, abertos entre 1805 e 1833. Considerando os valores nominais, dividiram-se os devedores em pequenos (menos de 20 contos), médios (de 20 a 50 contos) e grandes (mais de 50 contos). No caso do primeiro grupo, de um total de 44 processos, 35 não indicavam débitos a credores externos, e apenas um deles registrava mais de metade dos débitos contraídos junto a fontes exteriores ao Brasil. Com relação aos grandes devedores, dos dez processos encontrados, sete deviam a credores internacionais. Mas em quatro deles a dívida externa nunca ultrapassava 10% do que se devia, e em apenas um (o caso da firma atacadista Fernandez & Ribeiro) chegava a mais de 50%.

Constituída majoritariamente por agentes residentes, a cadeia de endividamentos da praça do Rio de Janeiro também se estendia a outras regiões e mesmo países. É o que nos mostra o caso de Francisco José Cardoso, mercador estabelecido em Campos e, como tal, financiador de engenhos da região. Em 1815, suas dívidas ativas e créditos passados em Campos chegavam a 6:264\$923 réis. Mas ele também devia 14:711\$946 réis a prestamistas da Corte, dos quais 2/3 às famílias Carneiro Leão e Gomes Barrozo, também credoras de Agostinho dos Santos Freire, grande varejista do Arraial do Tijuco em 1808. Manoel Ferreira Maia, comerciante e grande senhor de engenho campista em 1817, é outro exemplo, e tinha entre seus maiores credores a família Ribeiro de Almeida, da Corte.

Outros casos nos são dados pelos inventários *post-mortem* de Bernardo José Ferreira Rabelo (1806) e Francisco Xavier Pires

(1826). O primeiro era o cabeça de uma rede que incluía, além dos devedores cariocas, outros de Campos, Espírito Santo, Goiás, Cuiabá, Vila Rica, Sabará, comarca de Rio das Mortes, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco, Angola, Lisboa, Porto etc. Xavier Pires, por seu turno, detinha uma fortuna de 486:192\$797 réis, dos quais 313:594\$354 réis em dívidas ativas, distribuídas por negócios realizados com Malabar, Bengala e Moçambique, além de diversas outras áreas do Sudeste e Centro-Oeste brasileiros.

Tentemos quantificar a distribuição geográfica das redes de dívidas ativas cariocas a partir de dois exemplos. Dos 50:337\$093 réis detidos em créditos por Fernando Joaquim de Mattos em 1817, 57% distribuíam-se pelo Brasil, abrangendo devedores desde a Bahia até o Rio Grande do Sul. Cerca de 18% do valor estava adscrito a devedores africanos, e o restante ao Rio da Prata e Londres. José Joaquim de Oliveira, em 1819, possuía 60:699\$036 réis em créditos diversos. Destes, 23% eram empréstimos e financiamentos a devedores residentes desde Pernambuco até o Rio Grande do Sul, 13% a Lisboa e África e 63% ao Rio da Prata.

Mais do que em qualquer outro setor, no tráfico atlântico a cadeia de endividamentos assumia importância determinante. Ela indica a subordinação dos negócios negreiros aos negociantes da praça do Rio — que desse modo controlavam a própria reprodução física das relações sociais. O Autor Anônimo, ao descrever as razões da crise do comércio de escravos de Benguela em meados do século XVIII, indica os mecanismos básicos dessa subordinação, enquanto a documentação da Real Junta do Comércio demonstra a permanência desses mecanismos até pelo menos 1830.

Todo o processo girava ao redor da figura do adiantamento das mercadorias para o escambo. Os comerciantes angolanos

recebiam em consignação fazendas, tabaco, aguardente, armas e pólvora dos capitães dos negreiros, endividando-se diante do capital traficante do Rio de Janeiro. A partir daí, as novas dívidas por eles assumidas (seja com as autoridades locais, seja com os arrematadores dos contratos dos escravos ou ainda com os fornecedores privados) eram pagas em letras passadas e quitadas pelos negociantes do Rio de Janeiro.

Os traficantes do Rio, por sua vez, pagavam em dinheiro as mercadorias importadas de Lisboa, ou mesmo aquelas que provinham da Índia. Muitas vezes comprados pelos mercadores da praça carioca, os bens do escambo iam diretamente de Lisboa ou Goa para Angola, sem escalas no porto do Rio, como já se viu pelo processo que, em 1812, foi aberto na Junta do Comércio pelo traficante Bernardo Lourenço Vianna, do Rio de Janeiro, contra seu devedor, Antônio Rodrigues de Moura.

O adiantamento de mercadorias continuou a ser a tônica do século XIX. É o que mostra o caso de José Maria Lúcio, mercador de escravos estabelecido em Luanda que, em 1818, alegando estarem enfermos ele e a esposa, e sendo ainda menores os filhos, comunicava à Junta do Comércio a passagem da administração de seus bens de escambo para Manoel da Rocha Pinto e Joaquim da Silva Regadas, ambos da praça carioca. O mesmo se observa em 1810, quando José Gonçalves Rodrigues, também negociante do Rio, requereu os fundos de um carregamento por ele adiantado a José Joaquim da Silva Braga, seu agente em Luanda, que faleceu devendo-lhe 7:262\$920 réis em têxteis. Eram ainda credores os comerciantes cariocas Francisco José Pereira Penna (de seu irmão João Antônio Pereira Penna, agente em Luanda em 1820), Domingos José Ferreira Dias Braga (a quem, em 1813, o comerciante Francisco Marques Monteiro, de Benguela, devia 42:322\$819 réis), Joaquim José da Rocha, José Luiz Alves, José

de Souza Reis e João de Souza (todos eles credores, em 1811, do falido Antônio Carvalho Ribeiro, comerciante de grosso trato de Benguela, da quantia de 19:807\$970 réis).

A correspondência mantida entre negociantes cariocas e angolanos de 1818 a 1823 também atesta ter sido o adiantamento de mercadorias o instrumento básico de subordinação dos traficantes africanos aos do Rio de Janeiro. Em carta do Rio a Antônio Alves da Silva, seu comissário em Luanda, Antônio José Bondozo afirmava conclusivo que

V.M. verá o nosso modo de pensar, e que não queremos saber de dívidas, mas sim de efeitos.²¹

Mais adiante, acerca das negociações que deveriam ser levadas a cabo com a carga remetida a Luanda, dizia:

Sendo preciso pôr em execução alguns meios judiciais [para receber de possíveis devedores] V.M. o fará, pois que pela presente procuração o pode fazer, ficando sempre na inteligência que o saldo [a favor de Bondozo] de nossa conta são 2:279\$712, e novamente recomendamos a V.M. a brevidade de nossa remessa.²²

Outra grande remessa era a de José Francisco da Silva, que afirmava ter enviado a seu correspondente na África duzentas peças de ouro no valor de 1:408\$000 réis, visando à compra de “escravos novos, que sejam bons”. Por outro lado, escrevendo a Antônio Alves da Silva, o grande traficante Manoel Gonçalves de Carvalho

²¹ARQUIVO NACIONAL. *Carta de Antônio José Bondozo a Antônio Alves da Silva, de 16.04.1821*. Junta do Comércio, cx. 398, pacote 1.

²²Idem, *Ibidem*.

expressava o grau de dependência do comerciante angolano pelo tom autoritário que imprimia às suas ordens. De início, o volume da remessa a ser trocada por escravos era enorme: 30 fardos de fazendas e 20 barris de molhados. Trata-se, segundo Carvalho, de

... muito bons gêneros para o país [Angola], por se terem pedido para esta onde a qualidade é escassa.²³

Mandava ter cuidado com as vendas fiadas:

(...) o prazo deve ter cuidado a quem fia, pois do contrário se expõe a perder o principal e lucro, e neste caso ter-se-á, como disse, cuidado.²⁴

Exigia, ademais, que se necessário se pedisse emprestado, e só em última instância se vendesse o produto remetido para cobrir despesas. Em caso de se fazer

a venda justa, fará remessa do líquido para este, empregado em escravos novos que sejam bons, ainda que custem alguma meia dobra (...) vendendo como puder e o que for apurado irá remetendo.²⁵

Terminadas as transações em Luanda,

retire-se para esta [o Rio de Janeiro] ou siga em navio para Cabinda.²⁶

²³Idem. *Carta de Manoel Gonçalves de Carvalho a Antônio Alves da Silva, de 07.10.1819*. Junta do Comércio, cx. 398, pacote 1.

²⁴Idem, *ibidem*.

²⁵Idem, *ibidem*.

²⁶Idem, *ibidem*.

O tom autoritário do discurso se acentuava ainda mais em carta enviada seis meses depois. Carvalho afirmava ter recebido notícias de que seriam necessários mais 30\$000 réis para a conclusão dos negócios em Luanda. Depois de discutir o fundamento da novidade, arrematava contundentemente: "seja como for, sou eu quem paga". Adiante, após reafirmar a presença de têxteis indianos em sua remessa, e que já tinha os gêneros pedidos, originários de Malabar, reclamava da demora de seu navio *Patrocínio*, e concluía ameaçador:

(...) a continuar a desordem [o atraso na remessa de cativos], pretendo navegá-la [a nau] para este [o porto do Rio de Janeiro].²⁷

Mais um tipo de fonte revela a hegemonia dos traficantes cariocas mediante o adiantamento de bens. Trata-se das contas correntes entre traficantes estabelecidos no Rio e seus pares da área congo-angolana. A bem da verdade, a própria existência de contas correntes é, por si só, suficiente para caracterizar um mercado estruturalmente restrito, no qual as relações entre os agentes econômicos eram estreitas e personalizadas, com a competição desempenhando um papel menor. Como se não bastasse, o conteúdo das contas correntes do tráfico permite observar por períodos mais longos a estreita dependência dos comerciantes africanos e seus móveis.

Tomemos o caso do processo que, em 1809, foi aberto por Micaela Joaquina Nobre, do Rio de Janeiro, contra o testamenteiro dos bens do capitão-mor João Luciano dos Santos, Antônio Lopes

²⁷Idem. *Carta de Manoel Gonçalves de Carvalho a Antônio Alves da Silva, de 10.04.1820*. Junta do Comércio, cx. 398, pacote 1.

Anjo, residente em Benguela. Ali se mostra que Micaela se tornou testamenteira de seu falecido marido, o capitão Manoel Gonçalves Moledo, além de tutora dos filhos menores. Moledo era um dos comerciantes “de maior consideração” da praça do Rio, pois negociava com “fundo avultado”, tanto naquela cidade como fora dela, incluindo-se o giro mercantil de fazendas para a África e de escravos de lá para o porto carioca. Seu principal ponto de apoio no continente negro era a cidade de Benguela, onde mantinha relações de associação com Ignácio Correia Picanço. Com a morte deste, Moledo associou-se ao comerciante e capitão-mor João Luciano dos Santos, também de Benguela, designado testamenteiro de Picanço.

Desde o falecimento de Moledo, Micaela assumira a administração de sua casa de comércio, conclamando João Luciano a prestar contas do estado dos negócios entre os dois. A comparação entre as contas apresentadas por João Luciano e os documentos do falecido marido permitiu a Micaela concluir haver substanciais diferenças, com sensível prejuízo para si, avaliado em quase 30 contos de réis. Com a morte de João Luciano e a nomeação de Antônio Lopes Anjo, também de Benguela, como seu testamenteiro, Micaela passou a temer mais ainda pelos seus fundos. Deu entrada em processo na Junta do Comércio, solicitando o seqüestro dos bens tanto de Picanço quanto de João Luciano, até a liquidação dos débitos.

A sociedade estava estabelecida em 1/3 para o sócio angolano, com os 2/3 restantes em mãos de Moledo. Em 1804, ano em que, ao que parece, faleceu Picanço, o saldo a favor de Moledo chegava a 27:492\$869 réis. Nesse mesmo ano, aparentemente em sociedade com João Luciano, os livros contábeis assinalam três remessas de escravos de Benguela para o Rio, envolvendo 140 cativos pela corveta *Levante*, e que redundavam em dívidas de Moledo para com o sócio angolano no valor de 7:725\$631 réis. Deste total, Moledo abateu, ainda em 1804,

458\$617 réis, enviando para Benguela seis pipas de aguardente, além de 4:218\$523 réis que remeteu em outros bens de escambo (sobretudo têxteis) e eventuais pagamentos a terceiros. Do lado africano, ao recebimento das mercadorias sucedia o envio de cativos, além de despesas menores (cf. Tabela 11).

TABELA 11: Conta corrente entre Micaela Joaquina Nobre e João Luciano dos Santos, 1804-08, em Reais

Haver		Dever	
1804			
Saldo	27:492\$869		
Aguardente	458\$617		
Dinheiro	4:218\$523	Escravos	7:725\$631
1805			
Despesa de custeio de viagem	5:175\$287		
Aguardente	251\$277		
Fazendas	7:831\$103	Outros	66\$590
Prêmio (30%)	2:349\$330	Escravos	13:050\$388
Pagtos. de letras	5:039\$195	Pagtos. de terceiros	4:228\$813
Outros	1:600\$000		
1806			
Despesa de custeio de viagem	5:717\$557	Outros	4:311\$850
		Escravos	8:441\$092
1807			
Fazendas de Lisboa	8:830\$155	Pagtos. de Terceiros	2:192\$880
Despesa de custeio de viagem	4:518\$295	Despesa do Regresso de Navio ao Rio	1:803\$538
1808			
		Escravos	3:592\$000
		Outros	27\$920
	75:285\$746		45:440\$702

FONTE: ARQUIVO NACIONAL. *Processo de seqüestro de bens de Micaela Joaquina Nobre contra o testamenteiro dos bens de João Luciano Moura, Antônio Lopes Anjo*. Junta do Comércio, caixa 361, pacote 3.

A reiteração desse padrão ao longo do tempo enredava o sócio angolano em uma sempre crescente cadeia de dívidas, cujo valor era substancialmente alto para a primeira década do século XIX. O resultado lógico, aqui, era a insolvência do devedor, solicitada no momento em que o credor desejasse. Pena que o processo em questão não apresente a sentença final que provavelmente se deu a favor de Micaela.

Na prática, encontramos outro efeito desse mecanismo de adiantamentos/endividamentos. Se recordarmos que o padrão de dependência observado nas relações entre o comerciante africano urbano e o traficante carioca estava presente nas relações daquele com os *pumbeiros*, teremos mais uma prova da existência de uma cadeia de endividamentos que unia o Brasil ao interior africano. Ou seja, partindo de um núcleo original (o traficante do porto carioca), a corrente se estendia aos mercados regionais de cativos no coração da África. É o que se observa no processo por dívidas aberto em 1812 por Bernardo Lourenço Vianna contra seu devedor angolano, Antônio Rodrigues de Moura. Nele, em virtude da sentença favorável a Vianna, a Moura nada restou senão lamentar a falta de atenção de Vianna “às precisas e atuais circunstâncias e da numerosa família que tem [Moura] de mulher e cinco filhos”, e passar à penhora de seus bens, mas também à execução dos devedores que Moura possuía na região angolana.

Se bem que Moura devesse a Vianna cerca de 20 mil cruzados, ele mesmo era credor de 42 pessoas na cidade de Luanda (num total de quase 21 contos de réis), dois do distrito de Encoje (40\$550 réis), cinco no distrito de Dande (256\$015 réis), 29 no distrito de Gollongo (26:334\$601 réis), quatro no presídio de Muxima (3:893\$036 réis), cinco no presídio de Massangano (420\$601 réis), 11 no presídio de Pungo (3:598\$303 réis), 38

em Ambaca e demais sertões (42:710\$234 réis), dois em Benguela (8:023\$000 réis), além de dois devedores de 41\$100 réis dos quais não se sabia o paradeiro. Havia ainda execuções em andamento em Angola, contra 21 indivíduos que deviam a Moura um total de 21:282\$842 réis. Temos, pois, uma cadeia da qual participavam nada menos que 161 agentes além de Vianna e Moura, e que movimentava algo em torno de cem contos de réis.

Não se sabe se o príncipe regente atendeu às súplicas de Moura, no sentido de, seguindo a lei vigente, sustar a arrematação de seus bens por um período de cinco anos, prazo no qual o devedor poderia tentar saldar seus débitos. Sabe-se apenas que, se ele executou seus credores angolanos, cujas dívidas eram, de resto, mais do que suficientes para ele quitar a sua para com Vianna, detonou uma quebra em série: eis aqui um dos possíveis efeitos, o mais desastroso para a economia, de um mecanismo montado sobre a figura do adiantamento/endividamento.

A própria legislação comercial coeva previa o perigo das quebras em série, reconhecendo, indiretamente, a extensão e o peso do mecanismo do endividamento na economia não-capitalista do Império luso. Por isso havia instrumentos dos quais podiam lançar mão os credores, sempre que fossem reconhecidos pelos pares como homens de recursos e boa-fé e, portanto, merecedores de confiança. Foi buscando aproveitar essa brecha que Antônio Rodrigues de Moura fez a sua solicitação. Alertando para o vulto de seu giro e para sua condição de grande contribuinte, provava ele ter atuado em Angola por mais de vinte anos (entre 1788 e 1809), quando enviara para o Brasil 4.481 escravos adultos, nove crias de pé e 184 de peito. Tais remessas renderam à Real Fazenda 39:023\$850 réis em direitos, e 1:345\$650

réis em subsídios. Segundo ele, sua “notória honra e boa-fé” podiam ser provadas pelo fato de “não ter outro algum credor” além de Vianna, e pelo seu desempenho enquanto súdito de Sua Majestade, tendo exercido

as obrigações militares do seu posto de Sargento-Mor das ordenanças, agindo como um fiel e patriótico cidadão, contribuindo voluntariamente com a importância de 320\$000 réis de donativo gratuito para a Real Fazenda.²⁸

*

Tentemos concluir. À indagação que abriu este item, a massa documental manejada aponta para o endividamento enquanto suporte do funcionamento do mercado colonial — o que a ninguém deve estranhar, tendo em conta analisarmos uma economia arcaica. Nela, a liquidez se encontrava concentrada nas mãos do topo de uma hierarquia extremamente diferenciada. Por outro lado, deve-se lembrar que essa capacidade de financiamento era reforçada pela natureza estruturalmente extrovertida da economia, na qual os produtos de maior valor eram controlados por um pequeno grupo de comerciantes residentes. Esse quadro ensejava a emergência de um mercado verdadeiramente cativo, i.e., marcado por práticas monopolistas, consubstanciadas no controle sobre o crédito.

Por se tratar de uma economia não-capitalista e mercantil, na qual a própria mão-de-obra era mercadoria, as práticas monopolistas possibilitavam aos negociantes cariocas de grosso trato controlar os mecanismos de reprodução econômica. O que,

²⁸Idem. Processo na Junta do Comércio, cx. 377, pacote 1.

aliás, lhes permitia controlar a liquidez em um nível que extrapolava as fronteiras coloniais brasileiras, alcançando os sertões africanos e os portos asiáticos. Por meio desse mecanismo, eles se integravam de modo privilegiado à economia imperial portuguesa, com o que seu papel ultrapassava a atuação na esfera da importação/exportação de bens, assumindo feições mais orgânicas relativas ao haver e dever. O que estava em jogo aqui era a estruturação de uma verdadeira conta corrente atlântica, que, tendo o capital mercantil carioca por eixo, agregava as diversas formações econômicas extracontinentais.

Os 15 negociantes e casas mercantis discriminados na Tabela 10 aparecem em 35 dos 56 processos de falências e de administração de bens de ausentes arrolados entre 1808 e 1822 — i.e., em 2/3 da documentação. Somente as empresas das famílias Gomes Barrozo e Carneiro Leão surgem em 19 processos, o que significa que aparecem em um entre cada três autos. Tais números são mais bem compreendidos quando da lembrança de que essas duas empresas estavam entre as dez maiores firmas envolvidas com o comércio com Portugal e entre os dez maiores consignatários de açúcar e aguardente; eram, ademais, acionistas majoritários de seguradoras, do Banco do Brasil (do qual Antônio Gomes Barrozo era o segundo maior acionista, superado apenas pela Coroa), além do fato de que os Gomes Barrozo estavam entre os quatro maiores traficantes de africanos de 1811 a 1830, e entre os dez maiores consignatários de charque e trigo.

Poderosa, essa elite era absolutamente ciente de seu papel, reconhecido até mesmo pelo Estado português. Não foi gratuito que, em fins do século XVIII, a ela apelasse o vice-rei, conde de Rezende, para a constituição de um fundo que, associado à Coroa, viesse custear o comércio e a agricultura do Sul-Sudeste. Menos gratuita ainda foi a resposta dessa elite, que recusou a

proposta real argumentando que assim procedia por já custear as atividades econômicas daquelas regiões:

(...) parece que fica sendo inútil a sociedade pretendida, visto que sem ela se consegue o seu fim.²⁹

Entre os que firmavam a resposta estavam Braz Carneiro Leão, João e Antônio Gomes Barrozo, Manoel Caetano Pinto e a família Velho da Silva.³⁰

Atente-se ainda para o fato de que os comerciantes de grosso trato do Rio de Janeiro eram simultaneamente *negociantes imperiais*. Como foi por diversas vezes observado, eles mantinham negócios em diferentes partes do Império — Amaro Velho da Silva, por exemplo, morreu em 1811 deixando, além de galeras, imóveis e dívidas a receber, 34 contos em “transações da Índia”. Logo, falar de circuitos comerciais que atravessavam o Império significa trazer à tona redes de reciprocidade e a formação de clientela que cruzaram e uniram as diferentes searas do vasto Império português. Era extremamente difícil para uma casa comercial colonial manter uma rede de comércio que envolvesse regiões distantes sem o recurso a relações de reciprocidade, as quais incluíam parentes e que podiam chegar a casamentos entre famílias de sócios.

Famílias como os Velho, os Carneiro Leão e os Pereira de Almeida mantinham irmãos, primos e genros em diversas cidades da Europa. Por isso é que se deve atentar para o fato de que essas relações também criaram as condições necessárias para a

²⁹Idem. *Carta do conde de Rezende a D. Rodrigo de Souza Coutinho*, de 30.09.1799. Correspondência do Vice-Reinado, Códice 68, vol. 15, fls. 330-332.

³⁰Cf. Tabela 10.

transformação dos grandes comerciantes do Rio na elite colonial — i.e., viabilizaram acumulações endógenas à Colônia. Não é gratuito que, por ocasião da Independência (1822), várias dessas famílias continuaram no Brasil, ajudaram no custeio do novo Estado e transformaram-se na primeira nobreza brasileira.³¹

³¹Cf. SOUZA, Iara L. Carvalho. *Pátria coroada*, São Paulo, Ed. da Unesp, 1999, em especial, pp. 47 e 91.

CAPÍTULO V O arcaísmo como projeto

O PRIMUM MOBILE DA ESCRAVIDÃO

Quando passamos em revista alguns dos principais modelos explicativos da economia colonial, detectamos neles um sentido quase transcendente: a estrutura produtiva colonial ter-se-ia criado para transferir excedentes para a Europa, para o que a associaria organicamente a grande propriedade fundiária monocultora e o trabalho escravo.

Um dado, porém, parece ter escapado a nossos clássicos: a consecução desse objetivo implicava a emergência de um sistema cujo funcionamento se identificava com a reiteração temporal de uma hierarquia a um só tempo diferenciada e excludente. Isso pouco significaria se recordássemos que na Jamaica, para darmos apenas um caso, a montagem e o funcionamento do escravismo exportador também fundaram uma sociedade profundamente desigual. Mas as diferenças começam a surgir quando recordamos que os projetos colonizadores que redundaram no Brasil e na Jamaica foram levados a cabo por metrópoles cujas naturezas eram radicalmente distintas. A Inglaterra que se assenhoreou da ilha caribenha havia muito promovido sua Reforma Anglicana, expropriado as terras da Igreja e iniciado os *enclosures*. Seu meio rural, cenário privilegiado das antigas relações sociais predomi-

nantes, via-se mais e mais mercantilizado, redimensionando as relações de força e propiciando a emergência e/ou redefinição de frações sociais como a *Gentry* e a *Yeomen*. Simultaneamente, observava-se o envolvimento cada vez maior da economia inglesa com o mercado internacional, de início por meio da lã e depois pela produção de outras manufaturas. Como resultado, o capital mercantil crescia.

Todo esse conjunto de transformações levaria às revoluções do século XVII, culminando na redefinição do papel do próprio Estado, o qual, ao contrário de tentar preservar a velha ordem, buscava incrementar o novo. Em meio a semelhante panorama deu-se a instalação da agroexportação escravista no Caribe britânico. Em outras palavras, para a Inglaterra a colonização das Antilhas e a criação, ali, de uma estrutura assentada na radical exclusão social assumia feições de mais um dos vários instrumentos de transformação da própria sociedade inglesa. Não surpreende, pois, que, neste caso, a reprodução da mão-de-obra pelo tráfico — imprescindível à expansão da *plantation* — fosse viabilizada e permanecesse controlada pelo capital mercantil metropolitano.

O panorama português era totalmente distinto. Para Portugal, a colonização e a montagem de estruturas hierarquizadas e excludentes no Ultramar servia ao claro propósito de preservar a antiga ordem metropolitana. Logo, a colonização lusa não deveria ter por consequência o fortalecimento de novos grupos e frações sociais fora do controle das forças características do Antigo Regime. O Estado português, ao contrário de seu homólogo inglês, esteve antes preocupado com a manutenção da sociedade estamental do que com a sua superação. Se a sociedade lusitana da época moderna era arcaica, isto se deveu à implemen-

tação de um projeto claramente assumido, à testa do qual esteve a aristocracia e seus sócios aristocratizantes (os mercadores-fidalgos).

A articulação entre a economia colonial e o projeto arcaico metropolitano centrou-se na contínua transferência do excedente gerado no Ultramar. Tal movimento tinha como campos privilegiados o comércio exterior (sobretudo a reexportação dos produtos coloniais no mercado europeu) e a captação de impostos. Contudo, se nos detivermos no funcionamento do Pacto Colonial, observaremos que a própria natureza do projeto arcaizante lusitano não apenas impedia a constituição de um sólido capital mercantil (e, portanto, de fortes e duradouras companhias monopolistas), como também abria espaço para a concorrência intracomerciantes metropolitanos. Propiciava, além disso, a possibilidade de gestação e afirmação de poderosas comunidades mercantis nos trópicos, o que, de uma forma ou de outra, contribuía para a consecução do projeto arcaico metropolitano — i. e., a apropriação do *resultado final* do funcionamento da economia colonial, sem o fortalecimento de setores burgueses metropolitanos que pudessem ameaçar a manutenção da velha ordem.

Ora, a ausência de um capital comercial lusitano capaz de organizar a produção colonial poderia explicar a possibilidade de emergirem fortes setores mercantis na Colônia — mas não a concretização de semelhante fenômeno. Para entender este último movimento faz-se necessário apreender as articulações internas da estrutura colonial, na qual o papel do mosaico de produções não-capitalistas era decisivo. Sabendo-se que essas produções se moviam em meio a um mercado caracterizado por uma frágil divisão social do trabalho — e, portanto, por uma

precária liquidez —, torna-se fácil detectar os móveis da hegemonia do capital mercantil residente. Em suma, a própria estrutura montada pela colonização ensejava o aparecimento de elementos que ocupavam a brecha gerada pelos conservadores objetivos metropolitanos.

Aprofundando a análise a partir desse ponto de vista, é forçoso assumir estarmos diante de uma estrutura cuja dinâmica se traduzia na constante incorporação de fatores elásticos e de baixo custo: terras, alimentos e mão-de-obra. Daí derivavam algumas conseqüências. A primeira refere-se à possibilidade que essa estrutura tinha de, com determinados limites, resistir às diversas conjunturas do mercado internacional — ou seja, de apresentar uma autonomia relativa. Ora, se estamos tratando de uma economia que, ainda quando colonial e tardia, possuía certa independência em face das determinações exteriores, caberia indagar sobre qual seria o seu sentido maior, isto é, sobre o fim último de sua reprodução temporal.

Começamos a responder a tal indagação quando constatamos que essa mesma estrutura ensejava o aparecimento de uma diferenciação excludente que, ao perpetuar-se no tempo, assumia características estruturais. De fato, os estabelecimentos rurais, ao não demandarem altos investimentos iniciais, podiam ver-se expropriados de parcela expressiva de seu excedente pelo capital mercantil e usurário, sem que disso derivasse o seu desaparecimento. Estava dada, desse modo, a precondição para, sem maiores riscos, configurar-se uma hierarquia econômico-social cuja base se identificava com os agentes ligados à terra, e o topo com aqueles vinculados às atividades mercantis e prestamistas.

A natureza estrutural desse tipo de hierarquia se esclarece ainda mais quando se atenta para a permanência temporal de mecanismos internos que perpetuavam a diferenciação indicada, mecanismos estes caudatários dos próprios traços definidores da estrutura produtiva em questão. O acesso a terras e a homens permitia ao homem livre pobre tornar-se lavrador, com o que se detecta ter existido algum grau de mobilidade intrínseca à economia colonial. Entretanto, desde a montagem de sua empresa o lavrador via-se expropriado de parte da produção social. Isto impossibilitava acumular uma escala de riqueza que o alçasse a um patamar mais elevado na hierarquia de fortunas. Portanto, a ele estava vedado o acesso às atividades mais lucrativas — as de natureza mercantil, sobretudo as vinculadas ao comércio exterior —, as quais, desse modo, se erigiam em atividades exclusivas dos agentes detentores de liquidez.

Desse modo, a possibilidade de ascensão social e econômica antes detectada transformava-se em um sólido e eficaz mecanismo de exclusão. A mobilidade existia, enfim, enquanto movimento viabilizador da inserção dos agentes no processo produtivo *stricto sensu*. Uma vez concretizado tal, reproduzia-se a diferenciação excludente.

O IDEAL ARISTOCRÁTICO DA ELITE MERCANTIL E A FORMAÇÃO DA ARISTOCRACIA NOS TRÓPICOS

O cenário até aqui montado indica não apenas a existência de um capital mercantil hegemônico, mas também a de mecanismos que garantiam a perpetuação dessa hegemonia. Cabe indagar sobre as implicações socioeconômicas de semelhante preeminência.

nantes, via-
relações de
frações soc
observava-
sa com o m
pela produ
mercantil c

Todo e
do século
prio Estad
ordem, bu
panorama
Caribe bri
zação das
na radical
instrumen
Não surpi
de-obra p
— fosse vi
cantil met

O pan
gal, a colc
excludent
a antiga c
deveria te
e frações
Antigo Re
logo inglê
cidade e
lusitana d

Sabe-se que, por si mesma, uma economia marcada pela hegemonia do capital mercantil esteriliza enorme parcela do excedente produzido:

O capital mercantil, quando domina, estabelece por toda parte um sistema de pilhagens, e seu desenvolvimento entre os povos comerciais, dos tempos antigos e dos modernos, está diretamente ligado à rapina e pirataria, ao roubo de escravos e à subjugação (nas colônias).¹

Em nosso caso, a hegemonia mercantil implicaria uma constante incorporação não capitalista de fatores produtivos caracterizados por baixos custos. Igualmente, tal hegemonia redundaria na contínua expropriação de excedentes, ensejando o aparecimento de uma sociedade profundamente diferenciada. Contudo, as fontes mostram outro traço, aparentemente paradoxal, já que de certo modo nega tanto a lógica empresarial quanto a própria permanência dos grandes comerciantes na esfera da economia mercantil. Referimo-nos ao expressivo número de grandes empresas comerciais cuja existência se restringia a, no máximo, duas gerações. Tudo indica que, depois de vinte ou trinta anos de funcionamento contínuo, seus responsáveis acabavam por abandonar os misteres mercantis, transformando-se especialmente em rentistas urbanos e/ou senhores de terras e de homens.

É o que se nota pelo destino dado a parte da acumulação mercantil (i.e., a parcelas importantes do excedente colonial) e nos inícios do século XIX. Entre 1800 e 1810, os registros do Tabelião do Ofício de Notas do Arquivo Nacional indicam a profissão dos compradores de bens imobiliários urbanos. Dos 19

¹MARX, op. cit., p. 320.

alquientes, noventa eram comerciantes, responsáveis por 2/3 dos valores transacionados em prédios — dado que atesta claramente o predomínio do capital mercantil nesse tipo de aplicação. Por outro lado, ao longo do mesmo intervalo, os quatro cartórios da cidade do Rio de Janeiro registram a venda de 747 prédios urbanos que, agregados, somavam 823:993\$205 réis. Destes, 45% foram adquiridos por pessoas que por mais de uma vez apareciam comprando esse tipo de bem, as quais correspondiam a 22% dos compradores, movimentando cerca de 2/5 dos valores imobiliários transacionados. Dados desse tipo indicam estarmos diante de um grupo relativamente pequeno de rentistas e, por conseguinte, diante de um alto desvio de investimentos da produção para um setor que não multiplicava a riqueza — pelo contrário, esterilizava-a.

Se a estes valores agregarmos os de outro grande símbolo de riqueza (as chácaras urbanas), teremos que, entre 1800 e 1810, pelo menos 13% (502:917\$669 réis) de todos os valores transacionados que foram registrados em cartório eram retirados do circuito produtivo e esterilizados em prol de frações sociais que viviam à margem não apenas da produção, mas também do próprio comércio. Lembre-se de que o montante dessa esterilização equivalia a 45% do valor de todo o açúcar branco exportado através do porto do Rio de Janeiro em 1805 — um dos produtos de maior cotação do produto no mercado internacional no início do século XIX. Tal dado remete ao custo, para a sociedade, da constituição do grupo rentista.

Tomando por base as listas de comerciantes estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro na virada do Setecentos para o Oitocentos, localizaram-se no acervo do Arquivo Nacional 25 inventários *post-mortem* cujas fortunas eram sempre superiores a 50 contos de réis — cifra que garantia acesso absoluto às maiores

fortunas da época. Desse total, 12 faleceram na condição de comerciantes, nove haviam se transformado em rentistas urbanos e quatro em fazendeiros. Dos 12 que continuaram ligados ao comércio, sete tinham a aquisição de prédios como a segunda maior rubrica de suas fortunas.

Se nos ativermos agora à elite mercantil propriamente dita, observaremos que essa reconversão era ainda mais significativa. Dos nomes listados na Tabela 10, que reúne os 15 mais importantes negociantes e famílias ligados ao comércio de longo curso, localizou-se, por meio de inventários, o destino dado à riqueza de nove deles (João Gomes Barrozo, Carneiro Leão, Velho da Silva, Pereira Penna, Pereira Mesquita, Manoel Joaquim Ribeiro, Francisco José Guimarães, Manoel Caetano Pinto e Joaquim José da Rocha). Por ocasião do falecimento, apenas João Gomes Barrozo e Manoel Joaquim Ribeiro mantinham-se na condição de comerciantes, com os demais transformados em rentistas urbanos e/ou senhores de engenhos. Observe-se a especificidade do caso de Gomes Barrozo, cujos filhos acabaram por se tornar rentistas.

Não é difícil demonstrar que essa reconversão implicava perdas substanciais, sobretudo quando lembramos que a mudança não representava o abandono de espaços mercantis comuns, mas sim a saída de setores nevrálgicos e altamente monopolizados. Tratava-se, enfim, de abandonar ramos cuja rentabilidade era das mais expressivas entre os negócios coloniais, como por exemplo o tráfico de africanos, o comércio de açúcar e as companhias de seguros.

Tomando por base a comparação entre o comércio negreiro, por um lado, e as fazendas de açúcar e aluguéis urbanos, pelo outro, constata-se que o retorno líquido de uma *plantation* podia chegar a um máximo de 12% ao ano, girando em média entre

5% e 10%. Os aluguéis urbanos, por sua vez, analisados pelas prestações de contas em inventários *post-mortem* das décadas de 1810 e 1820, podiam alcançar 10% anuais sobre o capital investido (descontada a manutenção dos prédios). O tráfico de africanos, por sua vez, alcançava na década de 1810 uma lucratividade média de 19% por expedição. Cabe lembrar que essas diferenças relativas se tornam mais expressivas quando consideradas em termos absolutos. Assim, enquanto o retorno de um engenho real com cerca de sessenta escravos podia chegar, em bons anos da década de 1800, a dois contos de réis, o de uma única expedição negreira, em 1812, podia alcançar pouco mais de sete contos de réis.

O que estaria por trás de um movimento de reconversão em si mesmo tão estranho?

Por certo poder-se-ia argumentar que a transformação do grande comerciante de longo curso em fazendeiro se explicaria em função da busca de maior estabilidade por parte da fortuna comercial já constituída. Para tanto, abandonar-se-ia uma atividade demasiadamente caudatária das violentas flutuações do mercado internacional em prol de um tipo de empresa vinculada essencialmente à terra. Contudo, para o caso brasileiro, essa possibilidade deveria ser matizada. Isso porque, ainda quando tal reconversão pudesse significar o aparecimento de mais um grande plantador, a vinculação deste ao mercado exterior permaneceria, tendo em vista a natureza agroexportadora da *plantation*. Em suma, o risco de quebra, mesmo quando minorado, persistiria.

Na verdade, muito mais do que a busca de segurança, a transformação do grande comerciante em rentista urbano e/ou senhor de homens e terras denotava a presença de um forte ideal aristocratizante, identificado ao controle de homens e à afirma-

ção de certa distância em face do mundo do trabalho. Nada mais natural, em se tratando de uma elite mercantil forjada em meio a um sistema no qual a realização da produção escravista pressupunha a contínua reiteração da hierarquização e exclusão dos outros agentes sociais. Tratava-se, enfim, de uma estrutura cujo funcionamento tinha por precondição a constituição de relações de *poder*.

É óbvio que esse quadro geral engloba a própria herança aristocratizante ibérica, ainda mais forte quando recordamos que, embora construísssem suas fortunas no Brasil, grande parte dessa elite era formada por imigrantes portugueses desembarcados na segunda metade do século XVIII. Na verdade, a busca da aristocratização por parte de membros dos altos estratos das comunidades mercantis não é de modo algum estranha à tradição da Europa do Antigo Regime. Exemplos desse tipo podem ser facilmente detectados não apenas nas sociedades ibéricas, mas também na França, Itália e Alemanha, como demonstram os estudos de Goubert, Romano e Braudel.² Com uma diferença em relação ao caso brasileiro: enquanto na Europa a aristocracia e a sociedade hierarquizada que ela dominava precederam historicamente o grande capital mercantil moderno, no Brasil, em função da inexistência pretérita de uma nobreza, isso não ocorria. Nesse sentido, a transformação de grandes negociantes em rentistas e senhores rurais contribuiu significativamente para a montagem e a perpetuação da aristocracia imperial. Na verdade, não se tratava de algo novo pois, analisando a primeira

²BRAUDEL, *Civilização...*, op. cit.; ROMANO, R. "La storia economica dal secolo al Settecento", in: *Storia d'Italia*, vol. 2, pp. 1.813-1.931 citado por SEIBT, F. & EBERHARD, W. (orgs.), *Europa 1400*. Barcelona, Critica, 1992, p. 199.; GOUBERT, P. *Cent mille provinciaux au XVII siècle — beauvais et le beauvaisis de 1600 a 1730*. Paris, Flammarion, 1968.

geração de senhores de engenho baianos, em 1580, Schwartz mostra que ao lado de fidalgos ou detentores de altos cargos no Estado, havia pelo menos 1/3 de agentes provenientes de profissões mercantis.

Estamos diante de um movimento radicalmente distinto do ocorrido na Europa, pois aqui o capital mercantil contribuía de forma decisiva para a formação e contínua reiteração de uma hierarquia rural cujo aristocrático topo era constituído por senhores de homens e de terras. É o que se nota quando se trabalha com o mercado rural por meio dos Offícios de Notas do Rio de Janeiro. Nele se verifica que, exacerbando a tendência verificada no meio urbano, o grau de diferenciação entre os valores das propriedades rurais negociadas era extremamente alto. Nos anos de 1800 a 1810, por exemplo, 1/3 dos valores negociados estava em mãos de apenas 5% dos compradores. Estes números se referem a negócios com fazendas de mais de cinquenta escravos e 300 alqueires, cujos valores ultrapassassem dez contos de réis (quantia acessível a menos de 1/5 da população presente em inventários da primeira década do século). Daí eles dizerem respeito à montagem de unidades agrícolas pertencentes aos médios e altos estratos da hierarquia rural. Ainda para o período considerado, pelo menos 1/3 dos compradores desse tipo de unidade era comerciante.

*

Acompanhar a trajetória dos componentes da elite mercantil permitiu-nos não apenas identificar a estratégia de determinada fração social, mas também rastrear a própria lógica reprodutiva da sociedade. Isso foi possível na medida em que parte expressiva do excedente econômico se traduzia de imediato em acumulação

mercantil, pelo que o destino dado a essa acumulação nos informa sobre os mecanismos gerais de reprodução da economia.

Se partirmos desse pressuposto geral, acabaremos por concluir não haver contradições maiores entre a hegemonia do capital mercantil (sobretudo no que se refere ao seu parasitismo) e o funcionamento de uma economia agrária de base escravista. Em primeiro lugar, porque a própria existência de uma esfera mercantil hegemônica acabava por reforçar o caráter não capitalista do processo produtivo, além de cercear a opção de mobilidade econômica dos lavradores. Mas a organicidade entre certo tipo de acumulação mercantil e a economia em questão não se esgotava aí, pois grandes frações mercantis, ao constituírem grupos rentistas urbanos, convertiam-se em parcelas do topo da hierarquia. Reforçava-se, desse modo, a natureza excludente da sociedade, dado que se cristalizavam grupos à margem do mundo do trabalho. Por outro lado, caso consideremos que parte do excedente agrícola já havia sido esterilizada (pois fora apropriada pelos comerciantes), a transformação de parcela da elite mercantil em senhores de homens e de terras significará o retorno dessa parte expropriada e, pois, a própria viabilização da hierarquia social. Com esse movimento se completa a reprodução integral da economia e sociedade tratadas, demonstrando-se, ademais, que a estratégia do capital mercantil se subordinava — em um nível muito amplo — à reiteração da estrutura agrária escravista.

Levando-se o raciocínio adiante, e lembrando a posição privilegiada do capital mercantil carioca no mercado atlântico português, observa-se que a contínua recriação dessa estrutura agrária escravista envolvia a própria reprodução de outras formações não-capitalistas. É o caso daquelas que, na África, tinham no tráfico de almas o mais importante eixo de diferenciação social. E também de Portugal, que se apropriava das rendas de-

rivadas dos negócios ultramarinos. Logo, ainda quando seja correto apontar para a cada vez mais intrincada vinculação da economia colonial a um mercado exterior de feições mais e mais capitalistas, seu pano de fundo viabilizador era constituído pela contínua exacerbação de uma natureza arcaizante.

UMA SOCIEDADE HISTORICAMENTE SOLIDÁRIA COM A EXCLUSÃO

A cultura política das elites brasileiras contemporâneas as tem permitido transformar o sono sobre um barril de pólvora em repouso em berço esplêndido. Afinal, por séculos a fio elas não apenas conviveram como se reproduziram *mediante* a exclusão social, afirmação amplamente comprovada pelo fato de ter sido a escravidão (de indígenas e dos africanos e seus descendentes) o tipo de sociedade mais estável já conhecido no Brasil. Isso significa que, do ponto de vista sociológico, nossas elites acostumaram-se à contínua reiteração da diferença socioeconômica entre elas e todos os outros homens livres a partir da renda expropriada ao trabalhador escravo.³

Os dados que temos apresentado demonstram a permanência estrutural da desigualdade na distribuição de renda entre os séculos XVIII e XX. Concentração e diferenciação parecem, portanto, imunes às distintas conjunturas econômicas, tanto aquelas próprias da escravidão quanto as do capitalismo deste final do milênio: é este o mais forte ponto de contato entre a elite contemporânea e as elites de outras épocas. Porém, não se trata apenas da persistência da desigualdade, mas sim de determinado *tipo* de desigualdade, em que a riqueza se concentra de tal modo a não ensejar sequer a existência de grupos intermedi-

³FINLEY, op. cit., pp. 84-85

ários de peso. Eis um perfil a sugerir a permanência de certo padrão de acumulação de riquezas, o qual, tal como uma bactéria absolutamente infensa a antídotos, conseguiu ultrapassar a escravidão e adaptar-se ao nosso capitalismo tupiniquim.

Trata-se de um padrão que não se restringe ou se esgota no mercado, pois tem na cultura — especialmente na cultura política — um momento fundamental. Nesse sentido, é possível que dois elementos tenham contribuído desde sempre para o verdadeiro êxito histórico desse padrão excludente. No campo da cultura política, observou-se no início deste livro que nossas elites inscrevem a pobreza no mundo da natureza — o que não as insta a postular seriamente seu fim e as faz sentir-se absolutamente isentas de qualquer responsabilidade. Além disso, em circunstâncias-limite, associam quase que ontologicamente os pobres ao crime, surgindo a coerção como o único paliativo.⁴

Visão de mundo secular, a ninguém espantaria os termos empregados pelo governador Thomé Correia de Alvarenga, ao solicitar ao rei, em 1658, providências contra a onda de crimes que assolava a cidade do Rio de Janeiro. Estes, dizia ele, se continuassem a ocorrer, trariam a

ruína para este povo, pela ousadia de muitas pessoas que nele há sem cabedal, [dentre as quais] principalmente destes mamelucos que com facilidade cometem qualquer crime.⁵

⁴Por certo, essas inscrições e associações desde sempre contribuíram para o não-enraizamento do liberalismo clássico na elite brasileira. Veja-se SANTOS, Wanderley G. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro, Rocco, 1998, pp. 9-61.

⁵ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Documentação avulsa do Rio de Janeiro*, 1658, caixa 3, maço 127.

O segundo elemento refere-se ao comprometimento de *toda* a sociedade com a exclusão, traço que não escapou ao olhar neoclassicista de Debret. Na escravidão, existia a possibilidade não muito remota de um escravo tornar-se livre e, eventualmente, possuir outro cativo. Talvez por isso os revolucionários pernambucanos de 1817 tenham proposto apenas a emancipação gradual do cativo, reconhecendo como sagrados os direitos de propriedade. Do mesmo modo, no decorrer do período da Regência, à exceção da Revolta dos Malês (1835), nenhum dos levantes ocorridos (Farrapos, Cabanagem e Balaiada), alguns dos quais com grande participação de cativos, ex-escravos e homens pobres livres, reivindicou a eliminação da escravidão. Sintomático também foi o fato de, em 1840, os emissários da Anti-Slavery Society, de Londres, ao Brasil registrarem em seu relatório, com pesar, que não se podia contar com os brasileiros livres de cor para engrossar o movimento antiescravista.⁶

Em nosso século, em especial a partir do pós-guerra, o contínuo crescimento da economia pode ter sustentado “uma crença implícita e generalizada de que todos e cada um poderiam se beneficiar com o crescimento da nação”.⁷ Teria sido esta a base da harmonia social até, pelo menos, a década de 1980. Ora, à semelhança do que ocorria na época da escravidão, a possibilidade de se beneficiar desse crescimento do país significa, para os agentes sociais, poder reproduzir, em uma eventual posição de superioridade, as mesmas estruturas vigentes, i.e., a profunda desigualdade social e econômica.

⁶CUNHA, op. cit., p. 24; e CARVALHO, José M. de. *Teatro das sombras*. Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988, p. 51.

⁷REIS, Elisa Pereira. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro, Contracapa, 1998, p. 231; cf. tb. FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo, Paz e Terra, 1998, pp. 20-21.

CAPÍTULO VI Apêndices

APÊNDICE A: Proporção (%) da renda total apropriada pelos
décimos da população economicamente ativa com
renda positiva, Brasil, 1960-90

Décimos	1960	1970	1980	1990
10	39,7	46,5	47,9	48,7
9	14,7	15,2	15,4	16,3
8	10,9	9,0	9,9	10,3
7	9,4	7,2	7,2	7,4
6	7,7	6,2	5,6	5,5
5	6,2	5,0	4,4	4,1
4	4,7	3,8	3,6	3,0
3	3,4	3,0	2,0	2,2
2	2,3	2,1	2,0	1,8
1	1,2	1,2	1,2	0,8

FONTE: BARROS, Ricardo Paes de. et. al. *Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais*. Rio de Janeiro, IPEA, 1997, p. 27 (texto para Discussão nº 454).

APÊNDICE B: Distribuição (%) da riqueza entre os
inventariados do Rio de Janeiro, 1790-1835

décimos inventariados	meio rural		cidade	
	1790-1807	1810-35	1790-1807	1810-35
10	68,3	69,5	69,1	73,4
9	1,2	13,6	13,6	11,8
8	6,3	6,6	6,6	5,6
7	4,8	3,8	3,6	3,3
6	3,2	2,4	2,3	2,3
5	2,0	1,6	1,9	1,5
4	1,6	1,1	1,2	1,0
3	1,2	0,7	0,9	0,7
2	0,9	0,4	0,5	0,4
1	0,4	0,2	0,2	0,2
total de inventários	149	251	137	416

FONTE: ARQUIVO NACIONAL. Inventários *post-mortem* (1790-1835).

APÊNDICE C: Distribuição (%) da riqueza entre os inventariados do Rio de Janeiro, 1860, 1865 e 1875

décimos inventariados	agro		meio urbano	
	1860	1860	1865	1875
10	68,1	58,6	62,3	62,6
9	12,8	16,1	13,9	14,2
8	7,4	8,9	9,1	8,3
7	4,5	6,2	4,9	5,8
6	3,0	4,6	3,8	4,4
5	1,9	3,3	2,2	2,2
4	1,0	2,2	1,4	1,3
3	0,8	1,5	1,2	0,7
2	0,4	0,7	0,8	0,4
1	0,2	0,3	0,3	0,1
total de inventários	43	50	50	50

FONTE: ARQUIVO NACIONAL. Inventários *post-mortem* (1860-75).

APÊNDICE D: Distribuição (%) da riqueza entre os inventariados do Vale do Paraíba (RJ), 1825-69

décimos inventariados	1825-53	1855-69
10	48,4	63,2
9	17,4	18,2
8	10,4	8,3
7	7,8	3,8
6	5,6	2,1
5	4,7	1,7
4	2,5	1,2
3	1,7	0,8
2	1,1	0,5
1	0,3	0,2
total de inventários	65	83

FONTE: PRIMEIRO OFÍCIO DE NOTAS DE PARAÍBA DO SUL, Inventários *post-mortem* (1825-69).

APÊNDICE E: Variação da estrutura de posse de escravos no agro fluminense, 1790-1835

1790-1807						1810-35				
FTP	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E
1-4	20,7	3,9	31	87	2,8	17,2	2,1	44	120	2,7
5-9	30,7	14,2	46	314	6,8	25,4	7,7	65	448	6,9
10-19	28,0	26,9	42	595	14,2	23,1	13,8	59	806	13,7
20-49	16,0	29,4	24	651	27,1	21,5	27,3	55	1595	29,0
+50	4,7	25,5	7	565	80,7	12,9	49,1	33	2866	86,9
total	100,0	100,0	150	2212	14,8	100,0	100,0	256	5835	22,8

FTP: Faixa de Tamanho de Plantel de Escravos.

A: % de proprietários.

B: % de escravos.

C: Número de proprietários.

D: Número de escravos.

E: Média de escravos.

FONTE: ARQUIVO NACIONAL, Inventários *post-mortem* (1790-1835).

APÊNDICE F: Exportações do Rio de Janeiro, 1803 e 1804 (em Reais)

1803

	açúcar	arroz	café	farinha	aguardente	couros	total	%
Portugal e Ilhas	915:684\$9241	13:475\$494	93:164\$158	1:027\$200	88:914\$371	392:118\$148	1:604:384\$295	91,1
Angola e Benguela	1:568\$784	1:127\$280	28\$188	10:984\$000	103:620\$153	-	117:328\$405	6,7
Brasil	9:884\$112	3:454\$308	-	2:336\$000	23:974\$132	-	39:648\$552	2,2
Total	927:137\$820	118:057\$082	93:192\$346	14:347\$200	216:508\$656	392:118\$148	1:761:361\$252	100
%	52,6	6,7	5,5	0,8	12,3	22,3		

1804

	açúcar	arroz	café	farinha	aguardente	couros	total	%
Portugal e Ilhas	1:140:824\$104	172:863\$257	142:336\$512	42:327\$840	84:604\$732	558:527\$033	2:141:483\$478	86,1
Angola e Benguela	2:757\$456	689\$428	265\$282	149:308\$000	152:072\$167	-	305:092\$333	12,3
Brasil	17:231\$480	744\$915	1:090\$200	632\$000	17:308\$101	2:696\$477	39:723\$173	1,6
total	1:160:813\$040	174:297\$600	143:691\$994	192:287\$840	253:985\$000	561:223\$510	2:486:298\$984	100
%	46,7	7,0	5,8	7,7	10,2	22,6		

OBS. 1: Para o ano de 1803, açúcar, arroz, café, farinha de mandioca, aguardente e couros correspondem a 91,16% do valor total exportado, que foi de 1:936:525\$190.

OBS. 2: Para o ano de 1804, açúcar, arroz, café, farinha de mandioca, aguardente e couros correspondem a 91,6% do valor total exportado, que foi de 2:713:341\$370.

FONTES: *Mapa dos Efeitos que se exportarão desta Capitania do Rio de Janeiro para os portos abaixo declarados no ano de 1803. Escrito da Mesa Grande: Antônio Luís Ferreira Menezes*. Biblioteca Nacional — Seção de Manuscritos — I, 17, 12, 1 n.º 8; e *Mapa dos Efeitos que se exportarão desta Capitania do Rio de Janeiro para os portos abaixo declarados no ano de 1804. Escrito da Mesa Grande: Antônio Luís Ferreira Menezes*. Biblioteca Nacional — Seção de Manuscritos, I, 17, 12, 1 n.º 12.

APÊNDICE G: Variação das importações e exportações feitas pelo Rio de Janeiro para Portugal, 1796-1811 (em reais)

Anos	Exportações (sem metais preciosos)	Importações	Saldo do Rio de Janeiro	A (%)
1796	1:911:676\$520	2:472:170\$036	-560:493\$516	-29
1797	866:222\$766	3:721:288\$376	-2:855:065\$610	-330
1798	3:509:016\$760	3:413:346\$404	95:670\$356	+3
1799	2:597:668\$760	6:574:672\$263	-3:977:003\$503	-153
1800	2:688:930\$550	4:045:456\$444	-1:356:525\$894	-51
1801	4:287:842\$495	5:331:627\$428	-1:043:784\$933	-24
1802	2:162:761\$594	3:578:882\$219	-1:416:120\$625	-66
1803	2:048:609\$615	2:887:084\$169	-838:474\$554	-41
1804	2:426:069\$210	3:959:020\$724	-1:532:951\$514	-63
1805	3:228:756\$890	3:150:423\$183	78:333\$707	+2
1806	3:817:217\$455	3:014:508\$811	802:708\$644	+21
1807	3:182:287\$940	2:277:419\$299	904:868\$641	+28
1808	57:997\$640	585:044\$543	-527:046\$903	-909
1809	745:648\$550	1:111:948\$700	-366:300\$150	-49
1810	1:107:419\$560	925:898\$555	181:521\$005	+16
1811	779:711\$130	917:559\$110	-137:847\$980	-18
total	35:417:837\$435	47:966:350\$264	-12:548:512\$829	-35

A: % do saldo frente às exportações.

FONTE: ARRUDA, José J. de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo, Ática, 1980, tabelas 17 e 19.

APÊNDICE H: Número de engenhos em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, (1583-1629)

Capitanias	1583 (1)	1612 (2)	(1)/(2)%*	1629 (3)	(2)/(3) %*
Pernambuco	66	90	1,0	150	3,1
Bahia	36	50	1,1	80	2,8
Rio de Janeiro	3	14	5,8	60	7,9

*Taxa de crescimento anual.

FONTE: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. São Paulo, Companhia das Letras/CNPq, 1988, p. 148.

APÊNDICE I: Dízimos da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro:
1727-57 — em mil-réis

Anos	Bahia (a)	% de d	Pernambuco (b)	% de d	Rio de Janeiro (c)	% de d	a+b+c = d	%
1727	72:050	66,1	20:000	18,4	16:900	15,5	108:950	100
1729	72:050	64,6	20:500	18,4	18:920	17	111:470	100
1741	52:420	63,2	11:260	13,6	19:205	23,2	82:888	100
1742	52:420	63,2	11:260	13,6	19:208	23,2	82:888	100
1745	52:465	58,8	14:420	16,1	22:400	25,1	89:285	100
1748	50:030	53,2	16:000	17,0	28:010	29,8	94:040	100
1751	50:030	53,8	18:805	20,2	24:020	25,9	92:855	99,9
1754	63:200	60,2	17:700	16,9	24:020	22,9	104:920	100,
1757	50:300	52,20	20:010	20,7	26:120	27,1	96:430	100

FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, *Mapas Chronologicos dos Contratos do Ultramar, dispostos por ordem chronológica*, códice 1269, p. 50, 51 e 53.

APÊNDICE J: Índices dos dízimos da Bahia, Pernambuco
e Rio de Janeiro, 1727-62

Anos	Bahia	Pernambuco	Rio de Janeiro
1727	100	100	100
1732	—	102	114
1737	72,3	0,72	—
1741	72,3	56,3	114
1744	72,3	72,1	114
1745	72,3	72,1	132
1747	69,4	80	166
1750	—	94	166
1754	87,7	88,5	142
1757	—	—	154
1762	69,8	—	162

FONTE: A mesma do Apêndice I.

APÊNDICE K: Rendimentos anuais das alfândegas da Bahia,
Pernambuco e Rio de Janeiro, 1724-48 — em mil-réis

Anos	Bahia (a)	% de d	Pernambuco (b) Paraíba (b)	% de d	Rio de Janeiro (c)	% de d	a+b+c = d
1724	101:300	43,8	32:800	14,1	97:200	42,0	231:324
1729	101:700	38,4	40:850	15,4	122:100	46,1	264:679
1736	88:410	31,2	34:400	12,1	160:000	56,6	282:846
1738	88:410	27,8	34:400	10,8	194:850	61,3	317:698
1744	126:900	33,1	48:000	12,5	208:400	54,4	383:344
1746	126:900	33,5	42:400	11,2	209:600	55,3	378:946
1748	106:000	30,2	42:400	12,1	202:400	63,8	350:848

FONTE: A mesma do Apêndice I.

APÊNDICE L: Índices dos rendimentos anuais das alfândegas da
Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, 1724-48

Anos	Bahia	Pernambuco	Rio de Janeiro
1724	100	100	100
1727	100	124	—
1729	—	—	125,6
1732	106	—	110,6
1735	—	—	164
1736	87,3	105	—
1738	—	—	200
1739	94,8	—	—
1742	—	146	214
1744	125	—	—
1745	—	—	215,6
1746	—	129	—
1748	104,6	—	208,2
1751	—	147	—

FONTE: A mesma do Apêndice I.

APÊNDICE M: Direitos de escravos para Minas Gerais, em valores nominais e em índices, 1725-40 — em mil-réis

	Bahia	Índice	Pernambuco	Índice	Rio de Janeiro	Índice
1725	20:000	100	6:000	100	14:700	100
1728	28:000	140	6:800	113	—	—
1730	28:000	140	6:800	113	10:500	71,4
1731	30:610	153	—	—	10:500	71,4
1732	30:610	153	—	—	14:400	98
1740	27:605	138	3:020	50,3	17:950	122

FONTE: A mesma do Apêndice I, pp. 35 e 36.

APÊNDICE N: Valores do impostos de entradas para Minas Gerais, em índices, 1727-53, valores anuais — 100 = 1727

Ano	Caminho a	Caminho b
1727-30	100	100
30-32	124,5	113,1
42-44	169	200
45-47	183	220
48-50	240	200
51-53	193	224

Obs.: Caminho a = Sertão da Bahia e Pernambuco; caminho b = caminho novo e velho do Rio de Janeiro e São Paulo; valores apresentados são anuais, portanto, se repetem nos períodos considerados.

FONTE: A mesma do Apêndice I, p. 65.

APÊNDICE O: Entradas para Minas Gerais, valores absolutos anuais e em %: 1754 - 57 — Valores anuais em mil-réis

Ano	Entradas					
A	B	C	D	E	Total	
1754-1757	361:700	248:000	120:000	21:200	5:000	755:900
%	47,8	32,8	15,9	2,8	0,7	100

Ob.: A = caminho novo e velho; B = sertão da Bahia e Pernambuco; C = Goiás e suas anexas; D = Cuiabá e suas anexas; E = Pernaguá, Parapanema e suas anexas.

FONTE: A mesma do Apêndice I, p. 66.

APÊNDICE P: Mapa dos rendimentos dos contratos do ultramar com valores superiores a 40:000\$000 para o ano de 1753* — em mil-réis

Anos	Contrato	Arrematante	Valor anual	% do total
1754-57	Alfândega da Bahia em frotas	José de Amorim Lisboa e Joaquim José Vermuel	82:067	4,2
1752-53	Alfândega da Bahia fora das frotas	João Francisco e Anastácio da Costa Freitas	40:020	2,1
1751-53	Alfândega do Rio de Janeiro em frotas	José Bezerra Seixas e Caetano Couto Pereira	202:400	10,4
1751-53	Alfândega de Pernambuco e Paraíba em frotas	Antônio de Oliveira Guimarães e José Ferreira da Veiga	483:05	2,5
1753-55	Dízimos reais de Vila Rica, Rio das Mortes, Sabará e Serro Frio	João de Souza Lisboa e Pedro Gomes Moreira	63:683	3,3
1754-56	Entradas para todas as Minas	José Ferreira da Veiga e Francisco Antônio Rodrigues Feijó	755:900	38,8
1751-56	Diamantes do Serro Frio, por capitação de 600 negros	João Fernandes de Oliveira e Manuel de Bastos Vianna	144:000	7,4
1748-53	Direitos dos escravos e marfim do reino de Angola	Manuel Ferreira Marques e José	482:00	2,4
		Ferreira da Veiga		
	Subtotal		1:384:575	71,1
	Total		1:945:735	100

*Foram arrolados 63 impostos, dos quais 11 (17,5%) eram de datas próximas a 1753 (6 de 1752 ou 1754, 4 de 1751 ou de 1755 e 1 de 1750).

FONTE: A mesma do Apêndice I, pp. 12 a 96.

APÊNDICE Q: Total de impostos arrecadados por região ultramarina, 1753* — em mil-réis

Região	Valor anual	%
Bahia	279:298	14,4
Pernambuco e Paraíba	116:693	6,0
Rio de Janeiro	368:798	18,9
Minas Gerais	969:373	49,8
Angola	67:900	3,5
Subtotal	1:802:062	92,6
total	1,945735	100

*Foram arrolados 46 impostos, dos quais 6 (13,0%) eram de datas próximas à 1753 (2 de 1752 ou 1754, 3 de 1751 ou de 1755 e 1 de 1749).

FONTE: A mesma do Apêndice I, pp. 50, 51 e 53.

APÊNDICE R: Mapa da Receita, valores acima de 10:000, Provedoria do Rio de Janeiro, 1734 — em mil-réis

Contrato	Arrematante	Preço	%
Dízimos Reais	Pedro Soares Pinto e Manuel da Silva Macedo	12:210	4,5
Dízima da Alfândega	Gaspar Caldas Barbosa e Gaspar Graua de Bivar	160:000	59,3
Passagens do Rios Parahiba, Parahibuna	—	11:125	4,1
Direito dos dez tostões que paga cada escravo, que de novo vai para as Minas	Domingos Rodrigues Brandão e Antônio Marques Gomes	14:400	5,3
Imposto para guarda da Costa	—	10:650	4,0
Subtotal		208:385	77,2
total		269:756	100

FONTE: A mesma do Apêndice I, p. 9.

APÊNDICE S: Receitas da coroa portuguesa (em reais), 1607 e 1619

Receitas	1607	96	1619	96
Circulação interna e rendas fundiárias	325.414.609	22,6	165.425.791	23,5
Portos secos	39.580.000	2,7	36.000.000	2,1
Indústria, pesca e sal	54.543.600	3,8	60.400.000	1,9
Comércio marítimo (sem a rota do Cabo)	265.500.000	18,5	274.000.000	17,6
Rota do Cabo	234.360.000	16,3	234.360.000	15,0
Império atlântico	164.119.928	11,4	173.821.000	11,2
Estado da Índia	355.560.000	24,7	412.500.000	26,3
Total	1.439.078.137	100	1.556.506.791	100

FONTE: GODINHO, Vitorino M. *Ensaio II*. Lisboa, Sá da Costa, 1978, pp. 66-69.